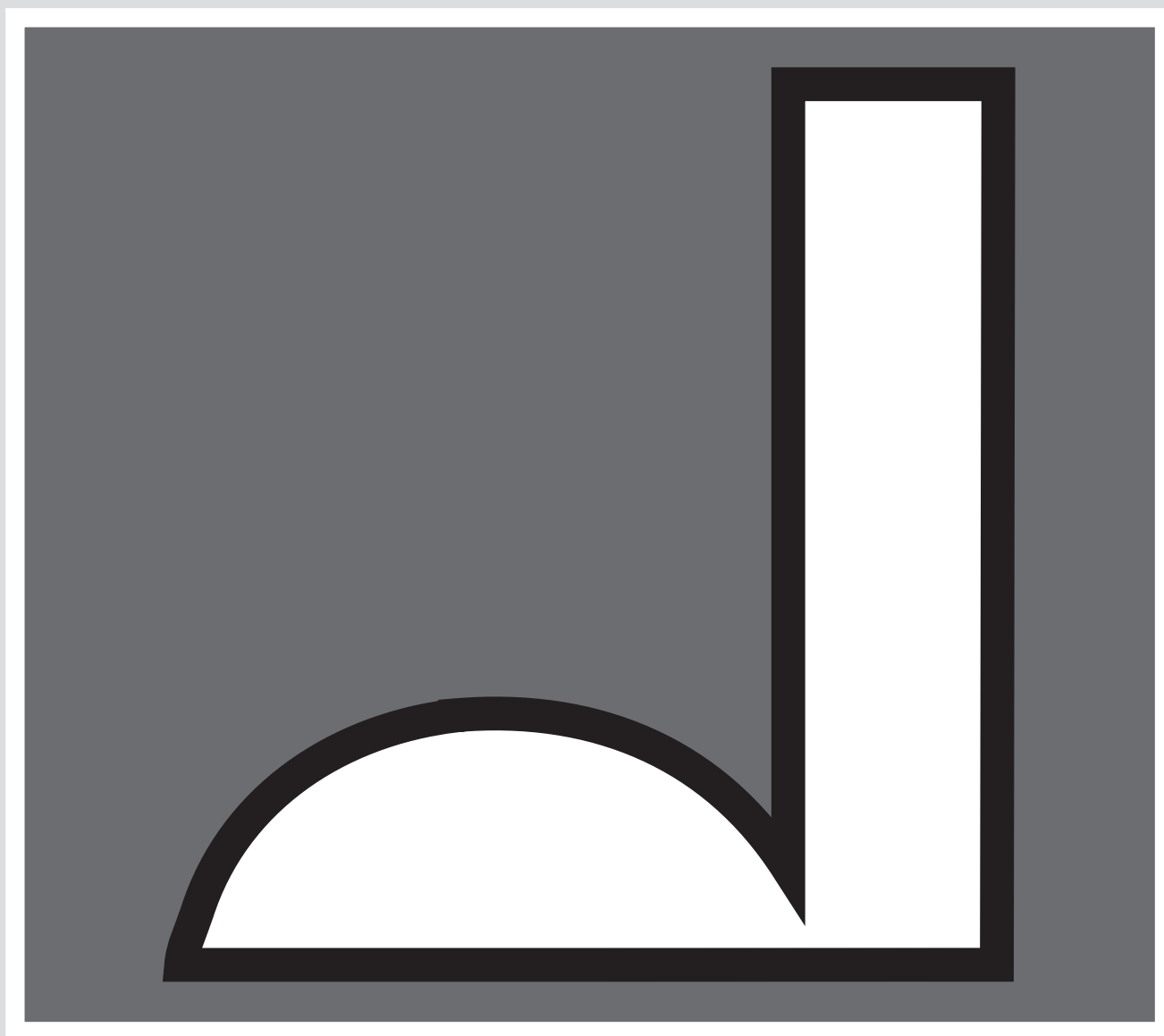




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 53 - QUARTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Moraes – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Shessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PL/PSB/PPS) – 23</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p>	<p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavlacanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB</p>	<p>Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB/) – 29</p> <p>LÍDER Sérgio Guerra – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 28-4-2005

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 54ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 3 DE MAIO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Finalidade da Sessão

Destinada a comemorar os 40 anos de atividade da Rede Globo de Televisão, nos termos do Requerimento nº 86, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Srs. Senadores..... 13022

1.2.2 – Fala do Presidente (Senador Renan Calheiros) 13022

1.2.3 – Oradores

Senador Romeu Tuma 13023

Senador Tasso Jereissati 13026

Senador Antonio Carlos Magalhães 13027

Senador Hélio Costa 13029

Senador Arthur Vírgilio 13031

Senador Cristovam Buarque 13034

Senador Maguito Vilela 13036

Senador Luiz Otávio 13037

Senador José Agripino 13041

Senador Mão Santa 13044

Senador Antonio Carlos Valadares 13047

Senador Aloizio Mercadante 13048

Senador Sérgio Cabral 13049

Senadora Lúcia Vânia 13050

Senador Demóstenes Torres 13052

Senador Almeida Lima 13052

Senador Leonel Pavan 13053

O SR. PRESIDENTE (Senador Renan Calheiros) 13054

Senador Mozarildo Cavalcanti (Nos termos do art. 203, do Regimento Interno) 13054

Senador Valmir Amaral (Nos termos do art. 203, do Regimento Interno) 13055

Senador Flexa Ribeiro (Nos termos do art. 203, do Regimento Interno) 13057

Senador Reginaldo Duarte (Nos termos do art. 203, do Regimento Interno) 13057

Senador Paulo Octávio (Nos termos do art. 203, do Regimento Interno) 13058

1.2.4 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 3.767/2005, de 29 de abril de 2005, comunicando o recebimento do Ofício nº 657/2005-SF, que encaminha o Requerimento de Informações nº 318, de 2005, da Senadora Heloísa Helena, e sua remessa ao relator Ministro Benjamin Zymler. 13059

1.2.5 – Parecer

Nº 438, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2004, de autoria do Senador Maguito Vilela, que institui o Dia Nacional da Alimentação 13059

1.2.6 – Ofício do Presidente da Comissão de Educação

Nº 25/2005, de 20 de abril de 2005, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2004, em reunião realizada no dia 29 de março de 2005 13062

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2004, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário 13062

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, quanto à apreciação, pelo Plenário do Congresso Nacional, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 2 e 3, de 2005. 13062

Recebimento do Ofício nº 430, de 29 de abril último, do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, encaminhando documentos referentes à indicação do Ministro Antonio de Pádua Ribeiro para compor o Conselho Nacional de Justiça, em complementação ao Ofício nº S/11, de 2005 (nº 1/05, na origem), e em atendimento ao disposto na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal. 13062

1.2.8 – Comunicação

Do Senador Magno Malta, comunicando sua reassunção, no 30 de abril de 2005, ao mandato de Senador da República, como representante do Estado do Espírito Santo 13062

1.2.9 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 15, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Siqueira Campos, que insere novos parágrafos nos arts. 80 e 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar a transferência aos municípios de metade dos recursos da CPMF destinados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza..... 13062

Nº 16, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Siqueira Campos, que altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência aos municípios de cinco por cento das contribuições sociais de que trata o art. 195. . 13065

1.2.10 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2005, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta o art. 31-A ao Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para dispor que as sociedades seguradoras manterão cadastro unificado atualizado dos segurados e beneficiários dos seguros de vida que contratarem..... 13068

Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera o parágrafo único do art. 459, o **caput** do art. 580 e revoga o parágrafo único ao art. 580, todos do Código de Processo Civil, extinguindo os processos autônomos de liquidação de sentença e de execução de título judicial..... 13069

Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que determina que a União efetue abatimento de 20% do pagamento mensal do serviço da dívida pública dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, em favor da Educação..... 13071

Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2005, de autoria do Senador Hélio Costa, que altera o art. 6º da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, para dispor sobre as reuniões dos órgãos colegiados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)..... 13072

Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2005, de autoria do Senador José Sarney, que autoriza a União a doar ao Estado do Amapá as terras devolutas sob seu domínio localizadas no território desse estado. 13073

1.2.11 – Leitura de requerimentos

Nº 442, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de louvor em homenagem do ex-jogador de futebol Nilton Santos..... 13074

Nº 443, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Sr. Eurípedes Ferreira Lins..... 13075

Nº 444, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal **Valor Econômico** pelo transcurso de seu 5º aniversário de criação. 13075

Nº 445, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República as informações que menciona. 13075

Nº 446, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao ex-Senador João Menezes. 13076

Nº 447, de 2005, de autoria da Comissão de Educação, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. 13076

Nº 448, de 2005, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, seja submetido ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, além das Comissões constantes do despacho inicial..... 13079

Nº 449, de 2005, de autoria do Senador João Batista Motta, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 122, 125 e 141, de 2004, em razão de regularem a mesma matéria... 13079

Nº 450, de 2005, de autoria do Senador Palácio Paes, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 237 e 504, de 2003, e 80, de 2004, com os Projetos de Lei da Câmara nºs 52 e 99, de 2003, e 64, de 2004, por versarem sobre a mesma matéria..... 13079

Nº 451, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança pelo transcurso, no dia 30 de abril de 2005, do 91º aniversário de Carlos Lacerda. 13079

Nº 452, de 2005, de autoria do Senador Sibá Machado, solicitando voto de aplauso ao Ex^{mo} Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pela adoção da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005..... 13079

Nº 453, de 2005, de autoria do Senador Delcídio Amaral, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2004, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da Comissão constante do despacho inicial. 13080

Nº 454, de 2005, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 511, de 2003, seja submetido ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, além da Comissão constante do despacho inicial..... 13080

Nº 455, de 2005, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2003, seja submetido ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, além da Comissão constante do despacho inicial..... 13080

Nº 456, de 2005, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2003, seja submetido ao exame da

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, além da Comissão constante do despacho inicial. 13080

Nº 457, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2004, seja remetido à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. 13080

Nº 458, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 1999, seja remetido à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. 13080

Nº 459 de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2003, seja remetido a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 13080

Nº 460, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 654, de 1999, seja remetido à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. 13080

Nº 461, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do Dr. Fernando Alfredo de Mello Freyre, ex-Presidente da Fundação Gilberto Freyre e da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), ocorrido no último dia 28 de abril, na cidade de Recife. 13081

Nº 462, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do cientista e pesquisador Sebastião José de Oliveira, da Fiocruz. 13081

Nº 463, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do escritor paraguaio Augusto Roa Bastos, um dos maiores nomes da literatura latino-americana, ocorrido em abril de 2005, em Assunção. 13081

Nº 464, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando que seja considerada como desempenho de missão no exterior, sua participação na III Reunião do Grupo Temático de Alto Nível para Redação do Projeto de Protocolo do Parlamento do Mercosul, que será realizado na cidade de Montevidéu, Uruguai no período de 5 a 7 do corrente. 13081

1.2.12 – Ofícios

Nº 40/2005, de 28 de abril último, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. 13082

Nº 150/2005, de 3 do corrente, da Liderança PPS na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para compor a Comissão Mista Especial, criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2004, destinada a efetuar visando ao aperfeiçoamento do rito de tramitações de medidas provisórias. **Designação do Deputado Fernando Coruja, como suplente, para integrar a referida Comissão.** 13082

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Proveniente da Medida Provisória nº 232, de 2004)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 232, de 2004), que altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências. **Apreciação sobrestada em virtude da falta de acordo entre as Lideranças partidárias.** 13082

Item 2 (Em regime de urgência, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (nº 2.710/92, na Casa de origem), de iniciativa popular, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e o seu Conselho Gestor. **Apreciação sobrestada.** 13082

Item 3 (Votação nominal)

Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios. **Apreciação sobrestada.** 13082

Item 4 (Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. **Apreciação sobrestada.** 13082

Item 5

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário). **Apreciação sobrestada.** 13083

Item 6

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. **Apreciação sobrestada.** 13083

Item 7

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe so-

bre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Apreciação sobrestada..... 13083
Item 8

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios). **Apreciação sobrestada**. 13083

Item 9

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada**. 13083

Item 10

Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2004 (nº 856/2003, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho. **Apreciação sobrestada**.... 13083

1.3.1 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se quinta-feira, dia cinco do corrente, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 46, de 2005, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004..... 13083

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR VALDIR RAUPP – Necessidade de regulamentação de dispositivos da lei que permite parcerias público-privadas..... 13084

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Comemoração pelo transcurso, no último dia 30 de abril, do Dia Nacional da Mulher..... 13086

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 13087

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.933 a 1.967, de 2005. 13089

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

4 – SECRETARIA DE COMISSÕES

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

15 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 54ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 3 de maio de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Efraim Moraes,
Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma*

(Compõem a Mesa: à direita do Presidente Renan Calheiros: o Sr. João Roberto Marinho, Vice-Presidente das Organizações Globo, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário do Senado Federal, o Sr. Ciro Gomes, Ministro de Estado da Integração Nacional, à sua esquerda: o Sr. Edison Vidigal, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, e o Sr. Eunício Oleveira, Ministro de Estado das Comunicações.)

ÀS 14 HORAS E 22 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 3/5/2005 07:43:41 até 3/5/2005 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	MG	HELIO COSTA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PMDB	AP	PAPALEO PAES	X	
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	X	

Compareceram: 72 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Convido o Ministro Edson Vidigal, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, para compor a Mesa. (Pausa.)

Convido também o Ministro das Comunicações, Eunício Lopes de Oliveira, para compor a Mesa. (Pausa.)

Encontra-se à minha direita o Dr. João Roberto Marinho, Presidente das Organizações Globo.

Convido o Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, para compor a Mesa. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Hora do Expediente da presente sessão destina-se a comemorar os 40 anos de atividade da Rede Globo de Televisão, de acordo com o Requerimento nº 86, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senadores.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Convidados, por uma feliz coincidência, realizamos esta sessão solene no dia 03 de maio, o Dia do Parlamento. O nosso Congresso Nacional remonta à ocasião da Independência, ou seja, nasceu junto com a Nação. Desde então, atravessou todos os fatos históricos cumprindo à risca seu papel precípuo de guardião da liberdade e da vontade do nosso povo. Parabéns ao Parlamento brasileiro pelo seu dial!

Senhoras e senhores, a TV Globo completa 40 anos, exibindo em suas produções jornalísticas e artísticas a face mais moderna do Brasil. Na era da informação e da tecnologia, destaca-se como modelo de Brasil de primeiro mundo, de empresa saudável – uma emissora reconhecida no mundo inteiro pela qualidade técnica e pela competência.

Recentemente, em visita ao Brasil, o escritor moçambicano José Eduardo Agualusa disse que o português falado em Portugal tem sofrido grandes mudanças por influência da TV Globo.

Houve períodos em que 12 novelas brasileiras, produzidas pela Rede Globo, eram exibidas simultaneamente em Portugal. Até mesmo na Rússia e na China, países sem nenhum traço cultural comum com o Brasil, as produções da Rede Globo são consumidas com o maior interesse.

A Globo conseguiu criar uma linguagem própria, um estilo inconfundível, um estilo brasileiro! Em sua robusta produção, destacam-se as minisséries, que, em alguns momentos, transcendem a condição de cultura popular e atingem o patamar de obra de arte. Foi

assim que desde a primeira delas – “Lampião e Maria Bonita” –, exibida em 1982, premiada com a medalha de ouro do Festival de Cinema e TV de Nova York. Posso citar também as fantásticas: “O Tempo e o Vento”, “Agosto”, “Memorial de Maria Moura”, “O Pagador de Promessas”, “Grande Sertão: Veredas”, “Os Maias”, “O Auto da Compadecida”, entre tantas outras, até a recente e belíssima “Hoje é Dia de Maria”.

Até hoje foram 58 dessas produções, verdadeiras jóias da teledramaturgia.

Tivemos também os festivais de música, os “Casos Especiais”, os “Casos Verdade”, “Malu Mulher”, de 1979, que, sem dúvida, trouxe avanços no papel da mulher na sociedade brasileira.

Nós, telespectadores, fomos brindados ainda com a poesia na TV, com obras de gênios como João Cabral de Mello Neto e Vinícius de Moraes.

Foi o caso da primorosa adaptação de “Morte e Vida Severina”, em 1982, agraciada com o prêmio Emmy, o mais importante dedicado à televisão nos Estados Unidos. Ou mesmo com o musical infantil “A Arca de Noé”, de 1981, também vencedor do Emmy.

A adaptação dos textos dos grandes escritores foi realizada de forma magnífica; uma contribuição notável à cultura e um grande estímulo à leitura para todos os brasileiros.

A prova disso é que a maioria dessas obras literárias foi relançada com sucesso depois das minisséries.

A obra de Jorge Amado certamente foi revisitada por milhares de brasileiros depois das adaptações de seus romances para a televisão, como aconteceu com “Gabriela”, “Tenda dos Milagres”, “Terras do Sem Fim” e “Tieta do Agreste”. Quem já tinha lido, foi reler; quem não havia lido, comprou o livro.

Quando mencionamos a “TV Globo”, lembramo-nos da excelência de seu jornalismo, à altura das grandes redes do mundo.

Desta verdade, nós parlamentares e membros do Executivo somos testemunhas aqui em Brasília, graças ao contato diário que mantemos com jornalistas.

Para milhões de brasileiros, nas cidades e vilas mais remotas do Brasil, a TV Globo é, em muitos casos, a única fonte de informação sobre o que acontece no resto do País, juntamente com a “Voz do Brasil”.

Posso dizer que a rede é um dos principais fatores da integração nacional.

As Organizações Globo e Roberto Marinho sempre representaram, na verdade, a inovação, a busca da excelência técnica e empresarial, a qualidade.

Tudo isso graças à visão do saudoso jornalista ao longo da história, desde que herdou o jornal do pai, o jornalista Irineu Marinho.

Apesar do poder de sua Rede e de suas excelentes relações com todas as áreas, Roberto Marinho nunca se interessou por cargos públicos. Sua obstinação era o ofício de jornalista, que exerceu com enorme paixão e talento.

O compromisso de Roberto Marinho com a notícia foi de tal modo bem-sucedido que nenhum jornal do País fecha sua edição antes que os seus editores acompanhem o “Jornal Nacional”.

É por isso que a Rede Globo chega aos quarenta anos em pleno vigor, sempre inovando, mais sólida do que nunca.

Parabéns a todos que fizeram e fazem da TV Globo um padrão brasileiro de excelência mundial.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, autor e primeiro signatário do requerimento para realização desta sessão especial para homenagear o transcurso dos quarenta anos da Rede Globo.

Tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, primeiramente, quero agradecer a V. Ex^a por ter aquiescido bem como por ter subscrito, juntamente com quase todos os outros Srs. Senadores, o requerimento para a realização desta tão importante sessão, acrescida, ainda agora, pela lembrança do Senador Renan Calheiros sobre a coincidência com a data de nascimento do Parlamento. Eu diria uma feliz coincidência. Provavelmente, a força espiritual do Dr. Roberto Marinho foi responsável por essa coincidência, pois era importante para ele e para o País a democracia e um Parlamento fortalecido como o nosso.

Saudamos o Dr. João Roberto; o Dr. Edson Vidigal, representante do Judiciário brasileiro, amigo desta Casa, que tantos benefícios tem trazido com as suas vibrantes colocações na Presidência do Superior Tribunal de Justiça; o Ministro das Comunicações Eunício de Oliveira, nosso amigo; o Ministro Ciro Gomes, que, por tantas vezes estivemos juntos quando do exercício da governança; bem como o meu querido amigo Efraim Morais, 1º Secretário desta Casa, na pessoa de quem saúdo os demais Senadores presentes e todas as pessoas que aqui se encontram e não são poucas.

Sr. Presidente, já andaram me perguntando quanto tempo ficarei na tribuna. Eu diria que, depois da exposição de V. Ex^a sobre a história da Rede Globo, eu teria pouco a acrescentar, mas como fizemos uma pesquisa e produzimos um documento, vou me permitir lê-lo.

Às 11 horas do dia 26 de abril de 1965, entrava no ar aquele que viria a se tornar um dos maiores e

mais importantes grupos de comunicação que temos em nosso País, a TV Globo. Naquele instante, começava uma vitoriosa saga envolvendo ousadia tecnológica, pioneirismo e destemor criativo, que transformaria nossa identidade cultural de maneira definitiva.

Fruto do arrojo e da visão privilegiada do jornalista Roberto Marinho, de saudosa memória para todos nós, a TV Globo surgiu vocacionada para a grandiosidade, investindo sempre em alta tecnologia e no potencial criativo do povo brasileiro, como V. Ex^a descreveu.

Tudo começou quando, às vésperas do seu 60º aniversário, no começo da década de 60, o Dr. Roberto Marinho resolveu procurar parceiros internacionais para criar uma emissora de televisão brasileira que se diferenciase pela tecnologia de ponta e por uma programação de alta qualidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não podemos nos sentir velhos, porque o Dr. Roberto Marinho investiu num projeto como esse aos sessenta anos. Somos crianças ainda. Acho que ele deu um exemplo de grandiosidade e de coragem, durante vários anos, quando esteve dirigindo esse importante setor da imprensa brasileira.

Herdeiro e diretor-geral do jornal vespertino **O Globo**, o Dr. Roberto Marinho era um inovador nato, curioso por profissão e empreendedor por vocação. Não fugia de desafios. Sabia que a nossa cultura riquíssima e o imenso potencial econômico do País demandavam uma indústria de comunicação mais ágil e eficiente.

O Dr. Roberto provou que, mais uma vez, estava certo. Apostando em jovens talentos e dando-lhes autonomia para criar e inovar, acabou gerando um colosso chamado Rede Globo de Televisão, que revolucionou o nosso modo de comunicar.

No início, era apenas o canal 4 do Rio de Janeiro, cuja sede funcionava em um pequeno prédio no Jardim Botânico. Depois, pouco a pouco, foram-se incorporando emissoras de São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Brasília e tantas outras capitais – não posso me esquecer da Bahia, Senador Antonio Carlos Magalhães, que teve uma convivência bem próxima com o Dr. Roberto –, até se formar a Rede Globo e chegar aos números espetaculares de hoje.

Atualmente, Sr. Presidente, a Rede Globo de Televisão cobre praticamente todo o território nacional. Cerca de 99,84% dos Municípios brasileiros recebem o seu sinal e podem acompanhar as notícias do Jornal Nacional e os capítulos de sua novela preferida. Todos os dias saio correndo daqui para ver a minha novela. Não posso perder um capítulo, porque é a única distração que tenho em Brasília. E a minha mulher fica sossegada porque sabe que estou vendo as novelas da TV Globo. Ela telefona na hora certa, Senador Tas-

so, para saber se estou realmente acompanhando o capítulo. A minha sogra me pergunta sobre os capítulos e, quando não posso ver a novela, ela assiste e trocamos idéias sobre o que aconteceu naquele dia. É um importante programa para divulgação da cultura nacional.

Dr. João Roberto, viajei pelo mundo como membro da Interpol e, nos vários países em que chegava, vi novelas brasileiras faladas em chinês, em russo, em alemão, e tomava um susto porque conhecia a novela, mas não conseguia decifrar o que falavam.

A qualidade que a TV Globo conseguiu nas suas produções de novelas atingiu o ápice e é considerada, hoje, no mundo, a principal indústria de novelas, que são também exportadas, Sr. Ministro da Comunicação.

São 118 emissoras geradoras ou afiliadas que garantem uma audiência média de mais de 63% dos televisores ligados no horário nobre e uma participação, no mercado publicitário, de mais de 70%. Somente no ano passado, Senador Antonio Carlos, seu faturamento obteve um crescimento de 25%.

O pioneirismo sempre foi a marca característica da Rede Globo. Em 1969, foi responsável pela primeira transmissão em cadeia nacional, com a estréia do Jornal Nacional. Em 1970, transmitiu ao vivo, pela primeira vez, a Copa do Mundo de Futebol. Em 1972, realizou a pioneira transmissão em cores no Brasil, direto da Festa da Uva, em Caxias do Sul.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a Rede Globo de Televisão sempre se fez presente nos momentos históricos dos últimos 40 anos. E não apenas como mera espectadora, mas participando e influenciando nos rumos do nosso País. Sua preocupação social sempre se mostrou evidente e onipresente.

Quem não se lembra da campanha pelos desabrigados na grande enchente de 1966 no Rio de Janeiro? Ou das campanhas pela doação de órgãos na novela “Laços de Família”, e contra o uso de drogas em “O Clone”? Para a Rede Globo, nunca bastou entreter ou informar, mas também contribuir para o melhoramento e o engrandecimento da nossa sociedade.

Entre os diversos projetos sociais apoiados e desenvolvidos pela empresa, podemos o “Criança Esperança” que arrecada fundos para o Unicef, o “Ação Global”, que oferece serviços essenciais à cidadania em comunidades carentes, e o “Globo Serviço”, com peças e campanhas para a conscientização da população sobre temas importantes de saúde e educação.

Sua ligação com o País vai muito além da exploração comercial da comunicação. O forjamento de uma indústria cultural, genuinamente nacional, com elevado e reconhecido padrão de qualidade, é o legado de anos e anos de intensa atividade criadora.

Em 2004, entre *shows*, teledramaturgia, programas humorísticos e transmissões de eventos, foram produzidas mais de 4.000 horas de programação exclusivamente nacional. Isso equivale a mais de 2.000 longas-metragens! Mais de 4.000 funcionários, entre autores, diretores, atores, produtores, cenógrafos e técnicos, são envolvidos diretamente na criação dos programas que vão ao ar. Portanto, meus nobres colegas, podemos dizer que temos a nossa própria Hollywood, ou talvez melhor ainda.

Em seu horário nobre, 98% da programação transmitida é de produção nacional. Enquanto, em outros países, a saída fácil por parte das redes de televisão é a compra dos chamados “enlatados” norte-americanos, a TV Globo sempre fez questão de mostrar e retratar o brasileiro comum, fazendo-o reconhecer sua própria identidade nos personagens e assuntos abordados.

Nesse sentido, o gênero do folhetim televisivo talvez tenha sido a sua principal marca e vedete. Inteiramente reformuladas por um novo padrão de criação, as novelas televisivas produzidas pela Rede Globo alcançaram **status** e reconhecimento como produto de alta qualidade em todo planeta.

O grau em que as novelas brasileiras se incorporaram à cultura de alguns países surpreende a qualquer um que viaje ao exterior. Trata-se realmente de um verdadeiro fenômeno. Em Cuba, por exemplo, após o estrondoso sucesso da novela “Vale Tudo”, o governo local passou a designar oficialmente os pequenos restaurantes privados como “Paladar”, tal e qual o nome do restaurante de propriedade da personagem de Regina Duarte.

E o que dizer da mundialmente conhecida “Escrava Isaura”, sucesso de público nos países do Oriente? Esse folhetim transformou a atriz Lucélia Santos em celebridade na China e na Rússia, como V. Ex^a se referiu, Sr. Presidente. Em Portugal, as novelas brasileiras ocupam uma faixa nobre em boa parte dos canais abertos, alterando até a rotina diária das pessoas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, os grandes mestres da literatura brasileira também tiveram as suas principais obras adaptadas... não vou ler, para não ser repetitivo, pois V. Ex^a já se referiu a isso, Sr. Presidente. Provavelmente fizemos as mesmas pesquisas sobre a história da Globo.

Mas eu não poderia deixar de lembrar José Bonifácio de Oliveira, o Boni, tão amigo, com quem tantas vezes estive; Walter Clark; Mauro Salles, Armando Nogueira, Hans Donner; Daniel Filho; Guel Arraes e tantos outros, que se ocuparam em produzir o melhor para a televisão brasileira.

O humor também sempre teve o seu espaço cativo na programação da Globo. Pela frequência da emissão

ra, artistas de grande talento como Chico Anysio, Jô Soares, Renato Aragão, Agildo Ribeiro, Regina Casé e outros, trouxeram, e continuam trazendo, alegria à descontração à dureza do nosso cotidiano.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o “Jornal Nacional”, transmitido em cadeia nacional pela Rede Globo, desde 1969, já se tornou uma referência obrigatória em nosso dia-a-dia. Quem nunca marcou compromisso para depois do “Jornal Nacional” ou interrompeu os seus afazeres para dar uma espiada nas manchetes do dia, anunciada pela voz imponente de Cid Moreira ou de William Bonner?

Como já disse Luís Fernando Veríssimo, “o Jornal Nacional é onde se encontra o Brasil e o Brasil se encontra”. Se determinada notícia ou reportagem é veiculada no “Jornal Nacional”, a repercussão é imediata e grandiosa, pautando até mesmo as atividades desta Casa.

Diariamente, os seus correspondentes, espalhados pelo mundo, nos dão notícia de cena internacional sob a singular perspectiva brasileira, inserindo a visão nacional diante da conjuntura global. Foi assim que pudemos acompanhar, por intermédio de repórteres brasileiros, fatos como a Queda do Muro de Berlim ou o ocaso do Império soviético, o surgimento da União Européia, a guerra do Iraque e muitos outros acontecimentos históricos.

Por meio de matérias realizadas pela premiada equipe da Central Globo de Jornalismo, podemos sentir o drama dos flagelados da seca do Nordeste, a gravidade da situação das queimadas e desmatamentos na Mata Atlântica e Amazônia, o pesadelo da indústria do crime no Rio de Janeiro. Temos conhecimento, inclusive, de vários casos criminosos que foram denunciados e desbaratados graças a algumas destemidas reportagens investigativas, empreendidas pela Rede Globo de Televisão, que retornou ao passado para rever e recuperar a história de grandes crimes praticados no País.

Como consequência lógica desse engajamento na solução dos grandes problemas nacionais e dessa preocupação constante com o fortalecimento da nossa cultura, a Rede Globo colecionou, ao longo desses 40 anos, diversos prêmios e condecorações. Entre muitos, podemos citar o Emmy – Oscar da televisão americana – ganho pela tocante minissérie “Morte e Vida Severina”, baseada na obra de João Cabral de Melo Neto, e o Prêmio Unesco de melhor programa infantil, concedido ao “Sítio do Pica-Pau amarelo”, formidável adaptação da famosa obra de Monteiro Lobato.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, demais autoridades, o ano de 1995 é de especial lembrança para a história da Rede Globo de Televisão. No bairro de

Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, era inaugurada a nova sede da Central Globo de Produções – o Projac.

Trata-se do maior centro de produção para a televisão na América Latina. São três núcleos e cidades cenográficas, dez estúdios, vinte e seis ilhas de edição, seis ilhas de sonorização, fábricas de cenário e efeitos especiais e um gigantesco acervo de figurinos, além de escritórios administrativos e completa infraestrutura de serviços.

Ocupando uma área total de 1,3 milhão metros quadrados, o Projac é o símbolo maior da pujança e do arrojo empresarial da Rede Globo. Concebido com o claro intento de incorporar à televisão a lógica do processo de produção dos grandes estúdios de cinema, sua materialização consolidou a posição da Globo no mercado internacional de produtos televisivos.

Para o futuro, Sr. Presidente, o céu é o limite, e a TV parece não ser o bastante para as produções da Globo. Recentemente, apostando alto no cinema nacional, foi criada sua divisão cinematográfica: a Globo Filmes. Diversas películas já foram realizadas e distribuídas pela empresa, algumas – eu diria todas – com grande sucesso de público e crítica.

E, assim, a Globo, dirigida hoje pelo Dr. Roberto Irineu Marinho, Presidente das Organizações Globo; pelo Dr. João Roberto Marinho, Vice-Presidente de Relações Institucionais, que aqui se faz presente; e pelo Dr. José Roberto Marinho, Vice-Presidente de Responsabilidade Social e Presidente da Fundação Roberto Marinho, segue a sua trajetória de sucesso e inovação.

Dr. João, gostaria de lembrar alguns episódios que me remetem a uma profunda emoção neste momento. Algumas vezes, nós, políticos, temos algumas aflições na vida, inclusive em nossa profissão de Delegado de Polícia, meu querido Juiz. Mas sempre tive o carinho do Dr. Roberto Marinho. Mesmo quando para ele eu ligava a fim de conversar sobre determinado assunto, ele me convidava para um almoço. A sua lucidez, a sua visão e as importantes argumentações que fazia, Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Sarney – que também por muito tempo conviveu com Roberto Marinho –, transmitiam-nos uma tranquilidade espiritual e a certeza de que não erraríamos na nossa decisão, tendo em vista a sua posição e inteligência.

Desculpem-me a emoção. Mas é a saudade de um grande brasileiro, que deixou marcas em nossa alma, que deixou algo de importante para contar na História deste Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Edson Vidigal; o Dr. João Roberto Marinho, Vice-Presidente das Organizações Globo; os Srs. Ministros Ciro Gomes e Eunício Oliveira; o Senador Efraim Morais; as Sr^{as} e os Srs. Senadores, as senhoras e os senhores aqui presentes.

Na verdade, Dr. João Roberto, eu havia preparado um discurso escrito – como dizemos no Nordeste, eu havia preparado um improviso – para falar sobre a Globo. No entanto, diante do discurso do Senador Renan Calheiros e do Senador Romeu Tuma, que, além de tudo, é profundo conhecedor das intrigas nas novelas, não me considerei à altura de repetir, em detalhes, de forma tão profunda, os valores que a Globo representa em sua programação e principalmente os sofrimentos pelos quais o Senador Romeu Tuma passa diariamente em função das novelas, às quais assiste com sua esposa e sua sogra.

Sr. Presidente, peço licença para ser o mais informal possível e, assim, não repetir o que aqui já foi dito muitas vezes. No transcorrer dessas comemorações dos 40 anos da Globo, certamente V. S^a também já ouviu isso outras muitas vezes. Portanto, espero ser menos chato do que a maioria dos oradores.

Quero dar o meu abraço e os parabéns e dizer apenas que, como empresário, sou um profundo admirador do trabalho realizado pelo Dr. Roberto Marinho. Hoje, V. S^a e os seus irmãos têm a responsabilidade de levar esse trabalho adiante.

Conheço as dificuldades de se fazer uma empresa do tamanho da Globo no Brasil. Conheço as dificuldades de se fazer uma empresa no ramo das comunicações. Enfrentar a concorrência, a invasão de produtos de empresas que vêm de centros bem maiores, que têm uma maior capacidade de produção e de sofisticação, torna-se uma tarefa aparentemente quase impossível.

Sou conhecedor dos riscos que se é obrigado a correr ao sair de uma empresa jornalística e entrar num desafio desse tamanho. O Dr. Roberto Marinho conseguiu fazer de uma empresa nacional, com características nacionais, com gestão nacional, que tem o reconhecimento internacional, um exemplo, um símbolo de até onde podemos chegar como empresários neste País se queremos, se desejamos, se acreditamos

Como político, sou profundo admirador das Organizações Globo, da TV Globo, pelo papel que tem

desempenhado no processo crescente de tratar a transparência na vida pública como um preceito fundamental da democracia e de uma República.

Durante todos esses anos, o papel do jornalismo da TV Globo tem sido fundamental, tem sido essencial – eu diria, sem receio de exagerar – para fazer com que o povo brasileiro, desde o mais rico e sofisticado empresário ou intelectual das cidades maiores do Brasil até o mais humilde dos agricultores de um dos distritos do sertão brasileiro, tome conhecimento de como se processam e se discutem as coisas no Poder, nesta Casa, na vida nacional, levando a possibilidade de ver alternativa em todas as grandes questões que se apresentam diante da opinião pública brasileira.

A TV Globo, sem dúvida nenhuma, por meio do jornalismo, exerce um papel que, hoje, é fundamental para que exista uma democracia aberta neste País e para que a política brasileira, de alguma maneira, venha a se modernizar.

É certo que ainda temos muitas práticas e costumes antigos e ultrapassados que não foram ainda, ao longo desses anos, totalmente consertados ou melhorados. Mas, com certeza, ao trazer a público as mazelas e os vícios da política tradicional, estamos entrando num processo cada vez maior de aperfeiçoamento da nossa convivência no Congresso Nacional, da nossa convivência com o Judiciário brasileiro, da convivência entre os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, o que faz com que nós, políticos brasileiros, procuremos cada vez mais...

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – V. Ex^a me permite um aparte quando for oportuno? Eu não queria interrompê-lo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Com prazer, Presidente José Sarney. Concedo-lhe o aparte, com toda honra.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Eu queria que V. Ex^a concluísse o seu pensamento.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Para que haja um aparte de V. Ex^a, interrompo a minha fala a qualquer momento, a qualquer hora. Com certeza, o seu aparte será mais importante do que o que eu pensava dizer.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati. Para não correr o risco de que V. Ex^a advertiu os oradores, apenas peço licença, por não poder ficar calado nesta sessão, para também prestar a minha homenagem pelos 40 anos completados pela Rede Globo. Durante a minha vida, que não é tão breve, assisti ao nascimento da TV Globo, assisti à sua infância, assisti à sua juventude e assisti, sem dúvida, à sua maturidade. As datas redondas nos levam sempre à sedução de fazer avaliações, de concluir

ciclos. E é justamente nesses 40 anos que devemos rememorar o que foi a Rede Globo para este País. Em primeiro lugar, o pioneirismo, como já foi ressaltado, do Dr. Roberto Marinho, um homem que tinha um grande e excepcional talento e que, acostumado à linguagem da imprensa, à linguagem dos tipos, à linguagem escrita, vislumbrou que se abria no mundo da comunicação uma linguagem que quase ninguém conhecia: a linguagem dos sonhos e das imagens. E, quando a Rede Globo completa 40 anos, sempre de sucessos, sem nenhum retrocesso, deve-se perguntar o que foi fundamental para que isso tudo ocorresse. Foi a qualidade, que começou justamente quando o Dr. Roberto Marinho resolveu fazer uma estação de televisão e entrar nos meios de comunicação. Ele não queria fazer uma televisão igual às outras; queria fazer uma televisão de alta qualidade. Então, a partir daí, o lema de qualidade e padrão passou a ser o sucesso dessa estação, que é tão importante para o Brasil e para os meios de comunicação brasileiros. Durante esses 40 anos, a Rede Globo contribuiu para a cultura nacional de maneira muito importante – e falo cultura na expressão mais genuína, não somente a cultura erudita e canônica de que nos falava Antonio Houaiss, mas também a cultura popular, o cotidiano da vida brasileira. Durante esses 40 anos, por meio de sons, imagens, luz, sombra e fatos, a TV Globo documentou a História do Brasil. Isso também não seria possível se a TV Globo não tivesse a capacidade de construir recursos humanos dentro de sua empresa de maneira extraordinária. Recursos humanos não somente na dramaturgia, em que despertaram excelentes talentos, grandes vocações, e que revelou ao País tantos e grandes artistas, mas também em todos os outros setores da televisão, no jornalismo, na documentação e também no entretenimento, que, sem dúvida alguma, melhorou a qualidade de vida dos brasileiros, que têm, por meio da televisão, a oportunidade de melhorá-la no dia-a-dia. Nesses 40 anos, a TV Globo foi a história do Brasil em cores e em fatos. Portanto, congratulo-me com Dr. João Roberto Marinho e, por seu intermédio, com seus irmãos, Roberto Irineu e José Roberto, sabendo da responsabilidade que pesa em seus ombros de continuar essa obra extraordinária, herdada de seu pai, na continuidade que tiveram e ainda têm de fazer. Tantas vezes ouvi do Dr. Roberto Marinho uma concepção extraordinária que ele tinha: ele dizia que a televisão é um veículo tão poderoso que não podemos transformá-la em instrumento de paixão nem de ódio. Ele não queria jamais, recusou sempre, exercer uma tutoria sobre a opinião nacional. Aí ele se revelava o homem de Estado, que utilizava a sua empresa, o instrumento que ele detinha na mão, em benefício do Brasil de todos nós. Assim

ele fez a TV Globo para o Brasil e com o Brasil. Muito obrigado a V. Ex^a. (Palmas.)

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador José Sarney.

V. S^a também ouviu mais uma lição não só de oratória, mas também de experiência, daquele orador que não se inscreve, mas aproveita o aparte para fazer sua brilhante, como sempre, oração, normalmente mais brilhante do que a de todos.

Concluindo, Dr. João Roberto, Sr. Presidente, quero apenas dizer que o ponto a mais que faz de mim um profundo admirador da Rede Globo é o papel de integração nacional. Falo isso principalmente como nordestino, de uma região sempre periférica em relação ao Brasil que acontecia, distante dos acontecimentos, que percebia, sabia e mal participava das grandes ocorrências nacionais, e que, por meio da integração efetiva da televisão e, principalmente, da Rede Globo, sente-se hoje muito mais brasileiro do que era antigamente.

A unificação de todos os tipos, de que tanto já se falou, o conhecimento de todos os tipos no Brasil, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, isso tudo faz hoje da televisão brasileira, principalmente da Rede Globo, o instrumento essencial de integração e harmonia nacionais.

Portanto, Dr. João Roberto, ao final, quero dizer, como o Senador José Sarney, se tantos os invejam, Roberto Irineu, João Roberto e José Roberto, pelo poder, pelos recursos que esse poder lhes traz, eu também, como eles, olho com muito respeito a enorme responsabilidade que hoje vocês herdaram e que têm de levar adiante com o mesmo brilho, com o mesmo equilíbrio, com a mesma prudência com que o Dr. Roberto Marinho trouxe até aqui.

Muito obrigado e parabéns! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati.

Registro, com muita satisfação, entre nós, a honrosa presença do Deputado Armando Monteiro, que é Presidente da Confederação Nacional da Indústria, e também as presenças dos ex-Senadores Albano Franco, de Sergipe, Antonio Carlos Júnior, da Bahia, e João Menezes, do Pará.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Renan Calheiros, Sr. Ministro Edson Vidigal, prezados Ministros Eunício Oliveira e Ciro Gomes, prezado colega Efraim Moraes, querido amigo João Roberto, minhas senhoras e meus senhores, Sr^{as} e Srs. Senadores, acompanhei bem de perto

o nascimento e o crescimento, até chegar aos dias de hoje, desta grande Rede Globo de Televisão.

Roberto Marinho, que me distinguia com o seu afeto, colocava-me, desde os anos 60, o seu desejo de fazer uma televisão que fosse orgulho para os brasileiros. Conseguiu com rapidez o seu intento.

Em 1965, o Presidente Humberto Castello Branco, que tinha realmente um senso cultural muito grande e, sobretudo, amor às artes, fez com que saísse a autorização para o funcionamento da Rede Globo. Aí é que se encontra Roberto Marinho. Apesar de tudo isso, quando surgiu o Ato nº 2, o Ministro de Estado, numa sala do Ministério da Justiça, solicitou que todos os proprietários de jornal e de televisão retirassem de seus quadros aqueles julgados incompatíveis com o regime. Assistiu-se ao fato, e um silêncio muito grande ocorreu na sala. Surgiu, então, a figura de Roberto Marinho, que se levantou e educadamente se dirigiu ao Ministro, dizendo: “Ministro, a Rede Globo eu comando, e não vou demitir comunista pela vontade do Governo. Sou o responsável por tudo que existe ou vier a existir nas minhas organizações”.

E assim se vê a postura desse homem grandioso, desse jornalista notável, que, depois de fazer de **O Globo** o grande jornal do País, foi para outro campo, como salientaram vários oradores, inclusive V. Ex^a, Sr. Presidente, para mostrar, mais uma vez, sua capacidade empreendedora e sempre de jornalista. Aqueles que lidavam com ele viam que o que mais agradava o Dr. Roberto era ser chamado de jornalista e não de empresário. Ele queria ser o jornalista e acompanhava seu jornal toda manhã, até 1h da tarde; ia depois almoçar na sua tenda de trabalho, a Rede Globo, na rua Lopes Quintas, e lá ficava trabalhando por sua televisão, ele mesmo no comando, já com o apoio dos melhores homens da televisão do País e de seus filhos. Daí nasceu a educação de todos eles para o trabalho e, sobretudo, para os grandes movimentos do País.

A figura de Roberto Marinho é ímpar. Pode-se dizer dos seus defeitos, porque não era imune aos mesmos, mas sobretudo da grandeza de sua figura, que não acalentava ódios e queria fazer a grandeza do País, por meio dos adversários ou dos amigos mais íntimos. O Brasil sempre estava acima de tudo. Sofreu muito, talvez por isso, mas teve também a glória, que veio mesmo antes do seu falecimento. Depois do falecimento, a glória é sempre mais comum, mas antes Roberto Marinho já era glorificado, neste País, como grande jornalista e empreendedor.

Daí por que acho que jamais nós, do Senado, poderíamos calar-nos na oportunidade dos 40 anos de vitórias da Rede Globo. Marcamos, com muita felicidade, esta data. O Parlamento só existe com im-

prensa livre. O Parlamento só existe com televisões que realmente garantam sua credibilidade nacional e, no caso da Globo, internacional.

Estamos a falar de uma das três maiores e melhores televisões do mundo. Isso não é coisa fácil: significa trabalho. Isso significa saber o que o povo deseja. Todos esses movimentos populares tiveram o apoio não só do jornal **O Globo** antes, como também da TV Globo depois. Ninguém pode ignorar que não se faz movimento e opinião pública sem povo. E a sensibilidade de Roberto Marinho ia buscar no sentimento popular aquilo que era bom para o País.

Quantas vezes estive com ele e vários Presidentes da República, principalmente o Presidente José Sarney, em cujo Governo eu era Ministro das Comunicações. Mais um ato de grandeza que sou obrigado a confessar neste instante: o Presidente Tancredo Neves me convidou para Ministro das Comunicações e me disse: você se aborrece, se for convidado pelo Dr. Roberto Marinho? Eu disse: não, para mim é uma honra, porque ele é um dos meus melhores amigos na vida. E S. Ex^a falou com o Dr. Roberto, que lhe respondeu: não, para ser um ministro forte, ele tem que ser convidado pelo Presidente da República. Assim era Roberto Marinho. Assim foi a sua vida, toda ela pontilhada de momentos de dificuldade, mas de coragem para enfrentar as lutas.

Mas acho que talvez aquilo que de maior ele tenha realizado foi em relação a seus filhos: a educação que deu a todos eles é a garantia da união de hoje, que faz com que não haja solução de continuidade em **O Globo**. Essa união é importante para o Brasil. Também me recordo – dada a idade, posso falar – de que, quando eu me dirigia ao Dr. Roberto, sempre o fazia em relação a João Roberto como seu Luís Eduardo; ele a mim se dirigia sobre Luís Eduardo como meu João Roberto. A idade de ambos, o espírito público de ambos, o trabalho de ambos pelo País realmente faziam com que também fossem unidos, embora não fossem de uma convivência tão permanente.

Quero neste instante exaltar os 40 anos da Rede Globo. A programação foi feita à altura dos 40 anos pela capacidade profissional de todos que lá labutam. Mas o principal – ressaltar neste momento – como qualidade de Roberto Marinho foi fazer com que seus filhos estivessem unidos, como estão, pelas causas mais legítimas do Brasil de hoje.

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, meu caro João Roberto, representando a Rede Globo de Televisão, Ministros Ciro Gomes e Eunício Oliveira, Ministro Presidente Edson Vidigal, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. convidados, por mais que eu queira esconder os meus cabelos meio brancos, confesso que participo, nesta tarde, desta homenagem aos 40 anos da Rede Globo numa posição muito privilegiada, porque sou testemunha ocular.

A testemunha ocular é um instrumento jornalístico. O jornalista, na realidade, é um observador privilegiado da história que acontece no dia-a-dia. Foi o que aconteceu nesses 33 anos dos 40 da Rede Globo de Televisão. Por mais de 20 anos, tive a oportunidade de acompanhar o trabalho extraordinário iniciado pelo talento e pela vocação de Roberto Marinho e, depois, continuado pelos seus filhos – João Roberto, Roberto Irineu e José Roberto.

Sou da época da TV Globo em que as reportagens internacionais eram feitas com a câmera de filmar muda e um gravador de som. Depois, passávamos horas tentando juntar o movimento da boca com a fala que saía na fita de áudio, que se chamava sincronia.

Depois vieram as câmeras com filetezinho de gravação, como se fosse uma fita cassete. Mais tarde eu mesmo ajudei a introduzir, apresentando um momento de emoção durante uma entrevista do presidente da Sony aos jornalistas em Nova Iorque, o novo instrumento de comunicação da televisão mundial, que era o sistema eletrônico portátil. E ao apresentar aquela entrevista que tinha sido dada pelo presidente da Sony, no mesmo dia, a Rede Globo nos autorizou a comprar três desses novos equipamentos, mostrando o seu interesse pela tecnologia, pelo futuro que se apresentava naquele momento por meio de uma nova maneira de se fazer comunicação, de se fazer televisão.

E muita gente pergunta por que houve tanto interesse da Rede Globo em uma montagem internacional de jornalismo, que cresceu a tal ponto, num determinado momento, que em Nova Iorque tínhamos trinta e seis funcionários, quatro repórteres, oito produtores e quatro cinegrafistas – 24 horas por dia de operação via satélite. Sobre tudo, a preocupação que tinha a Rede Globo de poder mostrar a notícia. Não podendo mostrar aqui em determinado momento, por força de um regime militar que impunha a censura, ela mostrava lá fora.

Quando eu visitava universidades americanas como convidado a fazer palestras sobre a comunicação no Brasil, eu era perguntado por que o interesse

de uma TV brasileira, de uma rede brasileira, em ter uma estrutura tão grande nos Estados Unidos, que depois foi se espalhando pela Europa, com um birô em Paris e depois em Londres, e assim em outras partes do mundo. Eu gostava de contar, João Roberto, a história que me diziam, na década de 60, naquela velha disputa de Guerra Fria, entre os Estados Unidos e a União Soviética, quando um jornalista americano conversando com um jornalista russo dizia para ele o que era o sentimento de democracia e liberdade que existia nos Estados Unidos, ele dizia: “Olhe, eu, aqui, posso pegar um caixote, colocá-lo defronte da Casa Branca e falar o que eu quiser de Lyndon Johnson, Presidente dos Estados Unidos, que ninguém me prende”. E a resposta veio em seguida do seu colega russo: “Pois em Moscou também podemos fazer a mesma coisa. Posso colocar um caixote na frente do Kremlin, falar o que eu quiser do Lyndon Johnson e ninguém me prende”.

Quer dizer, a situação era mais ou menos a que vivíamos no Brasil. Não podíamos falar daqui, falávamos de lá. Até mesmo num momento muito importante e histórico, quando passamos horas mostrando a Convenção do Partido Democrático e depois a do Partido Republicano e as pessoas perguntavam para que duas ou três horas de transmissão ao vivo da convenção de um Partido americano. E nós dizíamos: para aprender a fazer. É importante que o povo veja como funciona a democracia, é importante que as pessoas vejam como o povo vive quando está num regime aberto, em que posso dizer o que quero.

E hoje, junto com esta data tão importante que escolhemos para homenagear a Rede Globo, também é o Dia Internacional da Liberdade de Imprensa, que o Dr. Roberto Marinho, que o jornalismo da TV Globo, que os seus filhos, os profissionais da Rede Globo sempre souberam preservar: a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa.

Sinto-me extremamente à vontade, meu caro João Roberto, de participar deste momento tão importante para a Rede Globo nas comemorações dos seus 40 anos. Na verdade, no dia em que nós co-assinamos esse requerimento do Senador Tuma, viajei em seguida e acabei não me inscrevendo para falar nesta tarde. Graças à generosidade e à atenção do Senador Valdir Raupp que estou aqui a contar um pouco da história que ajudei, durante 23 anos, a fazer na Rede Globo de Televisão.

Vejo que a figura especial de Roberto Marinho tem semelhantes na comunicação internacional. Talvez a ele só se assemelhem figuras como William Paley, que criou a CBS americana, ou Sarnoff, que criou a NBC, também dos Estados Unidos.

A grande honra que sempre tivemos ao correr o mundo – e passamos por 72 países, em quatro continentes, representando esta empresa que é o orgulho de todo o brasileiro, especialmente lá fora –, era dizer que sabemos fazer televisão. Temos uma televisão que tem o mesmo nível da TV americana; melhor em determinados momentos.

Temos uma TV que é muito superior à televisão européia em vários países. Decididamente, não temos competição em nenhum outro lugar do mundo. Nossa televisão é do nível mais alto que existe do profissionalismo da TV universal, porque homens como Paley, Sarnoff e Roberto Marinho souberam fazer as estruturas fundamentais que dão capacidade ao profissional de poder trabalhar.

Qual era a diferença entre a Rede Globo e as outras emissoras? A rede Globo tinha pessoal, equipamento, talento e qualidade. Nas outras faltava sempre alguma coisa desse tripé. Se havia talento, não havia equipamento. Se havia equipamento, não havia recursos. E por aí se perdiam, às vezes, oportunidades extraordinárias.

A verdade é que, durante muitos anos, convivemos com essa extraordinária família que produz ainda hoje, possivelmente, o maior número de horas de programas de televisão para consumo interno. A TV Globo está hoje classificada – não sei se já foi dito isso aqui, meu caro João Roberto – como a mais importante produtora de televisão para o consumo próprio, o que significa dizer que a produção anual da Rede Globo corresponde a 2.200 filmes de longa metragem por ano. Tudo o que se produz na Globo hoje, com talento e equipamento próprios, de dentro da própria empresa, equivale a 2.200 filmes de longa metragem.

Isso é o testemunho da qualidade e da competência que hoje chega a 30 milhões de seres humanos fora do Brasil. O que se faz aqui chega a mais de 30 milhões de pessoas em vários países do mundo. Esse é um cartão de visitas extraordinário para o nosso País, ao lado do nosso futebol, das nossas cores e da nossa música. A Rede Globo é um cartão de visitas.

Tive a honra de participar desse processo com alguns dos profissionais que marcaram certamente a história da televisão brasileira e que precisam ser lembrados aqui neste momento, como José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, que foi fundamental na estruturação do padrão globo de televisão. Certamente não posso me esquecer de Walter Clark, que era uma juventude empolgada com a televisão, nem de Joe Wallach, um americano simples e brilhante que contribuiu muitíssimo para o começo da estrutura econômica da Rede Globo. Não posso deixar de lembrar o meu amigo José Itamar de Freitas, um dos maiores gênios da televisão

brasileira, que fez a concepção do programa “Fantástico”, que, por mais de vinte anos – já não faço mais as contas –, desde 1972, empolga as noites de domingo de todos os brasileiros. É indiscutível, é notável, como dura um programa bem feito na televisão brasileira. Raros programas no mundo inteiro têm a duração do “Fantástico” da Rede Globo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. convidados, talvez tenha me enganado uma única vez com o prestígio da Rede Globo no exterior, nas muitas, inúmeras viagens que fiz pelo mundo inteiro. Isso ocorreu, meu caro João Roberto, no Japão, onde fui fazer uma entrevista com o general, comandante-em-chefe das forças de segurança do Japão. O Japão não tem Exército, mas somente forças de segurança. Por força do Tratado de Paz, após a Segunda Guerra Mundial, o Japão só tem direito a uma espécie de milícia, uma polícia. Fui entrevistar esse general-comandante. No dia da entrevista, quando cheguei, encontrei-me na ante-sala com o mais importante jornalista da televisão americana, Dan Rather, que, até recentemente, era o âncora do mais importante jornal da rede de televisão CBS.

De repente, vem a secretária do general dizer ao Dan Rather que o general não iria conceder-lhe a entrevista. Ele levantou muito aborrecido; saiu realmente em condições de dizer algum impropério. Fiquei, então, esperando a minha vez de ser mandado embora. Para minha surpresa, volta a secretária e diz: “O senhor pode entrar, colocar o seu equipamento no local, que o general vai conceder-lhe a entrevista”.

Quando o meu entrevistado entrou, eu, já com as câmaras rodando, fiz a seguinte colocação para ele: “General, perguntar não ofende. Vim aqui para perguntar, mas, antes de tudo, queria saber como o senhor disse não para o maior e mais importante jornalista da TV americana e disse sim para esse modesto repórter da TV brasileira”. Ao que ele me respondeu: “Meu tio mora em São Paulo. Eu quero que ele me veja na TV Globo”. E eu já imaginando que era o prestígio da empresa e do repórter que tinha movido aquele general a conceder essa entrevista, e ele disse: “Meu tio mora lá. Ele vai me ver na TV Globo”.

Encerrarei, Sr. Presidente, dizendo o quanto me orgulho da história que você, João, seu pai, seus irmãos ajudaram a fazer, ajudaram a construir. Tenho muito orgulho de dizer que ajudei a construir um pouquinho dessa história.

Para nós, é extremamente importante que o Brasil tenha um sistema de comunicação profissional, competente, capaz, que se iguale a qualquer empresa de comunicação do mundo. Não existe, em lugar nenhum deste Planeta, emissora ou rede de televisão alguma com mais ou melhores condições técnicas, de

pessoal e de talento do que tem a nossa Rede Globo de Televisão.

Finalmente, quero dizer que não é por isso que estou aqui. Não basta colocar a cara na telinha da Globo para ser eleito Deputado nem Senador. Na verdade, estou aqui com 3,5 milhões de votos dos mineiros, que sabem da preocupação que todos temos com as questões nacionais e com a questão estadual. Em nome desses mineiros, venho dar parabéns à Rede Globo pelos seus 40 anos. Parabéns a você – transmita aos seus irmãos e em memória do seu pai – pelo trabalho extraordinário feito nesses 40 anos. Espero que possamos nos ver por aí nos próximos 40.

Quando comecei na Rede Globo, o lema era o seguinte: “O que é bom está na Globo”. Penso que foi por isso que fui correndo para lá. Na época era esse o lema. Espero que possamos nos ver por aí nos próximos anos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – A Presidência concede a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, lembrando aos demais oradores que só temos mais vinte inscritos. Conhecemos o poder de síntese de cada um dos senhores oradores e nele confiamos.

V. Ex^a tem a palavra, nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Edson Vidigal, Srs. Ministros Ciro Gomes e Eunício Oliveira, meu caro Dr. João Roberto Marinho, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, uma das mais marcantes iniciativas na área da televisão mundial, a Rede Globo de Televisão, nasceu pelas mãos de um jornalista, eminentemente jornalista, Roberto Marinho, e, por isso mesmo, teve e tem como sua espinha dorsal, o jornalismo, a informação e a notícia. O Jornal Nacional é padrão de qualidade técnica, além de se constituir em forte referência nacional e internacional.

Roberto Marinho, de certa forma, complementou a obra de integração iniciada pelo Presidente Juscelino Kubitschek e – é dolorosamente necessário para mim reconhecer – seguida pelo regime militar. JK, com a mudança da Capital para o Planalto Central, desbravou um imenso território até então quase vazio e, hoje, um dos principais celeiros do País. O regime autoritário que combatemos com todas as nossas forças estendeu para o Brasil moderna rede de comunicações, contribuindo, a partir de Brasília e das estradas abertas por Juscelino, para a integração nacional. Isso é inegável, sem prejuízo da eterna condenação às cassações de

mandatos, às torturas e à repressão às manifestações populares.

Criada naquele período, 1965, quando Brasília tinha apenas cinco anos e a rede de telecomunicações começava a ser implantada, a Globo soube aproveitar a oportunidade que se abria diante de seus olhos lúcidos. Na esteira da malha formada pelas torres e pelos cabos de transmissão, iria montando a extraordinária rede, hoje composta de 115 afiliadas, que cobrem 99% do território nacional.

Roberto Marinho realizou o sonho que acalentava desde a década de 50, quando, em viagem pelos Estados Unidos, descobriu a TV Network, densa rede de televisão. Jornalista arguto, intuiu estar ali importante caminho para a comunicação social. Já havia pedido ao Governo, em 1951, por intermédio da Rádio Globo, a concessão de um canal de televisão. A propósito, Pedro Bial, em seu livro sobre Roberto Marinho, lembra que se estava nos primórdios da TV brasileira e ela era anunciada como a mais nova modalidade de rádio.

Nem Roberto Marinho imaginava, naqueles tempos de 50, a importância que a Rede Globo de TV iria conquistar no Brasil. Nem os obstáculos que teria pela frente.. A concessão solicitada em 1951 foi outorgada pelo presidente Getúlio Vargas, depois por ele mesmo cassada, e, finalmente, confirmada, em 1957, pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Mais tarde, o presidente João Goulart concedeu outro canal, em Brasília, ficando, então, um no Rio e outro em Brasília. Bial diz terem sido esses os dois únicos canais obtidos por concessão do Governo. Os demais foram comprados. Ele enfatiza tal fato para rebater a injusta versão de que a Rede Globo de TV se teria expandido com a ajuda do regime militar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, com a sua licença, obrigo-me a registrar neste momento a honrosa presença entre nós do Excelentíssimo Senhor Presidente de Angola, José Eduardo Santos (palmas), que, numa dessas coincidências que a vida proporciona, faz esta vista ao plenário exatamente no dia em que comemoramos o Dia do Parlamento e os 40 anos da Rede Globo de Televisão, aqui representada pelo empresário João Roberto Marinho.

Agradecemos muito a honrosa presença de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS – Estou muito agradecido. Bom trabalho a todos e muitas felicidades.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, de fato, é uma honra desmedida podermos receber neste plenário figura tão ilustre como o presidente de um país amigo de tanto futuro e de tanto sofrimento acumulado como Angola.

A principal luta que Roberto Marinho teve de travar foi em relação ao acordo que fizera com o grupo Time Life, dos Estados Unidos. Esse acordo foi combatido duramente por concorrentes e por adversários políticos. Marinho enfrentou uma CPI e, ao fim, terminou por romper o acordo com o grupo Time Life, transformando o financiamento desse grupo em dívida que quitou com enormes dificuldades. Conseguiu, porém, que permanecesse no Brasil o competente técnico norte-americano Joe Wallach, que desempenhou decisiva participação na montagem e expansão da rede, juntamente com outros nomes que devem honrosamente ser aqui lembrados, como José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni; Walter Clark; Armando Nogueira; Alice Maria e Evandro Carlos de Andrade.

Falou-se muito numa suposta estreita relação da Rede Globo com o regime militar. As coisas devem ser postas nos devidos lugares. Roberto Marinho, como milhões de brasileiros, apoiou o movimento militar – eu não apoiei. Tinha ele simpatias por alguns dos generais que comandaram o País – eu não tinha. Mas é de notarmos que televisão é concessão, sujeita a cassação, exigindo, portanto, numa ditadura, redobrado cuidado de seus responsáveis. A verdade é que, apesar disso, havia atritos nas relações da Globo com o regime de força. Por várias vezes, especialmente no período mais negro da censura, não faltaram vozes a ameaçar com a cassação das concessões.

O episódio da novela “Roque Santeiro”, de Dias Gomes, é bem ilustrativo. Em meados das década de 70, os primeiros vinte capítulos, gravados, tinham sido encaminhados à Censura Federal e aprovados com cortes. Os cortes foram feitos e gravaram-se outros dezesseis episódios. Porém, a liberação final não saiu. Em seu lugar veio a proibição. Roberto Marinho pediu a seus auxiliares que lhe exibissem um capítulo. Assistiu-o ao lado de Boni. Em seguida pediu que chamassem Armando Nogueira. É Boni quem conta, em depoimento publicado no livro de Bial: “Quero fazer um editorial no Jornal Nacional”, disse Roberto Marinho. “Não é melhor negociar essa coisa?”, ponderou Boni. “Não, eu vou fazer um editorial contra a censura, porque isso é um absurdo.” E denunciou a existência de censura dentro da Televisão.

“Naquela noite” – diz Bial – “o Jornal Nacional, noticiário mais importante do País, afirmou claramente que o Brasil vivia em estado de exceção, sem liberdade de expressão, e que a TV Globo transmitia sua programação sob censura”.

Com muita honra, concedo aparte ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– Levando em conta o prosseguimento de suas pa-

lavras, talvez o meu aparte seja desnecessário. De qualquer forma, desejaria reafirmar que a coragem do Dr. Roberto Marinho enfrentava qualquer pessoa que tentasse cercear a liberdade de sua organização e limitar aquilo que ele tinha vontade de realizar. V. Ex^a tem um ponto de vista, nós temos outro. Muita coisa daquele regime, eu apoiei, e apoiaria hoje novamente. No entanto, é inadmissível colocar uma dualidade na figura de Roberto Marinho. Não era porque era concessão que ele cedia, ele não cedia nunca àquilo que fosse contrário à sua consciência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos, vejo que passou esse episódio do regime militar, que foi marcante. Ele deu a sua contribuição para a retomada do processo democrático. Naquele momento, estudante, contra o regime, evidentemente não era o meu autor preferido – uma figura que aprendi a conhecer e estimar com o tempo, admirar e respeitar por sua obra.

Digo apenas que, com ditadura, sobretudo alguém que era detentor de uma concessão tão relevante para o País, se concessões fez, meu caro João Alberto, se concessões tivesse de ter feito, isso se explicaria por ele não ser um avulso, um qualquer, um cidadão comum, por ser alguém que tinha de olhar com muito cuidado o dia de amanhã, olhar o País com olhos estratégicos. Portanto, aqui meramente colocava que o Brasil, que hoje não está dividido entre fulano e beltrano, entre os que estavam a favor ou contra o golpe militar, àquela época, comportava já figuras capazes de muita vontade, de muito idealismo – umas apoiando o regime que se instalou, outras acreditando piamente que o regime era um equívoco para o Brasil.

Por isso ressaltei que – e disse com dor – o regime militar implantou uma rede de telecomunicações fantástica neste País. Ele é responsável pelo pólo industrial de Manaus, que sustenta 97% da economia do meu Estado. Não poderia, portanto, deixar de reconhecer isso. Mais ainda: nos encontramos, V. Ex^a, eu, tantos outros e o Dr. Roberto Marinho, precisamente no momento mais bonito da história brasileira, que foi o eclodir da campanha de Tancredo Neves, Diretas/Tancredo Neves, a movimentação de massas, a manifestação do povo nas ruas, aquela coisa irresistível que mostrava que já não cabia uma situação que se perpetuava sem o povo querer. E o povo, ao mesmo tempo, sem ter os seus líderes responsáveis, todos eles, unidos. Portanto, não há discordância, há concordância.

E digo mais: poderia citar figuras ao lado de Roberto Marinho, poderia citar Jarbas Gonçalves Passarinho, figura de bem, correta, séria, íntegra, que estava ao lado do regime militar, assinou a cassação do meu pai. Nem por isso eu diria aqui que não se trata de uma

pessoa digna, de uma pessoa correta, de uma pessoa capaz. Teotônio Vilela: veio da Arena para ajudar no período da redemocratização. E tanta gente que soube, no momento certo, fazer a sua opção. Tanta gente que evitou o pior, tanta gente que estava dentro do regime e soube evitar o pior.

Adauto Lúcio Cardoso, outra grande figura. Deu ele fuga, como deputado federal, a Francisco Julião, seu antípoda ideológico. Deu fuga a Francisco Julião. No carro de meu pai não dava para dar fuga a Francisco Julião; não dava para dar fuga a Francisco Julião no carro do Dr. Ulysses Guimarães àquela altura. Dava para dar fuga no carro de Adauto Lúcio Cardoso. E Adauto fez isso: colocou Julião no seu carro e o levou até o aeroporto.

Fico muito feliz com a oportunidade que o seu aparte me deu, porque eu já estava meio enfadado de ler o discurso. Fico muito feliz, Ministro Ciro Gomes, de poder dizer da minha alegria de saber que somos um país onde as convergências se dão. E, neste momento, fico muito feliz sabendo do seu aguerrimento. V. Ex^a merece o meu carinho, um carinho muito grande – e isso não é nenhuma novidade para V. Ex^a. Os momentos em que fico mais feliz aqui é quando estamos juntos, porque, primeiro, damos trabalho para os outros e, segundo, sei como é poderosa a sua palavra, como é poderosa a sua vigilância.

Enfim, Roberto Marinho foi precisamente isto: foi um empresário responsável, um jornalista de acuidade enorme, que soube preservar sua rede de comunicações, que soube enfrentar a tormenta que, para qualquer jornalista, é a ditadura, e após, e ao fim, e ao cabo, Roberto Marinho, sem dúvida alguma, não faltou ao País quando este precisava da sua voz, da sua rede de comunicações para ajudar a se colocar termo imediatamente ao regime de força que tinha que dar vez a uma transição democrática, que se fez muito bem gerenciada sob a inspiração de Tancredo por esta figura que aqui estava ainda há pouco, o Presidente José Sarney, que cumpriu, do ponto de vista político, estritamente com o seu papel: ajudou o Brasil a tráfegar dos tempos obscuros da ditadura até a Constituinte, que, com seus equívocos e acertos, é hoje, de qualquer maneira, o grande marco a nos orientar para podermos dizer sobre ela que o Brasil hoje não é só uma grande democracia, mas uma democracia grande também, de 180 milhões, porque o Brasil pratica, sem dúvida nenhuma, de maneira irreversível e irretratável, um regime que nunca mais vai nos permitir viver outra vez a face obscura, a face escura, a face *dark*, a face sofrida da opressão sobre as liberdades dos brasileiros. Mas agradeço de coração ao aparte que V. Ex^a dá ao meu modesto discurso, Sr. Presidente.

E prossigo. Muito bem. Então, repito as palavras de Roberto Marinho: “Não, eu vou fazer um editorial contra a censura, porque isso é um absurdo.”

E Bial, aqui, continua dizendo que, naquele momento, a Globo transmitia ao País a sensação, para o povo que assistia às novelas, de que havia censura no País. Não tem contribuição maior do que essa para o regime democrático se restaurar na Pátria brasileira.

A primeira versão de Roque Santeiro foi, assim, para o arquivo, com prejuízo estimado em meio milhão de dólares. Só seria apresentada, numa segunda versão, em junho de 1985, com enorme êxito. Até hoje é lembrada no País. Algumas personagens deixaram saudades.

A Rede Globo, quando se decidiu pela participação, teve importante papel também na campanha das Diretas Já, contribuindo para o apressamento do fim do período militar. No começo da campanha, é preciso dizer, ela manteve prudente distância do movimento, por razões que não me cumpre discutir neste momento. A Rede Globo, todavia, acabou rendendo-se ao anseio da Nação e dando cobertura aos comícios, apesar da forte pressão que sofria de certos setores militares.

Terminou sendo força poderosa no sentido da redemocratização. Era e é inegável a influência de uma rede de televisão que abarca o País inteiro. Cito Fernando Henrique Cardoso:

A Globo era uma das instituições de poder no Brasil e sempre houve um certo sentido nisso, porque o poder da televisão é muito grande. Se você não tem um sentido institucional, é um perigo, e Roberto tinha sentido institucional. Tem gente que põe fogo no circo, quer se divertir. Tem gente que acha melhor não botar fogo no circo porque vai matar inocente. Roberto Marinho era do estilo de não pôr fogo no circo. Era uma visão conservadora? Não é uma questão de ser conservadora, é que você tem que ter bons argumentos para saber o que vem depois. Você tem que ter uma visão estratégica. E ele tinha visão estratégica.

Mencionei há pouco a novela “Roque Santeiro”, para dar exemplo da censura a que esteve submetida a Rede Globo à época da ditadura, como de resto esteve submetida à censura toda a mídia brasileira naquele período obscuro da nossa História. Novela da Globo, porém, é capítulo à parte. É um dos seus pontos altos. Quantas novelas e minisséries de excelência já foram apresentadas! Eis aí mais um fator de unidade nacional. Todo mundo sabe que na hora das novelas, principalmente a chamada novela das oito, quase que o Brasil inteiro está ligado na Globo. Até desapareceu,

nas pequenas cidades, aquele hábito de ficarem as famílias conversando, à noitinha, nas varandas ou nas calçadas. E o êxito não é mais somente no Brasil. As novelas vão-se espalhando pelo mundo, fazendo sucesso pelo enredo, pelo bom desempenho dos artistas e pela qualidade técnica.

Muitas delas aproveitam episódios da atualidade para incluir críticas ou fazer campanha de utilidade pública. Foi, por exemplo, o caso de “Laços de Família” que incentivou as doações de medula óssea ou de “O Clone”, que alertou enfaticamente contra o consumo de drogas. Elas difundem costumes, suscitam discussões, influem em acontecimentos como no caso do **impeachment** do Presidente Collor. Na época, a Globo apresentava “Anos Rebeldes”, versando sobre o romantismo da juventude, seu idealismo, seu sentimento cívico, suas manifestações públicas, sua capacidade de resistir e o seu gosto pela política. O Presidente Collor, sentindo-se acuado, teve a idéia de conclamar o povo a sair às ruas com uma fitinha verde-amarela, para demonstrar-lhe apoio. O tiro saiu pela culatra. A juventude, quem sabe em parte influenciada pela novela, saiu às ruas, mas não de verde-amarelo, e sim de fitinhas pretas ou com as caras pintadas, para manifestar-se contra o Presidente. Foi também graças à televisão e, portanto, igualmente graças à Globo, que se popularizou, no Brasil, a expressão “caras pintadas” como sinônimo permanente de luta pelos direitos da cidadania.

A Rede Globo valorizou o artista, deu emprego a centenas e centenas deles, ajudou também a difundir a arte teatral e a melhorar a qualidade do cinema nacional. Os artistas de teatro, apresentando-se numa rede de tão alta audiência, tornaram-se conhecidos do público e puderam, nos dias de folga, excursionar pelo País com casas lotadas. As gravações e os espetáculos teatrais tiveram até de se ajustar para permitir que artistas participassem de ambos. São, então, notáveis as contribuições da Rede Globo nos campos da cultura e do lazer. Na apresentação que escreveu para o Dicionário da TV Globo, o diretor da Central Globo de Comunicação, Luis Erlanger, assinala ser a Rede Globo “um ponto de encontro, um espelho onde os brasileiros se vêem e, mais ainda, uma janela que abre horizontes”.

Justa, pois, é a homenagem, Senador Tasso Jereissati, que, neste improviso e neste momento, o Senado da República e este modesto Senador prestam à Rede Globo de Televisão para assinalar seus 40 anos de merecido sucesso.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada, sucessivamente pelos Srs. Renan Calheiros, Presidente e Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – “Cuide, General, dos seus militares, que dos meus comunistas cuido eu”, essas palavras expressam bem a postura e a posição de Roberto Marinho frente a esse momento tão grave da vida nacional.

Relembrando essas palavras, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos; Sr. Presidente do STJ, Dr. Edson Vidigal; Sr. Ministro Ciro Gomes; meu caro amigo João Roberto Marinho; Sr^{as} e Srs. Senadores, no Brasil, qualquer instituição que consegue completar 40 anos já merece uma homenagem; se, além disso, ela consegue ser uma empresa que se espalha por todo o Brasil, merece muito mais; se, além disso, ela consegue representar e levar a imagem do Brasil ao mundo inteiro, ela merece ainda mais essa nossa homenagem. Por isso, a Globo, que tem 40 anos, que é nacional, que está no mundo inteiro, merece – e só por isso já merecia – a homenagem do Senado Federal. Mas isso não é tudo.

Nenhuma outra organização teve papel tão importante na segunda metade do século XX na formação da identidade nacional. Em qualquer país, uma nação se unifica pela educação igualitária de suas crianças. É a escola que consolida os mitos nacionais, que transmite a História e as histórias do País. É ela que consolida os sentimentos comuns, as visões comuns, o imaginário de um povo. Mas, no Brasil, um País sem escola, sem educação, foi a mídia que fez esse papel ao longo dos últimos anos.

Entre os órgãos da mídia, nenhum outro teve um papel tão importante quanto a Rede Globo. Meu caro João Roberto, aproveitando que ao seu lado está o Ministro Ciro Gomes, eu diria que a Rede Globo é o São Francisco da cultura nacional, sem querer provocar debates com o Governador que estava aqui há pouco, João Alves, e com o Governador, Ministro e Senador Antonio Carlos Magalhães. Há um detalhe: estou seguro, Ministro Ciro Gomes, de que esse “rio da cultura” todos nós gostaríamos de ver transportado para todo o Brasil. E isso não seria difícil se colocássemos nas escolas sistemas mais eficientes para receber aquilo que a Rede Globo e outros órgãos produzem.

Ao longo desses 40 anos, seus noticiários, suas novelas, suas reportagens, seus programas de humor,

suas entrevistas, seus programas educacionais foram elementos centrais de como os brasileiros passaram a ver o Brasil. E tem sido também os instrumentos que levam ao mundo a imagem do Brasil.

Nesses 40 anos, certamente a figura do Dr. Roberto Marinho foi decisiva, mas não foi a única. Sem os seus repórteres, artistas, atores, atrizes, escritores, roteiristas, engenheiros, sem cada um de seus trabalhadores executivos, incluindo seus três filhos, a Rede Globo de Televisão poderia durar 40 anos, mas jamais teria chegado à importância que teve e que tem.

Pode-se até discordar da forma como, às vezes, a Rede Globo nos fez e nos faz ver o Brasil, mas não se pode discordar que o Brasil vê o Brasil através das câmeras da Rede Globo. Cada brasileiro vê a Globo como o olho pelo qual capta e entende o Brasil.

Sem a Rede Globo, nesses últimos 40 anos, o Brasil seria um arquipélago de grupos isolados, sem uma visão comum do País. A Rede Globo fez pontes entre os brasileiros, transformando o arquipélago em um continente. Mas esse continente continua dividido pela desigualdade decorrente da brecha educacional que divide o Brasil. Brecha determinada pela ausência de uma política nacional unificadora com estratégias de inclusão, de permanência e qualidade da educação para todas as crianças, não importando a cidade onde nasça nem a vontade do prefeito. O modelo brasileiro de educação, estadualizado e municipalizado, mantém um sistema perverso que consolida a desigualdade, porque o berço da desigualdade está na desigualdade do berço.

Oferece esse sistema municipalizado uma escola desigual, conforme a riqueza da cidade e a vontade do prefeito. Não fosse a mídia falada, especialmente a Globo, talvez nem mais o próprio português seria o mesmo para todos os brasileiros, pelo tamanho do vocabulário, pela riqueza do uso da gramática, pela sintaxe, que cada grupo social vai desenvolver.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ilustre Senador Cristovam Buarque, primeiro, cumprimento-o pelo ângulo que V. Ex^a focaliza a importância da TV Globo para o Brasil. Estou aqui entre afiliados da TV Globo – o Plínio Profeta da MTV, o Carlos Lindenberg da TV Gazeta, o Jaime Câmara e tantos outros que estão aqui – e quero dizer que essas afiliadas é que dão a capilaridade e, ao mesmo tempo, a dimensão continental e maravilhosa deste País, trazendo para os olhos do Brasil inteiro aquilo que cada um sente na sua região. Por exemplo: quando, no Espírito Santo,

avança a agronomia – começamos a fazer o plantio do café adensado –, o paulista e o paranaense, assiste ao Globo Rural e imediatamente toma conhecimento dessa nova técnica e começa a copiá-la. Ao mesmo tempo, vemos a festa bem folclórica do Nordeste, ou a festa dos pomeranos no Espírito Santo, ou a manifestação folclórica dos poloneses no interior do Paraná, ou o primo do Papa Karol Wojtyła, no dia da sua morte, falar aos brasileiros sobre a história de alguém tão ilustre e tão importante para a história do mundo. Então, essa capilaridade da TV Globo tem duas mãos: uma mão que leva para o Brasil o espetáculo todo e outra que recolhe a grandeza e a diversidade do Brasil e a distribui para que o País possa se conhecer. Somos, ilustre Senador, da geração do entalado. Quanta maldição contra a televisão brasileira! Os enlatados, os enlatados! Certamente, hoje, alguém da vanguarda, do retrocesso, qualquer um do País, vai estar xingando os enlatados. Graças a Deus, enlatados brasileiros da Rede Globo, que estão invadindo o mundo. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Agradeço ao Senador Gerson Camata por evitar um esquecimento. Sempre que pensamos na Rede Globo pensamos mais na Globo do que na Rede. De fato, sem as transmissoras, o arquipélago continuaria. A Rede é fruto do trabalho da Globo com todos os seus associados.

Sr. Presidente, além desse trabalho integrador como mídia que a Globo faz, deve-se lembrar, embora não seja o seu aniversário hoje, o papel da Fundação Roberto Marinho – tive a honra de pertencer ao seu Conselho –, que teve um papel fundamental no preenchimento do vazio educacional brasileiro.

Sr. Presidente, se a Globo passar ao Brasil a necessidade de educar o Brasil, ela estará quase completando sua tarefa de unificadora, porque sozinha ela não vai ter esse papel, porque esse papel é do Estado brasileiro.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Por favor, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Senador Cristovam Buarque, solidarizo-me com V. Ex^a nesta comemoração dos 40 anos da Globo, dizendo que a Globo faz parte da nossa vida, seja no campo educacional – V. Ex^a acabou de falar na Fundação –, seja quando queremos saber da realidade do Brasil e do mundo e ligamos a televisão nos noticiários, seja quando queremos fugir da realidade e procuramos a ficção, por meio das novelas que, por mais que nós, nordestinos, machões, digamos que não assistimos

às novelas, quando percebemos estamos viciados, acompanhando capítulo por capítulo, nem que seja de ouvido. Às vezes, o Brasil inteiro fica envolvido, como foi o caso da última novela, Senhora do Destino. Portanto, congratulo-me com V. Ex^a e desejo à Globo não 40 anos a mais, mas muitos e muitos decênios, se Deus quiser, com o sucesso que tem. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Obrigado, Senador Ney Suassuna.

Sr. Presidente, continuando na linha do Senador Ney Suassuna, quero dizer que os próximos 40 anos não bastarão à Globo, que não terá condições – e nem é o seu papel – de completar a unificação brasileira. Vai ser preciso também a escola.

Quem sabe possa partir da Rede Globo, nos próximos anos, fazer o povo brasileiro perceber que não basta a Globo para o povo ver o Brasil, que será preciso a escola, onde a televisão poderá ser usada como instrumento pedagógico, como recurso didático.

Se a Rede Globo passar ao Brasil essa necessidade de educar o Brasil, ela estará completando sua tarefa de unificadora nacional. E dentro de não mais que dez ou vinte anos, quando completar seu 50º ou 60º aniversário, a Globo poderá dizer que ela não apenas mostrou o Brasil aos brasileiros, mas também ajudou a ensinar os brasileiros, por meio da educação, a compreender e transformar o Brasil.

Esta é a nossa homenagem e o nosso apelo para a Rede Globo e para todos que a fazem.

Não vou concluir dando parabéns a V. S^a, meu caro João Roberto, porque quero dar parabéns ao Brasil por ter a Rede Globo. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente Renan Calheiros, Exmº Sr. João Roberto Marinho, representando aqui as Organizações Globo e a família Marinho, ilustre competente e eficiente Ministro Ciro Gomes, Sr. Presidente do STJ, Dr. Edson Vidigal, Exmº Sr. Senador Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados, dia 26 de abril último foi uma data de grande significado não só para a comunicação, mas também para a cultura brasileira. Há exatos 40 anos, telespectadores dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo assistiam, pela primeira

vez, a um programa do que seria hoje a Rede Globo de Televisão. Era um programa infantil, chamado Uni-Duni-Tê, que já antevia uma grade de programação que, ao longo de todos esses anos, se pautou pela qualidade.

Foi o começo de uma saga empresarial e cultural do fundador da rede, jornalista Roberto Marinho, que faleceu em 2003 aos 98 anos. Quarenta anos depois, a Rede Globo de Televisão é líder de audiência em todos os Estados do Brasil.

A sua imagem chega a 99,8% das cidades brasileiras, uma marca impressionante. São 113 afiliadas pelo País e mais 30 países que retransmitem a programação da emissora, através da Globo Internacional, o que faz da Globo a terceira ou quarta maior rede de TV do mundo.

Nesses 40 anos, a emissora produziu: novelas, programas de auditório, infantis, humorísticos, esportivos, séries e minisséries, além de um jornalismo moderno e sempre de grande agilidade. O Jornal Nacional, carro-chefe do jornalismo global, é líder absoluto em audiência desde sua estréia, em 1969, um fenômeno realmente incrível.

As novelas brasileiras da Globo são produtos de exportação. Vistas em vários países da Europa, mostram, sem dúvida, o potencial do artista brasileiro e a competência da produção televisiva do País. Na Rede Globo, de Televisão encontram-se hoje alguns dos mais capacitados profissionais de TV no planeta em diversos setores, além de atores e atrizes que brilham nacional e internacionalmente pelo seu talento.

O que é mais importante, no entanto, é que a programação da Rede Globo, em todos esses anos, não apenas foi variada e eclética, mas primou sempre pela qualidade absoluta. Tanto é que, hoje, no mundo televisivo, virou referência o chamado Padrão Globo de Qualidade. Nada que seja produzido pela Globo foge desse padrão, que leva em consideração tanto os aspectos técnicos quanto os aspectos artísticos.

A importância da TV Globo se mede não apenas pelas mudanças profundas que operou, ao longo dos anos, na televisão brasileira, como pela presença cada dia mais forte na temática social. Seja através da teledramaturgia ou mesmo do jornalismo, a Globo tem suscitado debates muito importantes para o País, como o racismo, o tratamento das doenças, a questão das drogas, da homossexualidade e tantos outros. Temas tabus que, quando tratados numa linguagem inteligente e provocadora, despertam debates nacionais, provocando importantes soluções.

A partir de hoje, o melhor da produção da Globo nesses quarenta anos poderá ou pode ser revisto por quem já viu ou visto pela primeira vez pelas no-

vas gerações. Uma programação que reúne vários gêneros, unidas pela qualidade e pelo alto nível que sempre tiveram.

Em nome do povo goiano, que represento neste Parlamento, presto minhas homenagens à Rede Globo de Televisão nos seus 40 anos. Registro o reconhecimento da sua importância para a televisão brasileira, para a cultura do nosso País e pelas contribuições sociais que tem dado ao Brasil.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Maguito Vilela?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Com muito prazer, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Cumprimento V. Ex^a e a Rede Globo de Televisão por todas as suas iniciativas. Ressalto, inclusive, um ponto que V. Ex^a acaba de mencionar: a Globo, por meio da sua programação jornalística e de suas novelas, está suscitando temas que merecem ser objeto de grande debate. Cito um exemplo atual: a novela América, da autora Glória Peres. Ali está-se retratando um anseio muito grande dos seres humanos de poderem se locomover de um país para o outro dentro das Américas. Na momento em que o país de maior riqueza no mundo, os Estados Unidos da América, propõe aos demais países das três Américas a criação de uma área de livre circulação de capital e de bens e serviços, mas restringe, sobremodo – muito mais do que há 20 ou 30 anos – a livre circulação dos seres humanos, a novela retrata esse problema social. Cumprimento a Rede Globo pela sensibilidade dos responsáveis pela escolha desse tema. Ainda não sei o que vai acontecer na novela, mas certamente ela já está trazendo um debate que, inclusive, tem sido objeto de consideração por parte de Parlamentares como os Senadores Hélio Costa e Marcelo Crivella, que, em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, foram aos Estados Unidos acompanhar de perto a situação dos brasileiros detidos em prisões na fronteira. Mas isso deve servir para pensarmos no objetivo de – também nas Américas, como hoje na União Européia – liberdade de escolha dos que vivem nas três Américas de onde possam viver, trabalhar e estudar. Esse é mais um exemplo que a Rede Globo nos dá. Cumprimento o Sr. João Roberto Marinho, em nome de todos os que ali trabalham, por mais essa iniciativa importante para a realidade brasileira e das Américas. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Acolho e agradeço o aparte, Senador Eduardo Suplicy, que irá enriquecer o meu pronunciamento.

Estava me referindo às homenagens do povo goiano, através da minha pessoa, à Rede Globo.

Quero cumprimentar todos os profissionais que fazem da TV Globo uma das maiores e melhores do mundo: artistas, técnicos, executivos, funcionários, enfim, a todos. E a toda família Marinho nosso reconhecimento sincero e especial, na pessoa do seu representante, Sr. João Roberto Marinho.

Ao jornalista Roberto Marinho, um dos mais importantes brasileiros da história, nossa lembrança de reconhecimento por tudo que fez pelo Brasil e pelos brasileiros.

Quero também pedir permissão para estender os meus cumprimentos à Organização Jaime Câmara, aqui representada por seu digno Presidente, Sr. Jaime Câmara Júnior, que tem detém oito afiliadas da Rede Globo em Goiás e no Tocantins. Lá, como no resto do País, a TV Anhanguera prima também pela eficiência e pela qualidade.

Parabéns à Rede Globo pelos 40 anos! E os votos de que continue contribuindo – e muito – com a história, com a cultura e, principalmente, com as questões sociais do Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço V. Ex^a, Senador Maguito Vilela.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, faço um apelo à Casa. seria bom se os Senadores se manifestassem, preferencialmente, por meio de apartes, como, aliás, fizeram os Senadores José Sarney, Eduardo Suplicy e Gerson Camata. Dessa forma, seria mais produtivo e, sem dúvida, democratizaria ainda mais o uso da palavra por todos nós.

Além do mais, o homenageado tem um compromisso fora de Brasília, e o Ministro Ciro Gomes precisa se retirar daqui a pouco. Se as manifestações importantes e insubstituíveis dos Senadores puderem ser feitas por aparte seria, como disse, muito melhor e mais democrático.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores; Dr. João Roberto Marinho, Presidente das Organizações Globo; querido Ministro Edson Vidigal, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Ministro Ciro Gomes; senhoras e senhores; cumprindo a determinação do Presidente Renan Calheiros, serei breve, tendo em vista a vasta lista de oradores.

Por que esta homenagem? Porque nos orgulha não só o trabalho que a Rede Globo faz em todas as regiões do nosso País, principalmente em meu Estado, mas também a satisfação que a população experimenta

ao ligar o aparelho em um canal de televisão e assistir, todos os dias, a variadas programações patrocinadas pela maior empresa de telecomunicação brasileira e uma das maiores do mundo.

Dá-nos grande satisfação visitarmos nossas bases e ali ouvirmos aquelas pessoas, principalmente as ribeirinhas, aquelas que moram nos longínquos rincões do nosso Brasil, Ministro Edson Vidigal, dizerem: “Vi o senhor na Rede Globo, no Jornal Nacional”; “Assisti à cerimônia das festividades dos 40 anos da Rede Globo”. Isso tem muito a ver com o nosso povo, que sente orgulho de ter em seu país uma Rede de TV como a Globo. E esse orgulho transcende nossas fronteiras com a atuação da Rede Globo em outros países. Ao sairmos do Brasil, nos surpreendemos ao sermos questionados sobre as novelas, as muitas novelas que aqui já assistimos; somos sempre indagados a respeito do seu final, já que aquela programação já nos foi transmitida. Então, o povo brasileiro está duplamente orgulhoso com o trabalho realizado pela Rede Globo.

Sr. Presidente, quero, aqui, exaltar a figura do Jornalista Roberto Marinho, sempre citado, nesta Casa, pelo Senador Antonio Carlos Magalhães – a seu lado, o seu filho, Antonio Carlos Júnior, que também foi Senador da República e nosso amigo pessoal – e homenageado por todos, Senadoras e Senadores, mas em especial pelo Senador Antonio Carlos Magalhães que, por diversas oportunidades, nos fala sobre sua convivência com o Jornalista Roberto Marinho. Inclusive há um Projeto no Senado da República, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães no sentido de homenagearmos o centenário do Dr. Roberto Marinho. Aí está a força, o entusiasmo que o povo brasileiro tem na representação do Senado Federal, sem falarmos na força que o Senador Antonio Carlos Magalhães tem nesta Casa ao fazer com que a Rede Globo seja sempre lembrada neste plenário.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Concedo o aparte ao Senador José Jorge Como não posso faltar com Pernambuco e com o Senador José Jorge, pedirei a transcrição do meu discurso.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Luiz Otávio. Gostaria de me congratular com o pronunciamento de V. Ex^a. E, nesta oportunidade, parabenizar a Rede Globo pelos seus 40 anos. Quero, aqui, citar um fato que considero muito importante na trajetória da Rede Globo. Refiro-me à criação da TV Futura pela Fundação Roberto Marinho. Esse canal de televisão, que é 100% educativo, foi desenvolvido há alguns anos com o apoio de outras empresas,

mas com a liderança da Rede Globo, presta grandes serviços à comunidade educacional brasileira e ainda vai prestar muito mais. Portanto, congratulo-me com os filhos do Dr. Roberto Marinho, todos os três, por essa iniciativa. Penso que a TV Futura será marcante no uso da tecnologia, na melhoria dos padrões educacionais do Brasil. Parabéns a V. Ex^a, Senador Luiz Otávio, e parabéns à Rede Globo. Muito obrigado.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a inserção do aparte do Senador José Jorge ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença de Dom Orani Tempesta, Arcebispo de Belém, que, com certeza, vai ter a honra e a satisfação em ver toda a programação do Círio de Nazaré, mais uma vez, transmitida ao vivo pela Rede Globo.

Lá no Pará, temos a TV Liberal, do Grupo Romulo Maiorana, homem de igual estirpe à de Roberto Marinho. Os paraenses sentem-se orgulhosos ao ver a força desta Rede no Estado com rádio, jornal e emissora de televisão.

Dr. João Roberto Marinho, lá no Pará, há uma história de que quando **O Liberal** publica, e às vezes somos questionados a respeito de uma notícia até de nomeação, somos perguntados se alguém vai ocupar esse ou aquele lugar, o cidadão ainda está trabalhando, mas **O Liberal**, numa posição de vanguarda, publica e realmente acontece. Com isso, a credibilidade do Repórter 70, da família Maiorana, por meio do seu líder maior Romulo Maiorana Júnior, que também se encontra neste plenário, que se deslocou do Pará para homenagear os 40 anos da Rede Globo, que exibiu aquela festa maravilhosa, com uma programação especial, em que tivemos a oportunidade de conviver com artistas renomados, todos, inclusive Roberto Carlos, que deram aquele *show* de vida, de esperança, de fé.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Concedo o aparte ao Senador Fernando Flexa Ribeiro, do PSDB, do Pará, para encerrar o meu pronunciamento, dando a S. Ex^a a oportunidade desta Casa ouvir outros Senadores.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Agradeço o nobre Senador Luiz Otávio pelo aparte. Associo-me as suas palavras ao homenagear o Dr. João Roberto Marinho e a Rede Globo pelos seus 40 anos de prestação de serviços à sociedade brasileira. Como colocou o nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, a Rede Globo tem unido o nosso País por intermédio de todos os seus programas culturais de jornalismo, de entretenimento. Como disse o nobre Senador Luiz Otávio, no ponto mais distante da nossa Amazônia, Ministro

Edson Vidigal, as notícias da Rede Globo, transmitidas pelas suas afiliadas nos chegam de pronto. Então, a obra de seu pai, o Jornalista Roberto Marinho, lembrada pelo Senado e por todos os brasileiros, que o Senado neste momento reverencia, vai ser lembrada por várias gerações, na continuidade de seus filhos. E, no Pará, Jornalista João Roberto Marinho, temos lá sua afiliada, também com uma fidelidade de 30 anos, iniciada pelo Jornalista Romulo Maiorana e continuada pelo Jornalista Romulo Maiorana Júnior, que aqui está para trazer a sua homenagem aos 40 anos da Rede Globo. Portanto, ao me associar a esta homenagem prestada pelo Senado da República, associo-me também a todos os brasileiros que prestam homenagem a sua família para continuar, como disseram os Senadores que me antecederam, por mais 40 anos e muito mais, a prestar serviço à sociedade brasileira. Era o que tinha a dizer. Agradeço-lhe o aparte, nobre Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Agradeço o aparte à Patativa do Norte, o Senador Flexa Ribeiro. Meus cumprimentos ao homenageado, aos convidados e, em especial, ao Dr. João Roberto Marinho.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que dê como lido o meu pronunciamento, que compõe de apenas 30 páginas. Resolvi resumir-lo nesta manifestação pessoal.

Agradeço a atenção de V. Ex^{as}.

Parabéns à Rede Globo pelos seus 40 anos!

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR LUIZ OTÁVIO.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, 40 Anos da Rede Globo, a Rede Globo de Televisão completou 40 anos a serviço da cultura e do povo brasileiro. Fruto dos sonhos do fantástico empreendedor, jornalista e brasileiro Roberto Marinho, a emissora sempre teve tudo a ver com o Brasil. Criada em 26 de abril de 1965, a Globo logo conquistou a preferência do público nacional. Ainda menina, aos cinco anos de existência, se tornou líder de audiência, e nunca mais deixou de encantar os olhos, corações e mentes dos espectadores.

De lá para cá, a menina cresceu e se tornou essa quarentona homenageada no dia de hoje. Hoje, a Rede Globo frequenta a casa de todos nós: pode ser vista em 99,84% dos lares do Brasil. Mesmo em meio à mata fechada da floresta amazônica, que eu conheço muito bem, é possível ver a Globo. Essa abrangência é resultado da competência da direção da Globo e de suas afiliadas em todo o País.

A Rede Globo de Televisão representa um monumental conjunto de 4 geradoras próprias e 113 re-

transmissoras em todos os Estados. No exterior, sua programação chega a 30 milhões de pessoas. É a maior rede de TV da América Latina e a quarta maior do mundo. Tudo com sotaque 100% nacional: “Uma televisão de altíssima qualidade feita por brasileiros e para brasileiros”, como sintetizou Roberto Irineu Marinho, na comemoração do aniversário da Globo na semana passada.

Nesses 40 anos, a emissora alcançou o estado da arte na produção de informação, cultura e entretenimento. O Padrão Globo de Qualidade virou sinônimo de excelência que transcende as margens da telinha. É o exemplo mais bem acabado da vocação comunicativa de nosso povo. Em poucas décadas, a TV produzida no Brasil se tornou reconhecida em todo o mundo. Símbolo de nossa aptidão extraordinária, a programação da Globo é modelo para grandes redes dos Estados Unidos e da Europa.

Seu idealizador, o gigante Roberto Marinho, sabia que o sucesso de uma emissora de televisão estaria calcado na credibilidade. Jornalista, sempre teve compromisso com a verdade e com a informação precisa. Doutor Roberto exigiu de sua TV um jornalismo com a qualidade do jornal impresso O Globo, que comandava. O resto da história nós conhecemos, ou melhor, a ele assistimos, durante as seis horas diárias de noticiário na tela da Globo. Telejornais regionais, há o Bom Dia Brasil, o Jornal Hoje, o Jornal da Globo, o Jornal Nacional. Através deles, os brasileiros vêem o que acontece no País e acompanham ao vivo os fatos mais importantes da história.

Doutor Roberto sabia, contudo, que fazer televisão não era apenas fazer jornalismo. Filhote do cinema, o veículo tinha notável vocação para o entretenimento. Por isso, fez questão de que a Globo transmitisse grandes eventos na área de artes, cultura e esportes. A paixão pelo futebol, por exemplo, tinha que estar na tela da Globo. Através da emissora, desde 1970, assistimos ao vivo a nossa seleção brilhar nos gramados do mundo, nos enchendo de orgulho. Como nos orgulhou Ayrton Senna, nosso herói das pistas. Onde estivesse pilotando, nos levava com ele, em seu *cockpit*, através da câmera da Globo, na voz de Galvão Bueno, fazendo todos nós cantar o tema da vitória.

A Globo se firmou como palco moderno de expressão artística e cultural. Em companhia de uma talentosa equipe, Roberto Marinho construiu a maior produtora de programação televisiva do mundo e ajudou a desenhar a cara do País. Durante estes 40 anos, em novelas, minisséries e programas especiais, o Brasil se viu na tela da Globo. Aprendemos o sotaque, a cultura e o costume das mais variadas regiões. Nos divertimos com as peripécias da viúva Porcina em

Roque Santeiro. Nos emocionamos com as esposas dos revolucionários da Casa das Sete Mulheres. Vivemos com a luta da Escrava Isaura pela liberdade. A Globo sempre fez questão de mostrar o Brasil. Recentemente, desfrutamos de algumas maravilhosas paisagens de minha terra natal, a cidade de Belém, na novela “As Filhas da Mãe”, com Alexandre Borges e Cláudia Raia.

No Estado do Pará, aliás, como em todo o Brasil, a Globo é campeã absoluta de audiência. O sucesso é fruto da visão de Roberto Marinho e da competência da TV Liberal, afiliada da Rede Globo no Estado. Comandada pelas Organizações Romulo Maiorana, a TV Liberal é, sem dúvida, uma das mais bem-sucedidas parcerias da Globo em todo o Brasil, reconhecida pela família Marinho.

Como a trajetória da Globo, a história da TV Liberal é de sucesso absoluto de público e de crítica. É uma TV feita por paraenses e para o povo do Pará. Há 28 anos, recém completados, transmite uma programação de qualidade, voltada para os interesses e para o gosto do público local.

A TV Liberal nasceu da imaginação e do empenho de Romulo Maiorana, jornalista tão iluminado quanto Roberto Marinho, de quem se tornou amigo. Em 1975, Maiorana era proprietário do Jornal Liberal e da Rádio Liberal, mas seu sonho só estaria completo com o lançamento de uma televisão. Havia inúmeras dificuldades e faltava dinheiro para entrar em um negócio tão arriscado. Mas sobrava disposição, talento e visão empresarial. Ainda naquele ano, Rômulo venceu a concorrência pública e obteve a concessão do canal 7 de TV. Em seguida, fechou acordo com a Rede Globo para retransmitir a programação da emissora no Pará.

A TV Liberal nasceu ao vivo e em cores, com o melhor da tecnologia da época. Entrou no ar com dez horas ininterruptas de programação, enquanto as concorrentes só transmitiam durante a noite. Romulo Maiorana pensou grande, pensou à frente, contra a descrença de muitos, que não acreditavam em uma emissora de TV no meio da Amazônia. Romulo acreditava, e trouxe os melhores nomes do jornalismo paraense e o melhor dos equipamentos disponíveis.

A TV Liberal foi criada com o compromisso de trazer o melhor da informação e da cultura ao espectador do Pará. Desde o início, a maior parte da programação era produzida na cidade de Belém. Apenas as novelas e os telejornais nacionais vinham da Rede Globo. As dificuldades eram muitas: a televisão ainda engatinhava no Brasil. Distante dos grandes centros, os obstáculos eram maiores. Mas nada que não pu-

desse ser suplantado pela habilidade extraordinária dos profissionais da TV Liberal.

A emissora não perdeu tempo. Em seus primeiros dias no ar, trouxe notícia e informação para o público, nas transmissões dos jornais locais. Em poucos meses de existência, o primeiro grande teste da equipe: a pioneira transmissão em cores do Círio de Nazaré, em outubro de 1976. Desde então, o Círio, a maior manifestação de fé do povo paraense, tem sido transmitido ao vivo, em todos os detalhes, pela TV Liberal, em uma cobertura de nove horas consecutivas.

No ano seguinte, outro desafio: a inesquecível cobertura da enchente de 1977, no Baixo Amazonas, acompanhada de perto pela valorosa equipe de reportagem da TV. A experiência refletiu aquela que seria a marca da atuação da emissora: transmitir ao vivo a história do Pará, registrando todos seus momentos marcantes; como em 81, quando mostrou o primeiro jogo de futebol ao vivo de Belém para o público da capital. Era a final do Campeonato Paraense daquele ano, entre Paysandu e Remo, ocasião em que mostrou faria todo o esforço possível para levar o máximo ao povo do Estado.

Em 1984, com a morte do pai, a tarefa de dirigir as Organizações Romulo Maiorana coube a seus herdeiros. O comando das Organizações ficou a cargo de sua mãe, a Senhora Lucidéa Batista Maiorana, a Dona Déa. Ainda jovem, o primogênito, Rômulo Maiorana Júnior, assumiu a presidência-executiva da TV Liberal. Junto com os irmãos, a família Maiorana consolidou o grupo como a maior empresa de comunicação da Amazônia.

Rômulo Júnior trabalhou muito para realizar o sonho de seu pai: levar a TV Liberal a todos os lares do Pará. E conseguiu, com a TV via satélite, retransmitir a programação gerada em Belém para o interior do Estado. A empreitada foi alcançada com a implantação de estações em Altamira, Marabá, Castanhal, Itaituba, Paragominas, Paraubebas, Redenção e Tucuruí. Finalmente, o Pará estava integrado por meio da televisão. Com a chegada da TV Liberal, sempre com o apoio da Rede Globo, muitos paraenses do Sul do Estado, que não conheciam a festa do Círio de Nazaré puderam acompanhar a procissão pela telinha.

A TV Liberal continua a investir em tecnologia e na qualidade de sua programação. É uma das poucas TVs da região Norte que possuiu uma sucursal no Distrito Federal, dando um rosto regional à programação gerada em Brasília. A sucursal na Capital Federal é comandada pelo dinâmico Diretor Regional, o executivo Fabio Augusto Andrade. A empresa se prepara, agora, para a próxima etapa: a era da Televisão Digital. Será um novo patamar na história das comunicações,

e, tenho certeza, a TV Liberal estará bem preparada para encarar o desafio.

Quero aqui, portanto, dar meus parabéns à Rede Globo de Televisão, pela celebração de seus 40 anos, em companhia, tenho certeza, do povo do Pará, que, há décadas, não desgruda da tela da Globo. Cumprimento também toda a equipe da TV Liberal, na pessoa do Senhor Romulo Maiorana Júnior, responsável pelo sucesso da emissora no Estado. Que essa parceria de tantas alegrias tenha longa vida e continue a retratar a vida e a cultura dos brasileiros, paraenses e espectadores.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao nobre Senador Mão Santa, gostaria de registrar a presença do ex-Senador Chico Sartori.

V. Ex^a nos honra muito, Senador Sartori, com sua presença.

Concedo a palavra rapidamente ao nobre Líder do PFL, Senador José Agripino, em seguida darei a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

Tem a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr. Ministro Ciro Gomes, Sr. Ministro do STJ Edson Vidigal, Dr. João Roberto Marinho, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, minhas senhoras e meus senhores, será realmente muito rápida a minha palavra, será pouco mais do que um aparte que farei da tribuna.

Dr. João Roberto Marinho, em 1982 eu acabara de ganhar a eleição para Governador. Eu tinha 35 anos. Fui quase colega de Ciro Gomes, fomos Governadores juntos. Eu tinha acabado de ser Prefeito de Natal e tinha sido eleito Governador na primeira eleição direta logo após a Revolução de 64. Havia ganhado a eleição saindo da Prefeitura para a capital. Eu era um jovem de província, eu conhecia pessoas da Globo, a quem tinha como ídolos: Cid Moreira, Sérgio Chapelin. E, curioso, eu ganhei a eleição bem; com um dia e meio de apuração, eu estava eleito Governador, porque foi grande a diferença. E curiosamente, porque foi grande a diferença, recebi um telefonema da TV Globo – lembro-me como se fosse hoje. Eu estava acompanhando as apurações, já com uma boa margem de vantagem e passaram-me o telefone dizendo que era da Globo.

Era Armando Nogueira, a quem eu nunca tinha visto – conhecia de nome – convidando-me para um programa chamado Show das Eleições. Não sei se os Senhores se lembram?

Honradíssimo, aceitei na hora. Peguei um avião e fui para São Paulo ou Rio – creio que Rio – aos estúdios. Lembro-me como se fosse hoje da qualidade dos estúdios da época – e estamos falando de vinte e tantos anos atrás, quando a Globo devia ter dezesseis ou dezessete anos.

O tempo passou e aqui acolá, viajando pelo Brasil, nós somos convidados para ir às afiliadas da Globo para participarmos de algum programa ao vivo ou sermos o entrevistado de algum programa. Quero fazer uma revelação. Eu guardo na minha retina a qualidade das instalações da Globo da época, como me lembro, claro, das instalações das afiliadas da Globo por onde eu ando. Todas as instalações de hoje são muito melhores do que eram as da Globo naquela época, por uma razão simples: é que a Globo cresceu. E cresceu por uma razão simplíssima: pelo talento do seu corpo técnico, porque a matéria prima da Globo é talento. O que a Globo vende é talento, é competência, é gente de boa qualidade que sabe produzir coisas. E aí talvez esteja o mérito que precisemos realçar, Senador Antonio Carlos Magalhães, de Roberto Marinho.

V. Ex^a se lembra que, convidado por V. Ex^a, eu fui à festa dos oitenta anos dele, no Cosme Velho? Tive a oportunidade de cumprimentar toda a família. O talento do Dr. Roberto Marinho e a coragem dele em chamar talentos de todas as matizes políticas, da direita à esquerda, sem censurar a opinião de nenhum deles, dando ampla liberdade para que o seu talento se cristalizasse na programação da Globo.

Ministro Vidigal, a Globo hoje é um hábito do brasileiro, seu e meu e daqueles que nos vêem e ouvem pela TV Senado neste momento.

A TV Globo tem credibilidade. E tem credibilidade por quê? Porque faz por onde. E faz por onde por quê? Porque tem os telecuriosos, que não rendem nenhum faturamento, creio eu, desde as 05h. É o curso profissionalizante, é o primeiro grau, é o segundo grau. O Globo Repórter, eu não sei se é rentável, mas do ponto de vista de transmissão de cultura e educação é da melhor qualidade para o povo do Brasil.

E o entretenimento, as novelas, muito já se falou sobre as novelas. E a informação no plano nacional e internacional; o custo do jornalismo, o Jornal da Globo, o Bom Dia Brasil, o Jornal Nacional – o poderoso Jornal Nacional.

A Globo é um patrimônio nacional. A Embraer consegue vender avião para os Estados Unidos e Inglaterra. E a Globo é um orgulho brasileiro.

O que vim aqui dizer – e acho que já me estendi por mais tempo do que devia – é que nós temos de ter a consciência de que a Globo é um hábito do Brasil e que um hábito, um patrimônio tem que ser, como

vem sendo, bem usado porque ele faz opinião. Deu na Globo, tem força de verdade.

O Sr Marco Maciel (PFL – PE) – Senador José Agripino, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com muito prazer, Senador Marco Maciel.

O Sr Marco Maciel (PFL — PE) – Serei breve, nobre Senador, mas gostaria de, ao tempo em que felicito a manifestação de V. Ex^a, dizer que houve bem o Senado prestar esta homenagem pela passagem dos quarenta anos de existência da Rede Globo de Televisão. A meu ver, a Rede Globo de Televisão ajudou, como aqui foi lembrado, a integrar o País, mas também, e sobretudo, a promovê-lo no exterior. Eu diria, sem estar exagerando, que concorreu, e muito, para melhorar a imagem do Brasil no exterior. Isso se deve, basicamente à visão que tinha o Dr. Roberto Marinho, que foi capaz de ser coetâneo das grandes aspirações nacionais; isto é, ele compreendeu a importância do rádio quando o rádio era novidade; ele ousou quando estabeleceu uma rede de televisão, tendo mais de sessenta anos, por entender que a televisão seria talvez uma das mídias do futuro. Portanto, foi uma pessoa que viveu companheiro do seu tempo e, mais do que isso, pensando o País. Ele era, sobretudo, um jornalista, como gostaria de ser definido, mas o era também um empresário. No entanto, mais do que tudo, ele era um cidadão republicano, porque buscava, ao promover os seus empreendimentos, fazê-lo em compatibilidade com as exigências do Brasil. Por isso, mais do que um jornalista e mais do que um empresário, ele foi um homem público, porque o conceito de homem público não se circunscreve ao fato de disputar eleição ou exercer cargos no Poder Executivo ou no Judiciário. Homem público é todo aquele que certamente tem aquilo que Machado de Assis certa feita chamou de instinto de nacionalidade, ou seja, aquele que é capaz de amar o País e fazê-lo maior. E Roberto Marinho foi a síntese do empresário e jornalista que teve essa visão. Por isso, felicito V. Ex^a quando exalta o papel da criatura mas também chama atenção para a importância do criador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a, com seu aparte lúcido, atual e perspicaz, ensaje-me dizer o que penso do Dr. Roberto Marinho. Era um cidadão de carne e osso, com virtudes e defeitos, e cujo limite da transigência, na minha opinião, era o interesse coletivo.

Ouçõ, com muito prazer, o aparte do Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Caro Líder, Senador José Agripino, associe-me às homenagens feitas à Rede Globo pelos 40 anos e resalto

alguns aspectos já mencionados neste plenário, especialmente a integração, que me parece ser uma das principais contribuições da emissora ao Brasil. Um País como este, um País que é um continente na verdade, tem, por intermédio da Globo, uma integração de cultura e de tudo o que acontece no Brasil. Há o caráter educativo de vários dos projetos da Rede Globo. A Fundação Roberto Marinho traz apoio fundamental à educação do País, ponto de relevante importância, senão a mais importante área que a iniciativa privada pode apoiar. O jornalismo da Globo é de alta qualidade e mostra que, nesse segmento, o Brasil não deve a nenhum outro; pelo contrário, até exporta tecnologia e qualidade. Quando temos a oportunidade de viajar, às vezes nós temos a surpresa de assistir à Globo. Estava na Rússia, há um tempo, e, quando liguei a televisão, estava passando uma novela brasileira, com artistas brasileiros, mas dublada em russo. E que saudade senti do Brasil! E era a Globo que estava ali, trazendo essa pontinha de bom momento. De maneira que quero trazer também o meu aplauso, os meus cumprimentos a todos esses funcionários pelos quarenta anos de sucessos, de vitórias. Que a Globo continue sendo uma empresa que consegue levantar bem os valores principais do Brasil e divulgá-los para toda a nossa população.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo, porque me ensaje a fazer um comentário a mais. Foca V. Ex^a a ação da Rede Globo, do Dr. Roberto Marinho, daqueles que fazem as Organizações Globo na questão da educação e da cultura, sem esquecer a Fundação Roberto Marinho, que, no meu entendimento, é uma instituição modelar e que tem ajudado na preservação do patrimônio histórico brasileiro, haja vista o Pelourinho, Ouro Preto, e na divulgação do que temos de melhor para mostrar aos brasileiros e aos homens do mundo.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador José Agripino Maia?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com muito prazer, nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador José Agripino, ouço com muita atenção o discurso de V. Ex^a. Recordo-me de que, no começo dos anos setenta, Brasília erguia-se definitivamente como centro administrativo e político deste País. Foi nesse momento que a administração superior da Globo decidiu implantar aqui a sua própria emissora, a sua geradora. Então, eu fui convidado para ser o primeiro editor de jornalismo da Globo aqui em Brasília. Na inauguração da emissora, aqui vieram o Dr. Roberto Marinho, Armando Nogueira, que era o Diretor de Jornalismo; Alice Maria

e o Boni. A instrução que recebi de todos eles era que aqui se produzisse um jornalismo altivo, sério; enfim, um trabalho à altura do merecimento de uma emissora como a Rede Globo. E assim procuramos fazer. Daí por diante, só houve crescimento e aperfeiçoamento em tudo quanto essa emissora extraordinária faz em benefício da nossa sociedade, sim, mas até levando o nosso nome ao exterior, como aqui tanto se disse. Cumprimentos a V. Ex^a pelo belo discurso que faz.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Edison Lobão, V. Ex^a, que é testemunha ocular – foi ator presente de um momento – ratifica aquilo que eu já disse. O Dr. Roberto Marinho, homem de virtudes e defeitos, foi um homem de muita coragem cívica. Ele convidava as pessoas sem fazer nenhuma censura do seu matiz ideológico. Ele queria que eles se manifestassem e queria o talento deles. Com relação à questão ideológica, ele absorvia a responsabilidade de levar ou não, ou de como levar ao ar.

Agradeço a riqueza do aparte de V. Ex^a, que incorporo ao pensamento e à formulação do que estou acabando de dizer.

Com muito prazer, ouço o Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Agradeço a concessão do aparte a V. Ex^a. Hoje, este Congresso faz uma homenagem mais do que justa àquela que é o orgulho brasileiro: a Rede Globo de Televisão. Somos obrigados a reconhecer que, quando analisarmos onde o Brasil conseguiu despontar, avançar, a Rede Globo é uma demonstração da capacidade de ser da nossa gente. Se conseguimos produzir o melhor que há de televisão no mundo e podemos ter um padrão que não deixa nada a desejar, significa que o Brasil tem realmente as condições e a capacidade de chegar lá quando quer. O Sr. Roberto Marinho é realmente um exemplo fantástico disso. Nunca vou me esquecer o dia em que o Dr. Ulysses, Presidente do PMDB, convidou-me para fazer uma visita ao Dr. Roberto Marinho a fim de tratar de um assunto do interesse do partido. O Dr. Roberto Marinho estava em véspera de mudança da programação anual e todas as paredes estavam tomadas pela programação semanal da Rede Globo. E ele falava do futuro, do que iria ser feito. Fiquei olhando e pensando que era algo que ele não chegaria lá. Ele dizia: “Sei o que vocês estão pensando, mas sempre falo assim. Eu falo e lanço como deve ser a programação e assim os meus filhos e colegas de trabalho ficarão sabendo, muito depois que eu morrer, aquilo que eu pensava e desejava que acontecesse”. Vejo, com muita alegria, que, realmente, seus filhos e sucessores continuam esse trabalho. Sou um homem que tem orgulho da Rede Globo, porque ela é, assim

como algumas instituições do Brasil, a prova cabal de que o País pode dar certo, que tem condições de dar certo, basta que alguém queira e tenha a capacidade de fazer acontecer. Por isso, o meu abraço muito fraterno aos irmãos Marinho, por continuarem essa obra tão importante, que temos de ajudar, com a qual temos de trabalhar e para a qual temos de torcer e rezar, a fim de que continue dando cada vez mais certo. Obrigado, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Pedro Simon. Por exigüidade de tempo, deixo de fazer comentários sobre a sua palavra, que farei, ao final da minha fala, que está próximo.

Senador Magno Malta, ouço, com muito prazer, o seu aparte.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador José Agripino, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Ministro, Roberto, este é um dia feliz para mim. A minha volta a esta Casa é marcada por este dia em que se comemora, com esta sessão solene, os quarenta anos da Rede Globo. Não tenho profundo conhecimento da história e jamais falaria como os Senadores Antonio Carlos Magalhães, José Sarney e Tasso Jereissati. Também não tenho muita cultura nesse assunto, nem sou homem de negócio. Quando a Rede Globo começou, eu tinha seis anos de idade. Lembro-me da novela “Irmãos Coragem” a que, na casa de seu Almeidinha, ao lado da minha, eu assistia, todos os dias, pela janela, com meus irmãos. Significativamente, aquilo marcou minha vida. Sou filho de pobre e o que me chama atenção, na Rede Globo, são temas que marcaram a vida da sociedade de forma profunda. Por exemplo, com a Fundação Roberto Marinho, as pessoas sem acesso à escola, que precisavam ir trabalhar muito cedo e voltavam para casa muito tarde, por meio do Telecurso, tiveram condição de adquirir conhecimentos e, a partir daí, serem incluídos na vida da Nação. Considero isso extremamente importante. Estudei em escola pública, fiz três vestibulares e não passei em nenhum. Por isso, considero muito importante e de boa saúde para a vida da sociedade a Fundação Roberto Marinho, com seu Telecurso, que, ainda hoje, é significativa para a vida de milhares de cidadãos brasileiros. Quando Deputado Federal, na CPI do Narcotráfico, algo marcou significativamente a minha vida: a cobertura que a Rede Globo fez. A Globo News mostrou ao vivo aquele momento em que se tirava o véu da impunidade diante dos olhos da Nação, revelando um Estado bandido dentro do Estado de direito. Lembro-me bem de uma investigação no Acre, quando para lá fomos, sobre um homem que serrava gente. De onde recebemos as informações? De Mônica Torres, uma jornalista de **O Globo**, que passou dois anos naquele Estado investi-

gando a matéria. Marcou-me significativamente aquele momento e, a partir dele, um outro, com a novela “O Clone”, quando a Rede Globo mostrou, pela primeira vez, a necessidade da criação da Justiça Terapêutica para o Brasil. Ou seja, fazer-se a separação entre o dependente e o usuário; entre aquele que precisa ser acolhido nos braços e aquele que precisa receber um puxão de orelhas e também orientação, a chamada Justiça Terapêutica, que, certamente, esta Casa dará ao Brasil, ainda este ano, na nova Lei de Narcotráfico. Encerro o aparte, mencionando ainda uma outra coisa extremamente importante. A Globo trata de assuntos cruciais para a vida da sociedade, e um dos que chama mais a minha atenção – porque refere-se à minha classe, à minha raça – é o racismo no País. Foi a Globo que, de uma maneira muito ousada, entregou postos importantes do seu telejornalismo para negros no Brasil, a saber, Heraldo Pereira, Delis Ortiz, Glória Maria, Zileide Silva, e assim sucessivamente. São de dar inveja a qualquer branco os postos importantes que a Globo, de forma muito ousada, acolheu para si, num País onde ainda há tanto racismo, mostrando à Nação que podíamos abolir definitivamente tal preconceito com esse tipo de prática. Por isso, fico feliz e honrado de estar hoje aqui. Fui acordado muito cedo, no meu Estado, pelo jovem Caffé, Diretor da Gazeta há 38 anos – ele nasceu dois anos depois da inauguração da Rede Globo –, exigindo que eu estivesse nesta sessão. Eu disse: “Vou viajar às 8 horas, Caffé, no mesmo voo em que você vai, e lá estarei”. A Rede Globo, sem dúvida alguma, faz parte da vida de todos, e nós, do Espírito Santo, recebemos os sinais pela TV Gazeta, uma empresa muito importante do Estado. Muito obrigado, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, Dr. José Roberto Marinho e Dr. João Roberto Marinho, encerrarei o meu pronunciamento.

A Globo faz parte da vida do brasileiro – essa é uma verdade insofismável –, com méritos, pelas suas campanhas humanitárias, pelos seus programas educativos, pelas suas novelas que fazem parte dos hábitos do brasileiro. Na área de entretenimento, cito a Fórmula 1, que é transmitida pela Globo. A melhor programação do campeonato de futebol também está na Globo. Enfim, a emissora abre completamente o espectro, mas tem algo fundamental: a credibilidade na informação. E esse fato ocorre por uma razão muito simples. Nunca vi – posso ainda vir a ver – a Globo tergiversar ou negociar com a verdade dos fatos.

Concluo dizendo que é muito grande a responsabilidade de Roberto Irineu, de José Roberto e de João Roberto, sucessores do Dr. Roberto Marinho, porque V. S^{as} conduzem um patrimônio nacional que

faz opinião e deve ser posto a serviço do interesse coletivo. É preciso que seja assim, já que se trata de patrimônio brasileiro.

De coração aberto, exponho o meu pensamento. Creio que estamos, por meio desta sessão de homenagem, fazendo um pacto e uma profissão de fé para o futuro. O Congresso Nacional, pelos seus talentos, pelas suas lideranças e pelos seus membros, tem a obrigação de debater, de discutir e de votar o interesse coletivo. Vamos nos juntar e fazer com que o exemplo do Dr. Roberto Marinho se perpetue. Que, na presença dos seus filhos, que conduzem a Rede Globo de Televisão, faça-se o pacto e que o limite da transigência seja o interesse do povo do Brasil!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, autoridades presentes – a quem peço permissão para não citar nomes, porque poderia esquecer alguns, o que, mesmo involuntariamente, seria imperdoável –, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação, sou um representante do Piauí.

Caro Senador Antonio Carlos Magalhães, realmente, entendi que há dois PMDBs: o do Renan, governista, e o meu, do velho que está encantado no fundo do mar. Mas ele colocou o Senador Renan Calheiros como Presidente.

Cícero disse: “Nunca fale depois de um grande orador”. O mais extraordinário orador, José Agripino, coloca-me nesta dificuldade. Mas Shakespeare disse que não há bem nem mal. O que vale é nossa análise, o nosso pensamento.

Quero citar algo que tem muito a ver com o homenagem. Sêneca disse: “Eu não sou de uma pequena cidade” – porque ele não era de Atenas nem de Esparta, Senador Antonio Carlos Magalhães –, “mas da minha cidade”. Ouvi o Presidente Sarney aqui dizendo que a pátria dele começa onde começa o chão dele, no pinheiro do Maranhão. O meu chão é o Piauí, e Roberto Marinho tem muito a ver com esse sentimento. Então, faço minhas as palavras proferidas aqui.

Sobre Roberto Marinho, o criador e a criatura, já se escreveu muito e vai-se escrever mais. Vai ser explorado quase como Cristo, vasculhado e dissecado. Então, faço minhas as palavras que foram proferidas aqui.

Deus e o povo permitiram-me governar o Estado do Piauí. Em homenagem ao maranhense Edson

Vidigal, cito Padre Antonio Vieira, que disse que um bem nunca vem só. Houve determinados encontros. Dois estão gravados em minha vida, um deles com o Papa João XXIII. Quis Deus que eu e minha esposa, Adalgisa, fôssemos convidados pela Igreja para sermos abençoados por Sua Santidade. Estavam também presentes o então Governador de Minas Gerais Eduardo Azeredo e o Sr. Rubem Ricupero. Aquela era uma figura tão extraordinária, que disse: “Sr. Governador do Piauí, acabei de transferir o Arcebispo do Piauí, D. José Frei Falcão, para Brasília.” Eu disse: “Olha, esse negócio de mão santa não existe, mas sou filho de mãe santa”. A Editora Vozes quis publicar um livro de minha mãe, e foi Dom José Freire Falcão quem deu a ordem. Ela pertencia à Ordem Terceira Franciscana do Brasil.

O outro encontro foi com Roberto Marinho. Pensei em ir atrás daquele outro papa, pois já tinha ido ao encontro do Papa de Deus, e consegui. De repente, estava lá no edifício da Globo, por duas horas, com um assessor dele e um médico companheiro da família, conversando com aquela figura que todo o Brasil e o mundo conhecem, com quem vocês tiveram até mais contato. Outro dia, foi publicado um livro no qual Antonio Carlos Magalhães dizia que era irmão camarada dele. Só a música de Roberto Carlos interpretava os sentimentos dos dois. Eu senti aquilo. Mas, representando o povo do Piauí, terra querida, filha do sol do equador, que, nas lutas, nos combates, na independência, é a primeira que chega, levei a ele, talvez por ter sido abençoado pelo Papa, inspirado pelo divino Espírito Santo, a comenda do Piauí, Grã-Cruz Renascença. Aliás, o Presidente Renan também a recebeu quando Ministro.

Durante a conversa, ele foi à janela e disse: “Governador, fico aqui até as 4 horas, quando os passarinhos cantam na natureza, e tudo”. Eu disse: “Dr. Roberto, eu sou do Piauí, eu vim foi pedir mesmo. Deus foi muito bom para o Piauí. Nós temos um Delta”. Evidentemente, ele era um homem ilustrado e sabia disso. Não vou dizer aqui. Delta é a letra grega, e nós não sabemos grego, mas isso não interessa. Mas o rio Parnaíba não se lança burramente, isoladamente. Ele se abre, lembrando a letra grega delta.

Senador Antonio Carlos Magalhães, não sabemos grego também, e ele se abre assim como uma mão, se abre em cinco o rio. É uma mão com certeza santa, Renan, que forma 78 ilhas. Dois terços são do Maranhão, mas um terço é do Piauí. E a mais bela foi a que fez nascer Evandro Lins e Silva, único que se iguala a Rui Barbosa – João Paulo dos Reis Velloso.

Mas isso não é divulgado. Lá posso dizer, como o poeta – lembrando Ciro Gomes: verdes mares bravos, brancas dunas, rios que nos abraçam, o Piauí

tem seis lagoas, a melhor gente do mundo. Então, eu queria essa ajuda.

Dr. João Roberto, a gratidão é a mãe de todas as virtudes – aprendi no colo de minha mãe. A gratidão está no coração de homens e mulheres agradecidas. Então vim agradecer. Eu governava o Piauí há pouco tempo, 20 ou 30 dias, fiz o pedido, e chegou aquela equipe ímpar, tal qual a seleção canarinho de Garrincha, Didi e outros – existe a seleção brasileira de futebol e a seleção da comunicação –, no Piauí, e fizeram o mais belo documentário. E tal para minha felicidade, há poucos dias, no noticiário último da Globo, lá estava o delta, aquele espaço da natureza. Então, vim trazer a gratidão do povo do Piauí àquele que mostrou para o mundo a maior beleza que Deus fez.

Só existem três deltas no mundo, Senador Alvaro Dias. Há o da Argentina, mas é mar aberto. Albano Franco, Pelé, Xuxa e Fernando Henrique Cardoso conhecem o delta. Outro dia estava lá o Fittipaldi – eu governava o Piauí. E todas essas pessoas buscam conhecer o local, atraídas pelo documentário. Então, essa é a nossa gratidão.

Queria dizer que entendo das coisas. Entendo que há símbolos e que estes se comunicam. A cruz, por exemplo, todos entendem. A nossa Pátria tem símbolos, como a bandeira, em que está escrito “Ordem e Progresso”. Cito também o nosso escudo, representando a República, o governo do povo pelo povo; o Cristo Redentor; Brasília e, dentro dela, Juscelino, símbolo político. E a Rede Globo é hoje símbolo do Brasil.

João Roberto, agora quero lhe pedir algo, que já pedi a seu pai. Tenho um neto que é bacaninha, não dá para ser artista, mas é bonito o danado. Quanto a esse negócio de estudar, ele não gosta, não é bom mesmo. E eu queria saber o significado. O essencial é invisível aos olhos; quem vê bem vê o coração. Senador Antonio Carlos Magalhães, estudar dá trabalho. Eu até o trouxe, e a avó Adalgisa cuidando. E ele me disse: “Vovô, quero conhecer os estúdios da Rede Globo”. Então, falei: “Passa na escola, porque tu estás indo devagar na Matemática, que eu vou falar com o dono, com os filhos.”

Senador Antonio Carlos Magalhães, quando cheguei, meu neto disse: “Já tirei oito! Já tirei nove!” Esse é o encanto! O pedido foi conhecer, e isso despertou a persuasão, a motivação para o estudo.

E quero fazer a minha observação. Por isso bato aqui e digo: sou orgulhoso de ter sido prefeitinho.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mão Santa...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a foi prefeito de Teresina. Ninguém foi melhor do que você. Estou falando em prefeitinho.

Como sabe o Senador Heráclito Fortes, naquele tempo a transmissão da Rede Globo vinha de Teresina e era um sistema complicado. Certa vez, tive que colocar um engenheiro, porque seria transmitido um jogo de futebol, e, se não chegasse o sinal da Globo, eu perderia os homens; se a novela não estivesse no ar, perderíamos as mulheres.

Então, prefeito que não coloca a Globo já está despachado na eleição. Mas afirmo a V. Ex^{as} que a paz, neste País injusto, nessa barbárie – disse Norberto Bobbio que “o mínimo que se tem que exigir de um governo é a segurança, a vida, a liberdade e a propriedade” –, é levada pela Globo, porque leva também o prazer aos povos, a felicidade, o entretenimento, a alegria. Como na oração de São Francisco, o santo – e também me chamo Francisco: “Aonde houver tristeza que eu leve a alegria”. Essa paz, essa alegria que vivemos no Brasil devemos à Globo.

Ouçoo Senador do Paraná, Alvaro Dias. Não posso esquecer-me do Paraná. Viemos do Piauí e agora vamos para o Paraná.

Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – É apenas uma pincelada paranaense nessa pintura do Piauí. Atendendo ao apelo do Presidente, Senador Renan Calheiros, retiro minha inscrição e reduzo meu pronunciamento a este aparte que farei ao Senador Mão Santa. Em nome do Paraná, homenageio a Rede Globo, essa poderosa organização que possui eficiente rede de televisão em meu Estado, dirigida pelo competente Dr. Francisco Cunha Pereira. Destaco o fato de que a emissora é vanguarda da televisão mundial, referência de qualidade internacional, mas destaco, sobretudo, seu compromisso com a educação e com a solidariedade. Citarei apenas dois exemplos, para não tomar o tempo de V. Ex^a: o programa Sítio do Picapau Amarelo, que recebeu o Prêmio Unesco; e o programa Criança Esperança, que recebeu o Prêmio Unicef. Destaco esse compromisso com a educação, com a solidariedade humana e com a responsabilidade. O Dr. João Roberto sabe que a Globo tem um poder devastador. Se desejar, elege; caso pretenda o contrário, derrota. Mas não o faz. Com o senso da indispensável responsabilidade, estabelece o necessário equilíbrio democrático, possibilitando às forças democráticas agir em função daquilo que é correto em matéria de comunicação; com os benefícios da comunicação sem se estabelecer, obviamente, o desequilíbrio, o que seria um desastre para o regime democrático. Portanto, essa responsabilidade na direção da força devastadora que possui uma poderosa rede de televisão deve, neste momento da homenagem, ser um destaque especial da nossa

parte. Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelo tempo que me oferece do seu discurso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço, incorporo e peço permissão para registrá-lo como se fosse um aparte da Boca Maldita do Paraná; é uma entidade libertária democrática deste Brasil.

Com a permissão do Presidente, não poderia deixar de conceder um aparte àquele que tão próximo está de Rui Barbosa, Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Senador Mão Santa, V. Ex^a, mais uma vez, com brilho, nós dá a todos uma lição de conhecimento e de engajamento, sobretudo no que diz respeito à cultura nordestina e nacional. Quanto à Rede Globo, não poderia deixar de associar-me, em nome do Estado de Rondônia, a ela, que para nós, na Amazônia, confunde-se com o próprio País, enquanto fator de soberania, enquanto fator de disseminação da cultura nacional. Nós, lá dos confins, dos páramos remotos de vasta solidão, encontramos na “Voz do Brasil” e no “Jornal Nacional”, sobretudo, um símbolo da unidade nacional. Aí a integração acontece instantaneamente, porque nós sabemos que, nesta aldeia global, lembrando MacLuhan, a mensagem é o meio – e a televisão é um meio de comunicação em tempo integral – em que podemos sentir a presença nacional lá, onde a solidão, onde o isolamento muitas vezes perde o sentido da integração. Por isso, parabenizamos a “Rede Globo” por essa função social, por essa função, como eu disse, de afirmação da soberania nacional, de disseminação, como eu falei, da cultura, da nossa vasta cultura, da nossa literatura, e por fazer deste País um só sentir, um só coração, um só pulsar. Esta é a grandeza de uma rede que tem a amplitude do Brasil. É por isso que nós, da Amazônia, queremos, mais uma vez, dizer a todo o Brasil que a Rede Globo jamais faltou às causas nacionais. Poderia eu aqui citar o engajamento que houve na CPI do PC, quando eu, Relator, tive a oportunidade de conviver mais proximamente da “Rede Globo”. Em outros tantos momentos ela sempre esteve presente, como nas “Diretas Já”, quando acompanhei, pelo Brasil, as grandes mobilizações populares. O Brasil e a “Rede Globo” têm algo em comum: a grandeza das aspirações do povo brasileiro, o sentido da unidade, o sentido, sobretudo, da afirmação da soberania e da grandeza do povo brasileiro. Parabéns! Quero comunicar, neste momento, que, quando fui Deputado Estadual por Rondônia, propus um título de cidadão honorário ao Dr. Roberto Marinho, que até hoje não o recebeu. Isso poderia acontecer em breve por meio dos representantes daquela emissora. Quero, neste momento, salientar que propus o título exatamente pela função importante que teve a “Rede Globo” na criação e na

instalação daquele novo Estado de Rondônia. Foi muito importante sua participação. Enfim, a Rede Globo torna o Brasil pequeno e visível a todos pela grandeza e pela qualidade dos seus programas, porque o Brasil é isso. A “Rede Globo” tem parte na construção de todos nós, de todos os brasileiros, sobretudo da Amazônia. Parabéns à “Rede Globo” e a V. Ex^a, nobre Senador Mão Santa, que mais uma vez nos brinda com o brilho de vosso discurso!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O aparte de V. Ex^a ao nosso pronunciamento é tão forte quanto uma novela das vinte horas. Assim, incorporo-o ao meu discurso.

Sr. Presidente, não abro mão de conceder o aparte ao irmão do Piauí, o “prefeito”, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a a oportunidade, pois não poderia deixar de dar o meu testemunho da ligação que o Piauí tem, historicamente, com a “Rede Globo”. A TV Clube do Piauí, sua afiliada, está no bloco das quatro ou cinco primeiras emissoras que participaram da primeira nacionalização do canal da Globo, no Rio de Janeiro, espalhando-se pelo Brasil inteiro. Naquela época, um capítulo dos enlatados das novelas, de que hoje pouco se fala, chegava dois ou três dias após ter ido ao ar no Rio de Janeiro. Vivemos um episódio interessante, do qual o Ministro Vidigal é testemunha, pois foi um dos beneficiados. Na Copa do Mundo de 70, por causa de um financiamento pessoal que o Dr. Roberto Marinho concedeu à televisão do Piauí, foi possível que lá fosse instalada, de maneira rápida, a antena que recebia o canal por satélite, chegando a transmissão antes no Piauí do que no Maranhão. Os maranhenses, inclusive os de Caxias, cidade maranhense mais próxima de Teresina, e até os de São Luís, acorriam todos para Teresina. O teresinense, como boas-vindas, de brincadeira, colocou na entrada da cidade uma faixa com os dizeres: “Bem-vindo a Guadalajara”. Essa parceria, portanto, é antiga. O segundo testemunho que quero dar, Dr. João Roberto, é sobre a força que a “Rede Globo” alcançou pelo mundo. No ano de 1985, fui à China com o Dr. Ulysses Guimarães, à época Vice-Presidente da República, em visita àquele país. Acompanhavam-nos, naquela delegação, o Dr. Afrânio Nabuco, diretor da “Rede Globo” em Brasília, e o jornalista Jorge Basto Moreno, entre outros jornalistas da comitiva. No terceiro dia de visita, o Dr. Ulysses irritou-se com um fato e pediu ao então Embaixador Ítalo Zappa que modificasse as apresentações, pois, após serem apresentadas as autoridades, ao ser apresentado o Afrânio Nabuco como diretor da “Rede Globo”, todos queriam

saber da novela Escrava Isaura, que era transmitida naquele país. O Dr. Ulysses pediu ao Embaixador Ítalo Zappa que omitisse a função do Afrânio, porque, do contrário, não discutiríamos as relações entre os dois países. Vejam o que era a fascinação que os chineses tinham, àquela época, pela novela Escrava Isaura, chamada por eles, carinhosamente, de Ninu Isola. Essa é a saga, a história da “Rede Globo”. Fico muito feliz em poder estar participando desta sessão solene, com a presença do Ministro Ciro Gomes e de várias autoridades, ao lado de duas figuras que ajudam muito e contribuem para o relacionamento que a Globo tem com o Congresso Nacional: o Toninho Drummond, uma figura adorável, e o nosso Evandro Guimarães, um dos responsáveis por essa aliança que a TV Clube tem com a “Rede Globo” de Televisão. Parabéns a todos e até os oitenta anos!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Renan Calheiros, agora estou satisfeito, porque completou a parte do Piauí com a participação do extraordinário Senador Heráclito Fortes.

Apenas lembro que o Papa aqui citado, em sua primeira viagem ao Brasil, passou primeiramente por Teresina, e o Maranhão também foi se abençoar no nosso Piauí.

Senador Pedro Simon, quem mais se aproxima de Cristo é São Francisco, e é V. Ex^a quem mais se aproxima de São Francisco, o santo.

Então, encerro com esse entendimento bíblico, Senador Pedro Simon. O mundo é assim mesmo, é complicado. Cristo, andando por ele, uma vez viu jogar pedra numa mulher que diziam ter praticado adultério. Ele então disse a todos que atirasse a primeira pedra aquele que não tivesse pecado. E eu digo que lance a primeira crítica à Globo, uma bênção de Deus – comunicação é coisa de Deus –, aquele brasileiro ou brasileira que não tiver usufruído de momentos de instrução, lazer e felicidade vindos daquela que é uma bênção de Deus no nosso País, a “Rede Globo”. Essas são as palavras do Piauí! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Registro, sensibilizado, a presença, entre nós, de estagiários da Escola Superior de Guerra e de alunos do Curso de Política Estratégica da Marinha.

Obrigado pela presença de todos.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Ciro Gomes, Sr. Presidente do STJ, Dr. Edson Vidigal, Sr. João Roberto Marinho, que representa aqui a “Rede Globo”,

convidados, eu iniciaria dizendo que, pelos discursos e apartes já proferidos, quase nada tenho a dizer. O discurso escrito que fizemos, e que abarcava uma síntese da Rede Globo, já foi, em outras palavras mais brilhantes e mais profundas, praticamente delineado pelos oradores que me antecederam.

Assim sendo, destaco, em primeiro lugar, o espírito visionário, empreendedor e de coragem deste verdadeiro maestro das comunicações: Roberto Marinho.

Falou há poucos instantes o representante do Piauí – posso dizer o representante da República do Piauí –, e agora fala um dos representantes do menor Estado da Federação, Sergipe, que mereceu, até pelo espírito desenvolvimentista que marcou sua vida, a visita, do Dr. Roberto Marinho. À época, eu ainda fazia política no meu Estado, e o Dr. Roberto Marinho visitou um dos grandes empreendimentos industriais de Sergipe, a primeira fábrica de potássio da América Latina, que também recebeu os incentivos, sem dúvida alguma, do Presidente José Sarney. Lá compareceu Roberto Marinho para atestar, com sua presença, não apenas o comprometimento com as coisas do Brasil, mas como uma referência nacional e internacional, e dizer, na presença de Edílson Távora, Presidente da Petromisa, que aquele era um empreendimento que orgulhava o Brasil. Em razão desse e de outros gestos em favor de Sergipe – inclusive, aqui se encontra um grande amigo dele, o ex-Governador e ex-Senador da República Albano Franco –, o Estado lhe concedeu o título de cidadão honorário.

Sabemos da importância da Rede Globo – isso já foi destacado por todos – para o homem ou a mulher que mora nos centros mais adiantados do País até o homem ou a mulher que mora nos rincões mais distantes. Sabemos da importância da Rede Globo em lugares onde a televisão é o único meio de comunicação, de entretenimento e de alegria para pessoas que vivem isoladas.

A Rede Globo conseguiu integrar o País, que fala uma só língua e que muitas vezes tem seus lares invadidos pelo noticiário, que, de outra forma, não chegaria aos rincões mais distantes de nosso querido Brasil.

Programas como “Esporte Espetacular”, do qual sou assíduo telespectador, “Jornal Nacional” e “Fantástico” deslumbram multidões. Desde a primeira novela que nasceu na Rede Globo, no dia da inauguração, “Ilusões Perdidas”, de Ênia Petri, estrelada por Leila Diniz, até outras tantas que encantaram a todos nós, em especial a primeira novela que assisti do início ao fim, escrita por Dias Gomes, “O Bem Amado”, com o famoso Odorico Paraguaçu, Prefeito de Sucupira, uma verdadeira sátira política que invadiu os lares do Brasil

e alegrou a todos nós pela qualidade da produção e pela competência de seus atores e atrizes.

Sr. Presidente, ao encerrar esta minha participação, não poderia deixar de prestar uma homenagem a várias pessoas da Rede Globo, até mesmo do jornal **O Globo** e da CBN, que contribuem para a atualização das notícias. Início por Ancelmo Góis, nosso conterrâneo; Franklin Martins; Tereza Cruvinel; Cristiana Lobo; Merval Pereira; Miriam Leitão; Arnaldo Jabor; Alexandre Garcia; Glória Maria; Delis Ortiz; Heraldo Pereira; Ana Paula Padrão e a jornalista que está sempre perto da notícia, Gioconda Brasil. No esporte, posso citar Léo Batista; Juca Kfoury; e Galvão Bueno. Na Rádio CBN, cito os jornalistas Heródoto Barbeiro e Carlos Alberto Sardenberg.

E não poderia deixar de prestar uma homenagem também àqueles que fazem a Rede Globo em meu querido Estado de Sergipe, apresentadores como Ricardo Marques, Suzane Vidal, Ivaldo José, Acival Gomes, Euler Ferreira, Gilvan Fontes*, e ao seu quadro de diretores, tendo à frente a Dr^a Leonor e a Dr^a Lourdes. E, ainda, Lígia Tricot, Sérgio Menezes e Milton Marques.

Sr. Presidente, parabeno os autores do requerimento, que nos deram a oportunidade de, por meio desta sessão, prestar uma homenagem ao sistema de comunicação que tem orgulhado a todos nós, não apenas no Brasil, mas internacionalmente, que tem dado grandes lições e prestado inestimáveis serviços ao desenvolvimento da cultura, da economia, da política e do jornalismo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, por cessão do Senador Paulo Paim, ao Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo nesta Casa do Congresso Nacional.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. João Roberto Marinho, que aqui representa as Organizações Globo nesta justa homenagem que o Senado Federal presta a esse conjunto de empresas que desempenham papel absolutamente destacado em toda a comunicação, por intermédio de seus veículos no sistema de comunicação no Brasil, eu brincava que passamos tanto tempo assistindo à Rede Globo, nesses seus 40 anos de vida, que hoje é o dia da revanche, e todos os Senadores querem falar à Rede Globo tudo que pensam, tudo que sentem, nesta longa sessão representativa, que expressa muito o sentimento da Nação em relação à emissora.

Após 40 anos com tanta instabilidade econômica, com tantos ciclos, com mudanças políticas profundas, não foi fácil constituir essa empresa, que hoje atinge 99% do território nacional, além de ser a quarta empresa de televisão no mundo. A Rede Globo é uma empresa que exporta produtos para mais de 130 países. Criou um sistema de jornalismo extremamente dinâmico, presente no cotidiano, expressando o dinamismo da comunidade local e os grandes temas nacionais. Com suas telenovelas, tratou de temas que ajudam na construção de uma atitude cidadã, buscando discutir temas que nem sempre são refletidos por parte da sociedade, como a discriminação, a valorização da participação da mulher e tantos outros temas que contribuíram para a formação cultural da sociedade, principalmente ao expressar a nossa literatura, a nossa produção literária, que nem sempre foi valorizada. Por meio das telenovelas, que são produtos de exportação, é possível mostrar a capacidade de universalização das nossas tradições literárias, da nossa produção intelectual.

Por tudo isso, é mais do que merecida esta homenagem à Rede Globo de Televisão.

É verdade que, em algumas vezes na nossa história política, tivemos uma atitude bastante crítica à Rede Globo. Em certos momentos, a cobertura da Globo não expressava propriamente o pluralismo e o processo democrático. Mas ela mudou para melhor – como nós, no caso do PT, mudamos para melhor. A democracia nos ensinou a ambos a conviver com o pluralismo, a tolerância e a divergência.

Nesse aprendizado que o processo democrático trouxe às forças políticas no Brasil e aos meios de comunicação, o Sistema Globo de Comunicações é o melhor resultado do avanço da democracia no Brasil. A capacidade que ela tem tido de manter a isenção bem como a cobertura respeitosa e pluralista da vida nacional seguramente é um instrumento de grande credibilidade, reconhecido atualmente por todas as forças políticas e todos os setores da sociedade.

Por todos esses motivos e considerando que tudo o que eu gostaria de dizer já foi merecidamente falado, às vezes de forma mais eloquente ou detalhada, termino parabenizando todos os funcionários e funcionárias que fazem essa emissora, lembrando alguns nomes desta Casa que são fundamentais no cotidiano de trabalho, como Lydia Medeiros, Adriana, que aqui está, nossa colunista Tereza Cruvinel, Cristiana Lobo, Delis Ortiz, que estão presentes, Evandro Guimarães, sempre em contato com os Senadores na Casa, o Diretor Drummond, a Silvia Faria, que já esteve aqui. Citarei apenas os presentes para não prejudicar tantos, que são fundamentais na cobertura da vida política nacional, que acompanham o Plenário e estão sempre atentos.

Muitas vezes, reclamamos deles, mas essa relação entre a fonte e o jornalista é normal. Termino dizendo que vocês ajudam a construir o País.

Somos uma Nação de língua portuguesa, cercados de espanhol por todos os lados e com uma influência crescente do inglês. E como dizia Caetano Veloso, “Minha pátria é minha língua!”. A nossa língua cresce, valoriza-se e revitaliza-se na Rede Globo de Televisão. Os nossos valores, as nossas tradições, a nossa produção literária, a capacidade de inovar nos programas, a dramaturgia, o jornalismo, o entretenimento, o humorismo, tudo isso mostra uma empresa não apenas exitosa, mas uma empresa que tem um papel muito importante na democracia brasileira, no desenvolvimento do País, na nossa identidade nacional, no nosso orgulho de ser brasileiro!

Por tudo isso, parabéns à família, ao jornalista Roberto Marinho, que foi o grande arquiteto de toda essa trajetória, e a vocês que conduzem de forma exemplar a evolução dessa emissora! Parabéns, João Roberto Marinho, e a todos os funcionários da Rede Globo por essa merecida e rara homenagem, de forma tão expressiva, representativa e plural que o Senado brasileiro presta nesta tarde.

Parabéns! (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Sérgio Cabral, por cessão do Senador Papaléo Paes.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente em exercício, Senador Romeu Tuma; Sr. Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Edson Vidigal; Ministro Ciro Gomes, querido amigo; Dr. João Roberto, querido amigo; venho, como o Senador Cristovam Buarque, não para pedir licença, Ministro Ciro Gomes, e roubar o rio São Francisco para fazer uma imagem da TV Globo, mas sim com base no título do Ministério que V. Ex^a ocupa, o Ministério da Integração Nacional.

De fato, foi ressaltado aqui por todos os oradores que me antecederam o papel da TV Globo como instrumento de integração nacional. E esse papel foi realizado com talento e competência. Creio que a marca da TV Globo, nos seus 40 anos, é a sua qualidade, a competência, a qualidade dos seus profissionais.

Falou-se aqui da independência de Dr. Roberto durante o período do regime militar. E sou testemunha

disso em minha casa. A minha família deve à TV Globo o alimento, a educação, a qualidade de vida que tivemos. Em grande parte desses 40 anos, meu pai, tanto na TV Globo quanto no jornal **O Globo**, lá trabalhou. Sou muito grato por isso: como filho, do ponto de vista fisiológico, e do ponto de vista espiritual e cultural, porque jamais me esquecerei das reuniões quando, menino, acompanhava meu pai à TV Globo, preparando o especial de Tom Jobim. Sentavam-se lá à mesa Tom, Vinícius, Miúcha. Jamais me esquecerei de especiais com grandes artistas da música brasileira, Martinho da Vila, Paulinho da Viola, e lá estava o meu pai envolvido com isso! As coberturas das escolas de samba, que, durante tantos anos, ele fez!

Mas a minha maior gratidão neste plenário, nesta tribuna, é como Senador do meu Estado, o Rio de Janeiro, aqui representando 4 milhões e 200 mil votos que me trouxeram a esta Casa. Eu queria agradecer, João, pela importância que as Organizações Globo têm para o meu Estado e para a minha cidade, o Rio de Janeiro.

Na mesma década em que perdíamos a condição de capital, ganhávamos a TV Globo. E quanto tem sido importante para o desenvolvimento econômico do nosso Estado a presença da TV Globo. E quanto ela se expandiu para o Brasil, para o exterior, se mantendo em nossa cidade, se desenvolvendo em nossa cidade.

Veio a TV a cabo, com conteúdo produzido pelas Organizações Globo. Sportv, MultiShow, GNT, Globo News, Rio de Janeiro, sede TV Globo, sede Rio de Janeiro, da Globosat; veio a Sky TV, Rio de Janeiro; veio a Globo.com, Rio de Janeiro; veio a Globo Filmes, Rio de Janeiro; ajudando a alavancar o cinema nacional; e veio esse investimento extraordinário da dramaturgia internacional, que é o Projac, investimento de qualidade, de competência.

Então, a Globo foi, é e será líder de audiência não por um decreto, por um arranjo político, mas porque tem qualidade, porque tem gente capacitada trabalhando, seus funcionários, atrizes, atores, jornalistas, cinegrafistas, câmeras, produtores. O padrão Globo de qualidade ajudou a publicidade brasileira a se transformar numa publicidade de alto nível. A publicidade brasileira hoje é premiadíssima – no Festival de Cannes, de Nova Iorque e de outras praças – graças à TV Globo, que a estimulou a crescer e a se desenvolver. E tudo isso tendo como sede o Rio de Janeiro.

Então, muito obrigado à TV Globo.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Eu deveria apartear um Senador nordestino, mas, tendo em vista a vocação nacional do Rio de Janeiro e a gentileza de V. Exª, V. Exª vai me permitir que eu também preste minha homenagem à Rede Globo de Televisão por ocasião dos seus 40 anos de vida, dizendo do trabalho que ela faz em favor da nossa região e prestando uma homenagem a um repórter que não poderia ser esquecido nesta hora, que é o Francisco José, que há muitos e muitos anos está vivendo os problemas da nossa região e reportando esses problemas. Então, quero agradecer à Rede Globo, homenageando esse repórter e a Beatriz Castro, que também é repórter da Rede Globo no Nordeste, e dizendo que a Rede Globo tem sido fiel quando expõe os problemas do Nordeste, as duas faces do Nordeste, o grande potencial daquela região e ao mesmo tempo a sua pobreza e a sua fome, que, se Deus quiser, vamos amenizar, vamos superar. Muito obrigado à Rede Globo de Televisão e muito obrigado a V. Exª por esse abuso que cometo, interrompendo o seu brilhante discurso.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Imagine, V. Exª apenas engrandece e nos honra com esse aparte.

Aproveitando a homenagem a Francisco José, grande repórter brasileiro, faço uma homenagem a alguém que nos deixou, vítima da violência nos grandes centros urbanos e da insegurança dela decorrente, que todos nós esperamos um dia reverter, o grande jornalista carioca, mangueirense, vascaíno, amigo de minha família, Tim Lopes. Ele nos serviu e serve como referência do que devemos lutar para reverter essa violência que tanto mal tem feito aos grandes centros do Brasil, especialmente à minha cidade, o Rio de Janeiro.

Hoje é um dia de festa: quarenta anos! João, parabéns!

Retomo dizendo que o povo do Rio de Janeiro é muito grato e muito orgulhoso de ter a TV Globo na nossa cidade. É um patrimônio do nosso povo, da nossa cidade. Mais do que qualquer outra instituição, a Rede Globo soube ressaltar, defender, enaltecer, mostrar os erros, diagnosticar, sobretudo valorizar. O Rio de Janeiro deve muito à TV Globo.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado.

Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Ciro Gomes, Sr. Ministro Edson Vidigal, Dr. João Roberto, senhoras e senhores. Dr. João Roberto, eu não poderia deixar de vir à tribuna,

associando uma voz feminina à dos meus colegas para homenagear a trajetória de um homem que já foi aqui cantada em verso e prosa. E tenho certeza de que é um homem que deixou, com seu exemplo, uma estrada para as futuras gerações. Portanto, por intermédio da sua pessoa, quero estender os meus cumprimentos a toda a família e me associar a todos os Senadores que aqui expressaram o seu sentimento. V. S^a carrega nas costas a grande responsabilidade de transferir para as futuras gerações aquela trajetória de sucesso, ousadia, humildade e competência de seu pai.

Quero também aproveitar a oportunidade para cumprimentar a TV Globo através da sua afiliada em Goiás, a TV Anhanguera, cujo Presidente se encontra aqui e muito nos honra representando o Estado de Goiás, Dr. Jaime Câmara Júnior, acompanhado do seu filho, Cristiano Câmara, que é uma nova geração e representa o comprometimento com o futuro da comunicação no Estado de Goiás.

A TV Globo se transformou, para milhões de brasileiros, principalmente os mais carentes, na principal fonte de lazer, cultura, entretenimento, informação, educação e conhecimento. A partir da década de 60, a televisão expandiu-se, acompanhando o acelerado processo de urbanização por que passou o Brasil. O processo migratório do campo para a cidade foi marca da implantação da sociedade industrial no Brasil. A televisão foi o sinal mais visível do surgimento da cultura de massas. Dentro desse contexto, surgiu a Rede Globo de Televisão. Criada por Roberto Marinho em abril de 1965, a TV Globo, canal 4, entrou no ar pela primeira vez às 11 horas da manhã, quando o locutor Rubens Amaral apresentou a emissora aos telespectadores.

Não é exagero afirmar que sua programação vem fazendo dessa emissora um agente de transformação de nossa sociedade, ao testemunhar os grandes acontecimentos nacionais e mundiais e ao colocar o nosso povo como seu maior entrevistado. A TV Globo faz parte, hoje, da vida de 178 milhões de telespectadores somente no Brasil, através de 118 emissoras e afiliadas, cobrindo 5.445 Municípios do território nacional.

O jornalismo, que estreou em 1969, trouxe para dentro das casas dos brasileiros a informação direta. Coberturas importantes como a queda do muro de Berlim e o 11 de setembro, nos Estados Unidos, ao vivo, são exemplos do que é possível realizar em termos de cobertura jornalística real e de qualidade.

A crítica social e política tem permeado a programação da TV Globo. Para quem alcança 99% do território nacional, o compromisso com a realidade é fundamental.

Concedo um aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senadora Lúcia Vânia, ouço com interesse e atenção a palavra lúcida de V. Ex^a. Efetivamente o Sistema Globo de Televisão e de Comunicação, no sentido mais amplo, mas a televisão em especial, tem uma imensa contribuição quando analisados os padrões culturais brasileiros dos últimos 40 anos. Nenhum outro sistema de comunicação na América Latina terá conseguido um impacto tão contundente sobre determinada sociedade como conseguiu desenvolver aqui a ação de comunicação da TV Globo. O seu papel na formação deste novo padrão cultural brasileiro – que substituiu outro, superado pelos padrões da comunicação eletrônica – deve ser objeto de exame muito mais acurado, muito mais complexo, porque se deu uma profunda interação entre a televisão, o sistema Globo e a realidade social brasileira, seus fundamentos e suas convicções, não apenas pela cultura disseminada pelas novelas, ou pelo impacto do seu sistema de informação, cujo principal símbolo é o “Jornal Nacional”. É notável sua presença diária, generalizada, impactante sobre milhares de brasileiros de todas as áreas, das periferias, do centro, de todas as classes sociais do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste, do Sul e Sudeste. A ação da Rede Globo, seguramente, deve ser sociologicamente levantada para comprovar o impacto, a importância, a relevância de uma instituição brasileira empresarial que marcou a vida do Brasil mais do que qualquer outra, tendo em vista a cultura, as convicções mais amplas da sociedade brasileira. A lembrança de V. Ex^a, no que diz respeito ao impacto dessa presença, à força desse sistema, à sua relevância, ao reconhecimento do seu papel construtivo, é uma contribuição segura à homenagem que prestamos hoje a uma grande instituição brasileira, que é exemplo para o Brasil e para muitos outros países.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço-lhe, Senador Sérgio Guerra, e incorporo ao meu discurso suas palavras, que, sem dúvida nenhuma, vieram enriquecer o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, encerro com uma citação da ONU (Organização das Nações Unidas), que reflete muito bem o sentimento e sintetiza a figura humana do Dr. Roberto Marinho.

A liberdade de informação é um direito humano fundamental e alicerce de todas as liberdades às quais estão consagradas as Nações Unidas (...). A liberdade de informação requer, como elemento indispensável, a vontade e a capacidade de usar e de não usar de seus privilégios.

O Dr. Roberto Marinho nos ensinou, durante a sua trajetória, que trabalhar com a verdade é sempre o melhor caminho.

Parabéns, Dr. João Roberto, parabéns pela trajetória que V. Ex^a terá de cumprir, uma trajetória de honra, de dignidade, de fé, de ousadia e de coragem.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.)

Durante o discurso da Sra. Lúcia Vânia, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres, por cessão do Senador César Borges.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. João Roberto Marinho, Sr. Ministro Ciro Gomes, Sr. Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Sr^{as} e Srs, a Rede Globo de Televisão, para quem, como menino, aprendeu a conhecê-la é algo de extraordinário.

Primeiro houve uma briga muito grande entre os intelectuais brasileiros e a Rede Globo, que, na realidade, acabou fomentando a cultura nacional.

Lembro-me, quando menino, dos festivais, como o Festival Internacional da Canção; do Sítio do Pica-Pau Amarelo, a primeira versão naturalmente; de programas que prendiam a população, como a Grande Família, que hoje tem uma reedição; das peças de teatro que eram apresentadas, algumas de Tchekov; de casos especiais fabulosos, que faziam com que nós, do interior brasileiro – sou de Goiás –, pudéssemos admirar sinceramente toda aquela programação. Nós ficávamos presos ao vídeo.

A Rede Globo tem um papel em nossa formação cultural. A Fundação Roberto Marinho conseguiu colocar vários serviços à disposição do jovem, principalmente, para auxiliar a formação dele, de modo que ele pudesse colher na TV a informação que não recebia na escola,

Logo depois, veio um ciclo extraordinário de novelas, que fez com que grande parte da população brasileira se ligasse à Rede Globo. Criou também um sucedâneo da Voz do Brasil, o Jornal Nacional. A era do rádio foi brilhantemente sucedida por um programa que integrava realmente o Brasil e ao qual o povo de todo o País assiste até hoje.

Eu mencionei os intelectuais e as brigas deles com a Rede Globo. Eles pensavam que, em vez de educar os jovens, ela facilitaria o contato deles com o regime vigente. Mas mesmo os intelectuais logo se renderam à Rede Globo. Lembro-me de que Chico Buarque e Caetano Veloso fizeram programas musicais para a

Globo. Grandes artistas nacionais que antes se recusavam a trabalhar para a Rede Globo também foram lá mostrar todo o talento que tinham.

Muito bem, a Rede Globo, para quem está na mesma faixa etária que eu – estou com 44 anos – é referência, é diversão, é um veículo de instrução. Lembro-me com carinho de tantas pessoas que já se foram e que passaram pelas telas da Globo. Eu me lembro da morte do ator Sérgio Cardoso, ocorrida, se não me engano, em 1972 ou 1973. Nós todos chorávamos. Ele foi sucedido na novela por outro grande ator. A Globo faz com que as emoções efetivamente sejam absolutamente sinceras, porque é cativante.

Hoje, a Rede Globo continua prestando esse serviço inestimável. O Dr. Roberto Marinho se foi, mas, na pessoa de V. S^a, quero saudá-lo por essa contribuição fantástica que a Rede Globo, sem nenhum trocadilho, dá ao Brasil.

Estendo essa saudação a um homem que aqui se encontra, Dr. Jaime Câmara Filho, representante da filiada da Globo no Estado de Goiás, que conseguiu fazer com que a programação estadual se coadunasse com a programação nacional, tivesse o mesmo nível de qualidade e o mesmo apreço da população.

Ao saudarmos V. S^a e a Rede Globo, estamos saudando todos os brasileiros, porque, sem sombra de dúvida, cada um de nós, sem qualquer demagogia, guarda no coração e na lembrança, no mínimo, dez grandes passagens de tudo o que viu nessa história monumental que a Rede Globo ajudou a construir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima. Em seguida, darei a palavra ao Senador Leonel Pavan.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr. Ministro Edson Vidigal, eminente Ministro Ciro Gomes, Sr. João Roberto Marinho, Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados, senhoras e senhores, muito já se disse. Falar da maior rede de televisão do Brasil, a quarta maior do mundo, falar de uma emissora que atinge com seu sinal 99%, quase 100%, do território brasileiro, que leva seu áudio e sua imagem a 170 milhões de telespectadores, que possui 118 emissoras afiliadas, que é líder de audiência em todos os horários, que tem em seus quadros oito mil funcionários e colaboradores, que teve a felicidade de produzir 227 novelas – mais de sessenta exportadas para trinta países, em 24 idiomas –, sem dúvida algu-

ma, é falar de uma grandiosa rede de televisão que, graças, encontra-se instalada em nosso País.

O Brasil de 500 anos, quando foi descoberto, já ao redor de todo o mundo havia inúmeras nações já constituídas, já sedimentadas, e nós, iniciantes naquele ano de 1500 e ao longo desse período, enfrentando enormes dificuldades para a construção de nosso País, uma Nação brasileira com sentimentos de Pátria, trabalhando os nossos objetivos, as nossas metas, escrevendo a nossa História, buscando a nossa independência, lutando para que a soberania aqui se instalasse, trabalhando a unidade da nossa língua, construindo e sedimentando a nossa cultura. O Brasil de 500 anos, de dimensão continental, possuindo diversidade em tudo, precisando sedimentar cada vez mais todos esses valores, integrando-os nessa diversidade, buscando a unidade.

Faço, Sr^{es} e Srs. Senadores, esta reflexão para dizer da grandiosa importância da “Rede Globo de Televisão”, instrumento notável para a integração nacional, instrumento para estabelecer a unidade cultural, embora respeitada a diversidade, respeitados os costumes, as suas especificidades regionais. Daí o exemplo da “Rede Brasil Sul” – RBS, daí o exemplo da “Globo Nordeste”, que procuram preservar características próprias de regiões que integram um país continental.

No entanto, esta unidade na diversidade, que decorre deste grande Brasil amado, daí a importância que resalto – assim como fizeram todos os que me antecederam – da “Rede Globo de Televisão”, que deve ser vista como um instrumento poderoso, não apenas de transformação, mas de consolidação de tudo quanto foi construído neste País ao longo dos 500 anos, sedimentando, consolidando a nossa cultura, as nossas tradições, levando ao nosso povo, pelas novelas e minisséries, tantas obras eloqüentes, grandiosas, profundas, que retratam a história e a vida nacional. E, muitas vezes, até pela falta de estímulo e incentivo à leitura, a Rede Globo tem se encarregado de levar a essas populações os seus conteúdos. Conteúdos de brasilidade, de civismo, numa demonstração de que temos história e de que precisamos cultuá-la.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Venho, portanto, Sr. Presidente, à tribuna depois que tantos oradores me antecederam para, prestando esta homenagem, falando da importância desse instrumento de comunicação, dizer aos senhores que fazem a “Rede Globo de Televisão” que a responsabilidade para a continuidade desse trabalho é muito grande, sedimentando todo esse trabalho internamente, mas procurando levar além-fronteiras a nossa história, a nossa cultura, a nossa vida. Enfim, levando para o ex-

terior o conhecimento do Brasil, tornando-o cada vez mais conhecido.

Como nos enchemos de orgulho quando nos encontramos no exterior e, ligando a televisão, vemos passar a novela brasileira, com os nossos artistas, dentro daquela dramaturgia a mais perfeita em telenovela que o mundo já produziu!

Encho-me de satisfação, quando vejo que a “Rede Globo” começa a abrir espaço para a elaboração de filmes e a participação no cinema. Pois só assim poderemos enaltecer, levantar e soerguer este País entre as diversas nações do mundo, como bem fizeram os Estados Unidos da América, país que tem a mesma idade que o nosso, mas que, através de Hollywood, mostra a sua cultura, impõe a sua cultura, leva o padrão cultural americano para todo o mundo. Quiçá a “Rede Globo de Televisão” possa, já que inicia, também se expandir no cinema para, mais tarde, ser a Hollywood do Brasil.

Muito obrigado. Minhas homenagens a esta rede de televisão que é um grandioso instrumento que presta um inestimável serviço ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V; Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, último orador inscrito.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr. João Roberto Marinho, Presidente da Rede Globo, Ministro Edson Vidigal, Ministro Ciro Gomes, eu gostaria de deixar aqui, também, uma pequena mensagem, em nome do Estado de Santa Catarina, onde temos a RBS, uma filiada à “Rede Globo”. Fizemos uma pequena pesquisa sobre a nossa querida “Rede Globo de Televisão”. Certamente, aqui já foi dito um pouco de tudo que representa a Rede Globo para o Brasil e para o mundo.

Quem assistiu à festa dos 40 anos da Rede Globo no dia 26 de abril participou, na verdade, de uma viagem pelo tempo. Imagens, música, acontecimentos fizeram-nos perceber que a existência dessa emissora faz parte da trajetória de vida do brasileiro. Acompanhamos, por meio de seus telejornais, os fatos marcantes da história do Brasil e do mundo e, muitas vezes, assistimos, ao vivo, à história acontecer diante de nossos olhos: a eleição de Tancredo, a posse de José Sarney, a promulgação da Constituição, a queda do Muro de Berlim, o fim do Governo Collor, a criação do Real, a Guerra do Golfo, só para citar alguns exemplos.

Essa emissora nasceu de um homem de visão que enxergou o que ninguém via: a força da comunicação e seu papel no desenvolvimento da sociedade. Tornou-se um sistema de comunicação que atinge

hoje cerca de 40 países, que divulga a nossa cultura e que integrou definitivamente o nosso País. Nada de irrelevante acontece num canto qualquer do território nacional que não se torne de conhecimento público em pouco tempo.

Sem dúvida, o Brasil passou a se conhecer melhor por intermédio de reportagens que passaram a mostrar a nossa verdadeira face.

Vimos de perto a seca e, diante das imagens de fome e miséria humana, a sociedade mobilizou-se para minimizar a situação de nossos irmãos do Nordeste e os problemas no Sul.

Essa solidariedade perdura há mais de 20 anos. O Brasil viu na telinha a face viva da corrupção e, a partir daquele momento, passou a combatê-la.

A auto-estima do brasileiro também melhorou ao vermos, por meio das reportagens, que o Brasil é, sim, um país viável e de cultura rica. O espírito empreendedor do nosso povo, em alguns casos, chega a ser superior quando comparado ao de países já desenvolvidos.

Por intermédio da telinha, nossa sociedade foi-se modernizando ao quebrar tabus, discutidos nos programas da emissora e em suas premiadas novelas. Nossa cultura, exportada mediante a programação da emissora, aproxima-nos de outros povos e abre caminhos diplomáticos e comerciais.

A TV Globo fica no ar 24 horas por dia. Dessas, mais de três horas diárias são dedicadas ao jornalismo. São mais de 500 profissionais no Brasil e no exterior. A Rede Globo é uma das principais exportadoras de programação de TV do Brasil e vendeu ao exterior, segundo pesquisas, apenas no ano passado, 26 mil horas de programas, além de ter um canal internacional, que transmite seu conteúdo a 1,8 milhão de casas fora do Brasil, atendendo a mais de 7 milhões de pessoas fora do Brasil.

A história de Rede Globo se confunde com o desenvolvimento da televisão brasileira, e a evolução política do Brasil não teria sido a mesma sem ela.

Parabenizo todos que fazem e fizeram o dia-a-dia da Rede Globo e que a transformaram em um dos maiores sistemas de comunicação do mundo.

Parabéns a todos os integrantes da Rede Globo e parabéns ao Brasil por ser sede de uma emissora das mais privilegiadas e das mais, sem dúvida nenhuma, preferidas no mundo.

Parabéns a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Obrigado, Senador Leonel Pavan.

Dou por encerradas as homenagens prestadas à Rede Globo de televisão ao tempo em que me congratulo, mais uma vez, com o Dr. João Roberto Marinho

que esteve aqui conosco durante toda a sessão, em nome de quem cumprimento a família Marinho e todos que fazem essa fantástica rede de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, Valmir Amaral, Flexa Ribeiro, Reginaldo Duarte e Paulo Octávio enviaram discursos à Mesa, alusivos à homenagem pelos 40 anos de atividade da Rede Globo de televisão, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há quarenta anos, no dia 26 de abril de 1965, iniciavam-se as transmissões do Canal 4 do Rio de Janeiro, mais conhecido por todos como Rede Globo de Televisão. Era o primeiro capítulo da mais bem-sucedida história da televisão brasileira.

Chegar ao topo não foi, evidentemente, tarefa fácil. Das muitas emissoras de televisão existentes na década de sessenta, poucas sobreviveram até o início do século XXI. Basta lembrar de alguns gigantes que ficaram pelo caminho, caso da TV Tupi e da TV Excelsior.

A Rede Globo sobreviveu e cresceu graças a uma visão empresarial inovadora e corajosa.

Em primeiro lugar, desde os seus primórdios, buscou expandir suas atividades por todo o Brasil. No início dos anos setenta, já estava presente nas capitais e nas principais cidades do interior. Poucos anos depois, o seu sinal cobria todo o País. A Rede Globo, ao olharmos retrospectivamente, foi fundamental para integrar todo o território brasileiro.

Se me permitem uma rápida digressão; é a partir dessas transmissões em âmbito nacional que as diversas regiões do Brasil, antes isoladas, passam a se ver como parte de um todo, de uma unidade, em que existem, é claro, diferenças, mas, em que todos podemos nos ver, finalmente, como integrantes de uma nação. Nós, amazônidas, não podemos deixar de sinceramente agradecer à Rede Globo por nos tornar mais brasileiros.

Em segundo lugar, a Globo foi inovadora na medida em que criou um padrão de qualidade para a televisão. Até o seu surgimento, esse ramo de atividade era marcado pelo amadorismo, pela precariedade dos programas e pouca qualidade técnica. A Rede Globo provocou mudanças autenticamente revolucionárias. Em 1966, transmitia ao vivo a Copa do Mundo da Inglaterra. Em 1968, via satélite, o brasileiro via o lançamento da espaçonave Apolo IX. Em 1969, tinham início as atividades do Jornal Nacional. Em 1972, as primei-

ras transmissões coloridas. Em 1975, a estréia de uma programação nacional e o uso do satélite Intelsat para comunicação em tempo real dentro do País.

Em terceiro lugar, a Rede Globo buscou, desde seus primórdios, produzir programas próprios, sem depender, como até então era comum, das produções feitas pelo mercado publicitário.

A Globo transformou ou criou conceitos. O caso mais conhecido é o das novelas. Até então eram meras cópias do que era feito pelo mercado latino-americano. A Rede Globo investiu em produções que retratavam o nosso povo, a nossa realidade e os nossos problemas. Não foi por acaso que novelas como “Irmãos Coragem” ou “Selva de Pedra” atingiram índices de audiência próximos dos 100%.

A experiência adquirida com as novelas permitiu que a empresa oferecesse novos produtos com o mesmo padrão de qualidade. Exemplo são os programas de auditório, humorísticos, minisséries, transmissões esportivas, especiais de fim de ano, *shows* diversos e o sempre esperado espetáculo do Sambódromo.

Em suma, em um mercado que fora marcado pelo amadorismo e pelo improviso, a Rede Globo representou uma autêntica revolução, marcada pela qualidade técnica, artística e jornalística, que a transformou, em poucos anos, na principal emissora do País e em um dos maiores grupos televisivos do planeta.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao lado de suas atividades empresariais, a Rede Globo desenvolveu inúmeros projetos sociais. Muito antes de se falar em boa governança corporativa, a Globo já se mostrava comprometida com o desenvolvimento de ações destinadas a melhorar as condições de vida de nossa população mais carente.

Uma das iniciativas mais importantes para a população é a campanha “Criança Esperança”. Ao longo de 16 anos, arrecadou mais de cem milhões de reais para o Unicef aplicar no Brasil. Graças a isso, milhares de crianças, em todo o País, tiveram profundas melhorias na qualidade de vida.

Outra iniciativa importante é a Ação Global, levada a cabo em parceria com o Sesi. Nesse esforço, voluntários se dedicam a oferecer documentos, como carteira de identidade ou título de eleitor, bem como assistência médica ou jurídica, para pessoas de comunidades carentes em todo o território nacional.

Outra atividade de imenso valor é o Globo Serviço, isto é, campanhas publicitárias que visam a esclarecer a população a respeito de questões como segurança no trânsito, vacinação, violência familiar e amamentação no seio. Significativo, ainda, a respeito desse tipo de serviço, é o fato de a Rede Globo ter

sido a primeira empresa a divulgar uma campanha pública contra a Aids.

A Rede Globo, além dessas iniciativas próprias, abre espaço em sua programação para campanhas de terceiros que venham a ajudar hospitais, bancos de sangue, creches e organizações que prestam socorro às populações carentes.

Sei que o tempo que possuo é breve, mas não poderia deixar de dedicar algumas palavras a um dos mais notáveis empresários brasileiros do século XX. É impossível falar de Rede Globo sem mencionar o Dr. Roberto Marinho. Luiz Eduardo Borgeth, em seu livro **Quem e como fizemos a TV Globo**, descreve o fundador da empresa com as seguintes palavras: “Educadíssimo, gentilíssimo, amável, afável, como patrão e como pessoa, Roberto Marinho nunca foi visto ou ouvido levantando a voz, destratando um empregado, sendo grosseiro com quem quer que fosse ou enxertando em seu vocabulário enxuto palavras ou expressões vulgares”.

Foi esse homem brilhante, educado, perspicaz e sábio que soube se cercar dos melhores e, assim, construiu uma empresa não apenas bem-sucedida no seu ramo de negócios, mas que pode se orgulhar de ter ajudado a construir muito do que existe de bom no Brasil moderno.

É importante lembrar, também, os executivos, produtores, jornalistas, atores e muitos outros tipos de profissionais que ajudaram a erguer a Rede Globo. Graças a eles, a empresa é sólida e representa dignamente o que há de melhor em nossa gente.

Para concluir, faço os mais sinceros votos para que os próximos quarenta anos da Rede Globo sejam tão profícuos e tão bem-sucedidos quanto essas primeiras quatro décadas de sua existência.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no mercado internacional de produtos culturais, não é fácil uma empresa de um país em desenvolvimento se destacar, competir de igual para igual com as poderosas empresas dos países hegemônicos, tornar-se conhecida e respeitada em todo o mundo.

Essa proeza, ilustres Sr^{as} e Srs. Senadores, foi indubitavelmente alcançada pela Rede Globo de Televisão, como é fácil constatar no momento em que são comemorados os 40 anos de atividade da emissora.

Hoje, a programação da Rede Globo difunde a cultura brasileira para espectadores de cerca de 130 diferentes países, em todos os continentes. Sendo altamente significativo esse feito, que traz a nós, brasileiros, um justificado orgulho, nem por isso deve ser

considerado a maior conquista da Rede Globo. É certo que a mais importante realização da emissora é ter-se espalhado por todos os quadrantes deste País, unindo seu povo em uma mesma identificação cultural, sempre renovada, reforçando nosso pertencimento a uma grande e diversificada Nação.

Foram esses 40 anos de trajetória, Sr. Presidente, marcados por uma firme determinação de identificar os anseios de cultura e de entretenimento da população brasileira, acrescentando-lhes a indispensável dose de criatividade e originalidade, sem as quais sua programação não teria vida própria e não evoluiria. O que se viu, ao contrário, foi o permanente compromisso entre a inovação e a sensibilidade para com as tradições e gostos do povo brasileiro.

O dinamismo empresarial e a largueza de vistas, imprimidos desde o início à direção da Rede Globo pela lucidez de seu fundador, Roberto Marinho, jamais foram abandonados ao longo destas quatro décadas. A competência na condução da empresa, tanto no âmbito cultural como nos aspectos técnicos e administrativo-financeiros, não deve ser menosprezada como um detalhe irrelevante. Ao contrário, constituem a competência e o profissionalismo fator decisivo, no conjunto das atividades econômicas, para arrancar o Brasil dos espaços tolhidos do subdesenvolvimento, lançando-o em um plano de projeção internacional a que ele pode e deve almejar.

O resultado dessa incessante busca pelo aperfeiçoamento é o “padrão globo de qualidade”, facilmente reconhecido aqui como no estrangeiro. Ele perpassa e deixa sua marca em toda a programação da emissora, dos telejornais aos programas humorísticos, das novelas à cobertura de esportes.

No que se refere aos aspectos técnicos, a Globo demonstrou, em seguidas ocasiões, sua vocação vanguardista: inovando, desde o início, no uso do videoteipe que concedeu grande liberdade em relação ao espaço fixo do estúdio; continuando com marcantes transmissões ao vivo, como a da Copa do Mundo de 1966, na Inglaterra; com a operação em rede no Brasil, em 1969, pela qual o Jornal Nacional fez jus ao seu nome; a transmissão em cores, em 1972; o estabelecimento de uma programação nacional, três anos depois, façanha esta tanto técnica quanto mercadológica, com forte impacto sociocultural no País.

Hoje, são 113 as emissoras, entre geradoras e afiliadas, que levam essa programação, de elevado nível técnico e cultural, a todo o povo espalhado por nosso Brasil.

Uma das particularidades da Rede Globo, Sr. Presidente, é o alto percentual de programas por ela transmitidos que são realizados no País e, em espe-

cial, pela própria emissora. Seus oito mil funcionários, entre os quais quatro mil diretamente envolvidos na criação dos programas, levaram a Rede Globo à posição de maior produtora de programas próprios de televisão do mundo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como mensurar o papel que o “Jornal Nacional”, em seus mais de 35 anos de existência, tem cumprido ao levar informações do Brasil e do mundo para incontáveis lares, espalhados, hoje, por 99,84% dos 5 mil e 43 municípios brasileiros?

Como não considerar a importância dos chamados “telejornais praças” – tal qual, aqui no Distrito Federal, o DF TV –, levantando a cada dia problemas que afligem as populações locais, muitos dos quais passam, só então, a receber a atenção devida?

Como avaliar a relevância social, econômica e cultural de que se revestem programas como o “Globo Repórter”, o “Globo Rural” e o “Globo Comunidade”?

Como estimar o significado das novelas globais no sentido de criar uma teledramaturgia essencialmente brasileira, mas que apela para espectadores de todos os continentes?

É difícil responder, em toda a sua amplitude, a tais questões, na medida em que sabemos o quanto o dia-a-dia da população brasileira permanece ligado, por um vínculo todo especial, com a programação da Globo. Embora outras emissoras venham, ultimamente, crescendo e conquistando espaço junto ao público – o que é ótimo e bastante saudável no que se refere ao quadro nacional das telecomunicações –, devemos reconhecer, ainda assim, o carinho e a identificação singulares com que o povo brasileiro se liga à Rede Globo.

Não posso, Sr. Presidente, furtar-me a mencionar, mesmo que superficialmente, o sério compromisso social assumido pela emissora.

Um exemplo sobejamente conhecido por toda a população é a campanha “Criança Esperança”, realizada há mais de 15 anos, com o objetivo de conscientizar e mobilizar a população e as autoridades para a situação insatisfatória em que vive grande parte da população mais jovem do País. Os mais de cem milhões de reais arrecadados ao longo do período de existência da campanha foram empregados em ações concretas e relevantes, tais como ações básicas de saúde, programas de atendimento a meninos e meninas de rua e projetos na área da educação básica.

Citemos, ainda, o projeto Ação Global, em parceria com o Sesi, voltado para assegurar relevantes aspectos da cidadania às populações carentes, assim como as diversas campanhas publicitárias do Globo Serviço, entre as quais podemos lembrar a primeira campanha pública contra a difusão da Aids.

Por tantas razões, Sr. Presidente, é que não podemos negar a imensa participação da Rede Globo de Televisão nos mais variados aspectos da vida nacional, imprimindo em todos eles o selo de competência e seriedade que tornou essa emissora a maior do País, e uma das de maior destaque em todo o mundo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 26 de abril, comemorou-se o aniversário de quarenta anos da Rede Globo de Televisão. São muitos os motivos que temos para celebrar essa data.

Como pudemos observar nas diversas reportagens especiais levadas à cabo pelo “Jornal Nacional” nos últimos dias, é impossível pensar a história brasileira das últimas quatro décadas sem levar em conta o papel da Rede Globo.

Como observou recentemente o presidente das Organizações Globo, Roberto Irineu Marinho, a emissora são os “olhos, ouvidos e coração dos brasileiros”. A metáfora, diria eu, é absolutamente perfeita. Os programas da Globo estão presentes em todos os lares brasileiros e são parte da vida de todos nós.

Quem quer saber das novidades noticiosas matutinas, assiste aos jornais regionais de cada Estado e depois ao “Bom Dia Brasil”. Quem quer estar a par das novidades do mundo feminino não deixa de assistir ao programa de Ana Maria Braga. As crianças, por sua vez, se deleitam com as instrutivas histórias da turminha do “Sítio do Pica-Pau Amarelo”.

À noite, as telenovelas brasileiras entretêm milhões de brasileiros, não apenas pelo seu conteúdo ficcional, mas também pela capacidade que possuem de abordar questões relevantes para o nosso dia-a-dia. Já houve novelas que trataram, de forma séria, de temas como clonagem, preconceito racial, homossexualismo ou, mais recentemente, onda migratória para os Estados Unidos.

Por fim, quem quer estar informado das notícias no Brasil e no mundo não deixa de assistir ao “Jornal Nacional”, síntese perfeita do que acontece a cada dia.

A Rede Globo, enfim, atingiu padrões de excelência comparáveis com o que de melhor é feito no mundo. Tanto é assim, que a expressão “padrão global” tornou-se sinônimo de alguma coisa feita com altíssima qualidade.

Nada disso, evidentemente, poderia ter existido sem a presença de Roberto Marinho. Jornalista, intelectual respeitado, membro da Academia Brasileira de Letras, ousou criar do nada uma emissora que, em poucos anos, se tornou a quarta maior do mundo e

cujos programas são transmitidos em mais de 60 países e em mais de 24 línguas.

Concluo este breve pronunciamento homenageando o Doutor Roberto Marinho, seus herdeiros e outros tantos milhares de profissionais pela incansável obra de construir uma empresa que orgulha a todos nós brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assim, como os colegas que me antecederam, não poderia deixar de prestar a minha homenagem àquela que tem se confundido ao longo da sua existência com a história recente do Brasil.

Podendo ser considerada como uma verdadeira instituição nacional, a Rede Globo, através da sua TV, tem desempenhado um papel fundamental e peculiar no sentir de dar unicidade aos nossos diferentes “Brasis”.

O olhar da TV Globo diante dos fatos que acontecem no Brasil e no mundo tem sido um elo entre o conjunto das famílias brasileiras, independentes de sua situação socioeconômica.

O seu extenso acervo voltado à dramaturgia, filmes, documentários, programas infantis, shows e assuntos diversos, tem a capacidade de representar de forma autêntica a cultura e os diversos costumes brasileiros.

Esses feitos transformaram a TV Globo em uma emissora hegemônica no Brasil. Desempenhando uma função social ao propagar nacionalmente representações de vida e comportamento de autoridades e personagens que contribuíram para construir o imaginário dominante do cidadão comum.

Ao longo dos seus 40 anos, a TV Globo é a maior TV da América Latina e a quarta no ranking mundial.

É impressionante assistir matérias como a divulgada ontem no “Jornal Nacional”, onde foi mostrada a influência da TV Globo, por meio de suas novelas e seriados, sobre a vida das famílias em países de língua portuguesa do continente africano.

Depoimentos de jovens informam como as novelas da TV Globo influenciam o seu comportamento, fortemente moldado pelos personagens das novelas, desde a sua forma de vestir até o enfrentamento de temas polêmicos levados ao ar.

Os pais de muitos desses jovens vêem nos problemas colocados nas novelas, como alcoolismo, droga, gravidez precoce, uma forma de discutir assuntos que muitas vezes são considerados tabus em grande parte das famílias.

Nesta minha homenagem, eu não podia deixar de mencionar algumas ações pioneiras da TV Globo, que permitiram a uma parcela da população acompanhar eventos que marcaram a história da humanidade: por exemplo, a viagem da Apollo XI, que em 1968 levou pela primeira vez o homem à lua.

Foi um fato histórico, e certamente lembrado por muitos aqui neste Plenário, a chance que tivemos de em 1970 assistir a Copa do Mundo no México ao vivo e em cores.

Quero, senhoras e senhores senadores, congratular-me com essa emissora que tem tido a função de aproximar as mais diversas culturas deste nosso imenso território brasileiro, mostrando por meio de sua programação a cada um de nós brasileiros um pouco das diversas caras que o Brasil possui.

Parabéns, portanto, à TV Globo e a todos aqueles que ajudaram e ajudam a construí-la, lamentando a ausência daquele que foi o seu mestre maior: o Sr. Roberto Marinho.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos dias, a Rede Globo comemorou os 40 anos de sua primeira transmissão televisiva. Tendo em vista a sua inegável importância no cenário brasileiro, a sua irrefutável influência como formadora de opinião relativamente à nossa sociedade, não posso me furtar ao presente registro.

Eram 11h de uma segunda-feira, dia 26 de abril de 1965, quando a Rede Globo de Televisão, cuja concessão, no Rio de Janeiro, foi outorgada no governo do presidente Juscelino Kubitschek, entrava no ar, pelo Canal 4, dando início a uma trajetória de sucesso e destacando-se em um mercado televisivo até então incipiente.

Seguindo a determinação de seu fundador, o saudoso jornalista Roberto Marinho, a Globo consolidou, ao longo desses 40 anos de funcionamento, sua vocação de rede nacional, com qualidade artística, jornalística e técnica de nível internacional e identidade visual eivada de excepcionalidade – assim considerada em todo o mundo.

Em pouco tempo, entrava no ar em São Paulo, através do Canal 5 (antiga TV Paulista – adquirida do Grupo Victor Costa); em Belo Horizonte (pela emissora adquirida do Grupo J.B. Amaral em 1968); em Brasília, em 1971 (concessão autorizada pelo presidente João Goulart em 1962), e em Recife (através da emissora adquirida também do Grupo Victor Costa), no ano seguinte.

Atualmente, a Globo cobre 99,84% do território nacional, sendo assistida por 5.020 municípios brasileiros. Gerida, nos dias atuais, por Roberto Irineu Marinho, integra as Organizações Globo, que detêm um patrimônio avaliado em mais de US\$1 bilhão.

A Rede Globo de Televisão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, afigura-se, indubitavelmente, um império empresarial com faturamento anual de US\$5,7 bilhões, sendo a quinta emissora mais vista no planeta.

Seu valor para o País é inegável, na medida em que gera milhares de empregos, disseminando, também, a nossa cultura a 130 países, distribuídos por todos os continentes.

Seu mister de informar, entreter e educar cumpre-se, diariamente, há 40 anos, com seriedade e competência notórias, através de programação variada, em que se incluem jornalismo de excelência, programas educativos, filmes, shows, minisséries, telenovelas, exportadas para vários países, humorismo e musicais, tendo-se consolidado como a maior produtora de programas próprios de televisão do mundo.

Idealizada pelo jornalista e imortal acadêmico Roberto Marinho, à guisa de diretrizes sempre cunhadas na proficiência e visão de futuro, não se pode – a despeito de quaisquer eventuais críticas – ignorar a valia da Rede Globo de TV para o Brasil.

Presente no dia-a-dia do telespectador brasileiro, cobriu a chegada do homem à lua; transmitiu a primeira copa do mundo ao vivo, em 1966; fez a primeira transmissão via satélite em 1968, com o lançamento da nave espacial Apollo 9 e realizou a primeira operação em rede no país, em 1969, com o Jornal Nacional.

A par todo esse êxito de suas 113 afiliadas no território nacional, sobrepõe-se o seu trabalho social. Para a Rede Globo, a indústria televisiva caminha lado a lado com um sério compromisso social, não perdendo de vista a realidade do país.

Entre os projetos e ações sociais que desenvolve, está o campanha Criança Esperança, serviço público realizado há 16 anos. Além de arrecadar fundos para o Unicef aplicar no Brasil, o programa objetiva conscientizar e mobilizar a população e as autoridades para a situação da maioria da população jovem brasileira e, ainda, divulgar os direitos da criança.

Seguindo a linha social, a Rede Globo foi pioneira em campanha preventiva contra a AIDS, criou a Ação Global, em parceria com o SESI, catalisando o esforço voluntário da sociedade para oferecer às comunidades carentes a oportunidade de obter documentos, de receber cuidados médicos, assistência jurídica e informações sobre saúde de uma maneira geral.

Parabéns à Rede Globo de Televisão, cujos méritos são muitos, responsáveis que foram, inclusive, por uma reordenação profunda nas estruturas sociais do País.

Este era o registro a fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, aviso do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 3.767-GP/TCU

Brasília, 29 de abril de 2005

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento do Ofício nº 657 (SF), de 28-4-2005, mediante o qual Vossa Excelência encaminha o Requerimento nº 318/2005, de autoria da Senadora Heloísa Helena solicitando ao “Tribunal de Contas da União (TCU) inspeção e fiscalização, em caráter de urgência, do acordo firmado entre o Banco do Brasil S/A e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), celebrado em 24 de dezembro de 1997”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o mencionado expediente – autuado neste Tribunal sob o número TC-006.368/2005-1 – foi remetido ao Relator, Senhor Ministro Benjamin Zymler.

Por oportuno, esclareço que, caso esse Gabinete queira receber por e-mail informações atualizadas sobre o aludido processo ou outro de seu interesse, quanto ao seu andamento e data a ser submetido a julgamento, pode cadastrar-se no sistema “push – acompanhamento de processos”, por meio do link <https://contas.tcu.gov.br/tcu/AcompanharProcesso>.

Esse sistema, alimentado diariamente para garantir que o usuário receba tempestivamente as comunicações atualizadas, permite a qualquer cidadão acompanhar a movimentação de processos. Assim, toda tramitação processual, desde medidas preliminares até o julgamento, gera automaticamente uma mensagem eletrônica informando ao usuário as alterações ocorridas.

Atenciosamente, – **Adylson Motta**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Encaminha-se cópia à requerente. O expediente, juntado ao Requerimento nº 318, de 2005, ficará na Secretária-Geral da Mesa, aguardando a decisão do Tribunal de Contas da União.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Educação que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 438, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2004, de autoria do Senador Maguito Vilela, que institui o Dia Nacional da Alimentação.

Relator: Senador **Mário Calixto**

Relator *ad hoc*: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2004, autoria do Senador Maguito Vilela, propondo a instituição do “Dia Nacional da Alimentação”, a ser comemorado no dia 16 de outubro.

Segundo o art. 1º do Projeto de Lei, o objetivo da instituição do “dia nacional da alimentação” é a mobilização do Poder Público e a conscientização da população brasileira a respeito da importância do combate à fome e à desnutrição.

O art. 2º autoriza os órgãos públicos responsáveis pelo combate à fome e à miséria a desenvolver atividades educativas e de estímulo à participação social na semana que contiver o mencionado dia.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei.

II – Análise

“A fome é, conforme tantas vezes tenho afirmado, a expressão biológica de males sociológicos. Está intimamente ligada com as distorções econômicas, às quais dei, antes de ninguém, a designação de subdesenvolvimento” (Josué de Castro, 1969).

O extraordinário brasileiro Josué de Castro, grande estudioso da fome, da desnutrição e do subdesenvolvimento no mundo, considerava a fome como um fenômeno sociológico, presente na Terra desde os primórdios da civilização humana, porém acentuada a partir do desenvolvimento da cultura ocidental capitalista.

O fenômeno da fome não deve ser entendido apenas pela carência de alimentos, mas por toda a desnutrição provocada por alimentação inadequada. Nesse sentido, a desnutrição, além de ser um problema de distribuição de renda, é, também, uma questão de educação, de “educação alimentar”. E é a oportunidade de incentivar ações de educação alimentar o grande mérito da criação do Dia Nacional da Alimentação.

O povo brasileiro já demonstrou sua conscientização sobre a questão da fome. Basta ver a mobilização nacional que ocorre anualmente no Natal, durante a campanha “Natal Sem Fome”. Assim, o Dia Nacional da Alimentação, com certeza, serviria para despertar ainda mais o espírito de solidariedade do povo brasileiro.

Com relação à constitucionalidade, de acordo com o art. 24, inciso IX, da Constituição Federal, a matéria em análise se encontra na esfera das competências legislativas concorrentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, pois trata de “educação e cultura”, sendo, neste aspecto, constitucional.

Ademais, por ser compatível com a ordem jurídica infraconstitucional e por ter tramitado de acordo com as normas regimentais desta Casa Legislativa, a proposição satisfaz os critérios de juridicidade e de regimentalidade e está em condições de ser aprovada.

III – Voto

Diante do exposto, considerando o mérito, a constitucionalidade, a juridicidade, e a regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2004, votamos pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 29 de março de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 297/ 04 NA REUNIÃO DE 29/03/05
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

RELATOR:

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- JOÃO RIBEIRO
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
ROSEANA SARNEY	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- LEONEL PAVAN
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
EDUARDO AZEREDO	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- JOÃO BATISTA MOTTA
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
LEOMAR QUINTANILHA	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- FRANCISO PEREIRA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- ANA JÚLIA CAREPA

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 297/04

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES						EDISON LOBÃO					
JORGE BORNHAUSEN						JONAS PINHEIRO					
JOSÉ JORGE						JOÃO RIBEIRO					
MARIA DO CARMO ALVES		X				JOSÉ AGRIPINO					
ROSEANA SARNEY						MARCO MACIEL		X			
MARCELO CRIVELLA		X				ROMEU TUMA		X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO						LEONEL PAVAN		X			
GERALDO MESQUITA		X				SÉRGIO GUERRA					
EDUARDO AZEREDO		X				LÚCIA VÂNIA					
REGINALDO DUARTE		X				TASSO JEREISSATI					
TITULARES - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA						JOÃO BATISTA MOTTA					
MAGUITO VILELA						GARIBALDI ALVES FILHO					
VALDIR RAUPP		X				VAGO					
GERSON CAMATA		X				PAPALEO PAES					
SÉRGIO CABRAL						MÃO SANTA					
JOSÉ MARANHÃO						LUIZ OTÁVIO		X			
LEOMAR QUINTANILHA						VAGO					
GILBERTO MESTRINHO						VAGO					
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS						PAULO PAIM		X			
CRISTOVAM BUARQUE						ALOIZIO MERCADANTE					
FÁTIMA CLEIDE		X				FERNANDO VBEZERRA					
FLÁVIO ARNS						DELÍDIO AMARAL					
IDELI SALVATTI		X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES					
ROBERTO SATURNINO						FRANCISCO PEREIRA					
MOZARILDO CAVALCANTI						PATRÍCIA SABOYA GOMES					
SÉRGIO ZAMBIASI		X				ANA JÚLIA CAREPA					
TITULAR - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO		X				JUVÊNCIO DA FONSECA					

TOTAL: 12 SIM: 12 NÃO: 0 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 29 / 03 / 2005


SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....
IX – educação, cultura, ensino e desporto;
.....

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Educação que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of nº CE/025/2005

Brasília, 20 de abril de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada em 29 de março p.p, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2004, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Maguito Vilela que, “Institui o Dia Nacional da Alimentação”.

Atenciosamente, – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2004**, cujo ofício acaba de ser lido, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que terminou ontem, dia 2 do corrente, o prazo sem interposição de recurso, para que os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 2 e 3, de 2005 – CN**, sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional.

Os projetos vão à promulgação e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Ofício nº 430, de 29 de abril último**, do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, encaminhando documentos referentes à indicação do Ministro Antonio de Pádua Ribeiro para compor o Conselho Nacional de Justiça, em complementação ao Ofício nº S/11, de 2005 (nº 1/05, na origem), e em atendimento ao disposto na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal.

O expediente lido, anexado ao processado do Ofício nº S/11, de 2005, vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A Presidência determina a republicação do Ofício S/11, de 2005, bem como a confecção de novos avulsos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, comunicação do Senador Magno Malta que passo a ler.

É lida a seguinte:

Brasília, 30 de abril de 2005

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, venho informar a Vossa Excelência que reassumo, nesta data, 30 de abril de 2005, o mandato parlamentar de Senador da República, como representante do Estado do Espírito Santo.

Respeitosamente, – Senador **Magno Malta**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 15, DE 2005

Insere novos parágrafos nos arts. 80 e 82 do Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias, para determinar a transferência, aos municípios, de metade dos recursos da CPMF destinados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Acrescentem-se ao art. 80 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias os seguintes parágrafos:

“Art. 80.

§ 3º Metade da arrecadação decorrente do disposto no inciso I será repassada aos fundos municipais de combate à pobreza, instituídos na forma do art. 82, proporcionalmente ao número de habitantes de cada município e em razão inversa à renda **per capita** do respectivo Estado, na forma da lei.

§ 4º Os recursos pertencentes aos municípios que não tiverem instituído o fundo a que se refere o art. 82 serão transferidos para os fundos de combate à pobreza dos respectivos estados; na inexistência do fundo estadual, serão repartidos entre os demais municípios do estado, segundo o critério do § 3º.” (NR)

Art. 2º Esta emenda entra em vigor no primeiro dia do exercício subsequente ao de sua publicação.

Justificação

A análise da evolução das receitas tributárias da União, dos estados e dos municípios ao longo dos últimos dez anos revela uma preocupante tendência concentradora. O aperto financeiro decorrente dessa concentração tem conduzido muitos municípios à virtual inviabilidade. É um triste quadro, especialmente se considerarmos a importância dos municípios para a condução de políticas públicas. São os municípios, e não os estados ou a União, que estão efetivamente próximos do cidadão e de suas necessidades. É nesses que o ideal democrático tem maiores chances de

sucesso, e a vontade popular, mais oportunidades de ser ouvida e acatada.

Para aliviar, ainda que parcialmente, as dificuldades que os municípios brasileiros sentem em implementar as políticas públicas que o cidadão deles espera, apresentamos a presente proposta de emenda à Constituição, por meio da qual sugerimos que parte dos recursos da contribuição provisória sobre movimentação financeira (CPMF) seja repartida com os municípios. Mais especificamente, propomos que metade dos recursos da CPMF destinados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, existente no âmbito do Governo Federal, seja transferida aos fundos de mesma natureza existentes nos municípios. Esse repasse equivaleria a apenas 0,04 ponto percentual do 0,38 ponto percentual da alíquota total da CPMF, ou seja, a cerca de 10,5% do montante arrecadado.

A CPMF não pára de bater recordes de arrecadação, ano após ano. Sua arrecadação cresceu de R\$7,96 bilhões, em 1999, para R\$26,4 bilhões, em 2004, sem que um centavo sequer fosse transferido para os municípios. É um aumento de 232%, muito superior ao aumento de 132% do imposto sobre a renda (IR) e ao tímido aumento de 43% do imposto sobre produtos industrializados (IPI).

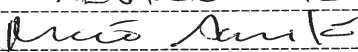
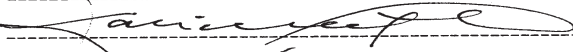
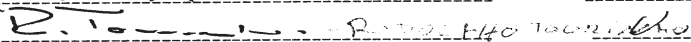
Uma das vantagens da transferência aqui proposta é a ampla gama de ações que o município pode desenvolver com os recursos dos fundos de combate à pobreza existentes no âmbito municipal. São ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço da renda familiar, entre outras, sempre e necessariamente voltadas à área social, com o objetivo de aliviar o sofrimento dos cidadãos de mais baixa renda, e realizadas por quem acompanha e conhece de perto a situação da população local.

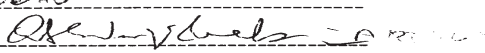
Ainda que não seja uma solução permanente ao desafio financeiro enfrentado pelos municípios, essa iniciativa, para a qual pedimos o apoio dos nobres parlamentares, representará um avanço considerável, além de uma quebra na infeliz tradição de garantir que a União mantenha seu controle sobre uma parcela desproporcional e crescente da arrecadação tributária do País.


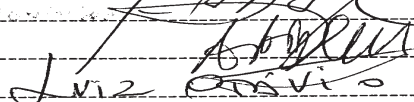
Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Eduardo Siqueira Campos.**

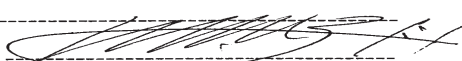
Nome

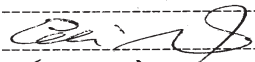
Assinatura


ALVARO DIAS


 HELOISA HELENA


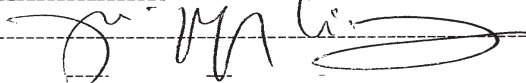
GARIBALDI ALVES
 Heloisa Helena


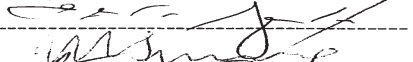
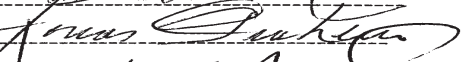
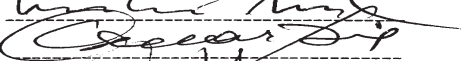

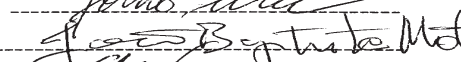

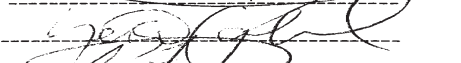
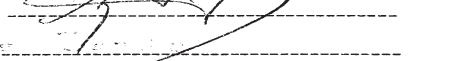

 José Roberto de Aguiar

 Luiz Antônio




 VALDIR ROMÃO

Edigson Lourenço

 César Borges

ROBERTO SALGUEIRO
 EDUARDO AZEVEDO
 KEY SUASSUNA
 JONAS TAVARES
 MARCO ALCANTARA
 OSMAR DIAS
 GERALDO MESQUITA
 PAULO TOMA
 JOÃO BATISTA
 ALEXANDRE CARLOS VASCONCELOS
 CACUSTAS
 SERGIO LOPES


Alexandre









LEGISLAÇÃO CITADA

 CONSTITUIÇÃO DA
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO X

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 80. Compõem o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

I – a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de oito centésimos por cento, aplicável de 18 de junho de 2000 a 17 de junho de 2002, na alíquota da contribuição social de que trata o art. 75 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

II – a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de cinco pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, ou do imposto que vier a substituí-lo, incidente sobre produtos supérfluos e aplicável até a extinção do Fundo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

III – o produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 153, inciso VII, da Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

IV – dotações orçamentárias; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

V – doações, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

VI – outras receitas, a serem definidas na regulamentação do referido Fundo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

§ 1º Aos recursos integrantes do Fundo de que trata este artigo não se aplica o disposto nos arts. 159 e 167, inciso IV, da Constituição, assim como qualquer desvinculação de recursos orçamentários. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

§ 2º A arrecadação decorrente do disposto no inciso I deste artigo, no período compreendido entre 18 de junho de 2000 e o início da vigência da lei complementar a que se refere a art. 79, será integralmente repassada ao Fundo, preservado o seu valor real, em títulos públicos federais, progressivamente resgatáveis após 18 de junho de 2002, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

TÍTULO X

Art. 82. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir Fundos de Combate à Pobreza, com os recursos de que trata este artigo e outros que vierem a destinar, devendo os referidos Fundos ser geridos por entidades que contem com a participação da sociedade civil. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

§ 1º Para o financiamento dos fundos estaduais e distrital, poderá ser criado adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, sobre os produtos e serviços supérfluos e nas condições definidas na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, da Constituição, não se aplicando, sobre este percentual, o disposto no art. 158, IV, da Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

§ 2º Para o financiamento dos fundos municipais, poderá ser criado adicional de até meio ponto percentual na alíquota do Imposto sobre serviços ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre serviços supérfluos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, DE 2005

Altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos municípios, de cinco por cento das contribuições sociais de que trata o art. 195.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 159 da Constituição Federal o seguinte parágrafo:

“Art. 159.

IV – Do produto da arrecadação das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, **b** e **c**, e IV, cinco por cento ao Fundo de Participação dos Municípios.

.....”. (NR)

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor no primeiro dia do exercício subsequente ao de sua publicação.

Justificação

O equilíbrio federativo foi um dos princípios que nortearam a Constituição Federal de 1988. Como um dos principais pressupostos desse equilíbrio é a viabilidade financeira dos entes federados, a Carta Magna ampliou a competência tributária dos estados e municípios e determinou maiores transferências da União para os demais entes. Essa nova configuração do sistema tributário correspondeu, não por mera coincidência, à consolidação do ideal democrático no País. Na visão dos constituintes de 1988, o município é uma das arenas mais privilegiadas para a democracia.

Não obstante, diversas iniciativas do Governo Federal vêm resultando na reconcentração da receita tributária na esfera federal. Esquivando-se de cumprir o espírito da Constituição, embora formalmente cumprindo sua letra, sucessivas administrações têm abusado da criação e majoração de contribuições, em prejuízo dos impostos. Esse interesse pelas contribuições não provém do ideal de fortalecer o sistema da seguridade social – que, é forçoso reconhecer, ainda carece de aprimoramento –, mas da estratégia de evitar o recurso aos impostos para aumentar as disponibilidades de caixa da União.

A desvinculação de receitas da União (DRU), mecanismo emergencial criado para garantir a saúde financeira do Governo Federal, de temporária converteu-se em permanente, graças às renovações sucessivas. Com isso, o Governo Federal conseguiu desvincular as contribuições sociais e destiná-las ao superávit primário. Não fosse por esse expediente, a administração

tributária teria de buscar esses recursos nos impostos – principalmente no Imposto sobre a Renda (IR) e no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ambos compartilhados com estados e municípios.

A opção de desvincular as receitas da seguridade social e de descuidar dos impostos resultou em severos prejuízos para os entes federados e, por conseguinte, para a própria Federação. A presente proposta de emenda à Constituição tem o objetivo de corrigir, ao menos em parte, esse desvirtuamento do sistema tributário, restituindo aos municípios o acesso a uma parcela justa das receitas tributárias da União.

Não se propõe nada exagerado ou inviável; a sugestão é de que 500 das receitas das Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL)

sejam repartidas entre os municípios. Uma simulação simples dá uma idéia dos valores envolvidos. Em 2004, arrecadaram-se R\$96,2 bilhões a título de Cofins e CSLL, dos quais 20%, ou seja, R\$19,24 foram desvinculados pela DRU, restando R\$76,96 bilhões. Se a regra aqui proposta estivesse em vigor, R\$3,85 bilhões teriam sido repassados aos municípios, enquanto os restantes 92,35 bilhões teriam permanecido na órbita federal. É fácil de perceber que essa repartição não afetaria significativamente as contas federais. Tampouco seria o fim das dificuldades financeiras dos municípios, mas representaria, ao menos, o início da solução.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Eduardo Siqueira Campos.**

Continuação das assinaturas:

Nome

Assinatura

ALVARO DIAS

ALVARO DIAS

GABRIEL DIAS

HELOISA

RODOLFO TOURINHO

HYACINTO

MIRIAM LUIZ

LUIZ OMAR

ALDO RAUPP

ALDO RAUPP

ALVARO DIAS

ALVARO DIAS

ALVARO DIAS

HELOISA

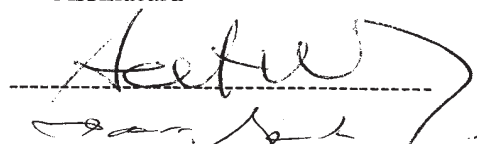
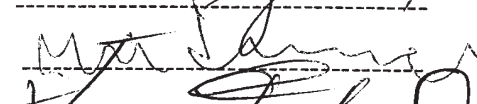
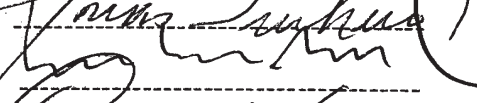
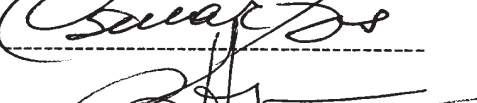
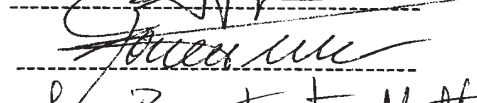
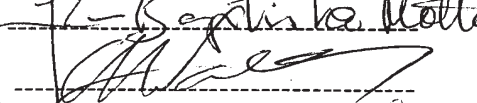

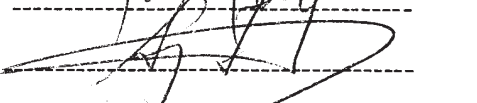
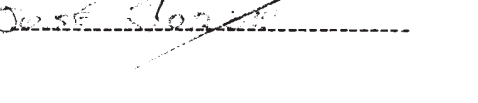
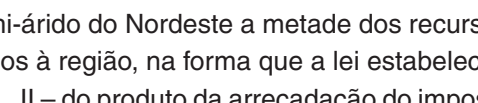
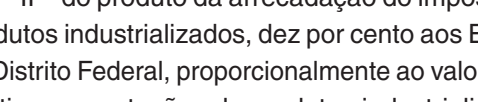
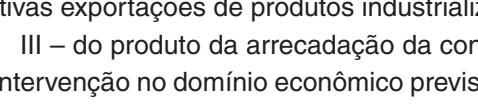
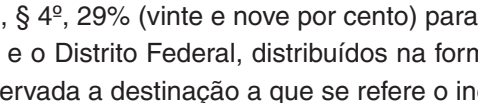
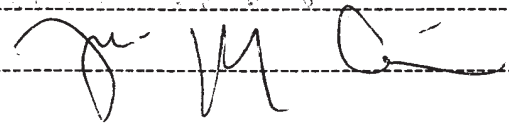
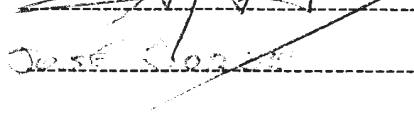
RODOLFO TOURINHO

HYACINTO

MIRIAM LUIZ

LUIZ OMAR

ALDO RAUPP

Nome	Assinatura
Roberto Saturnino	
EDUARDO ALEGREDO	
NEY GUASSUNA	
Josias Ferreira	
Marco Maciel	
OSCAR VINS	
GERALDO MENDONÇA	
Rui Moreira	
Sérgio Mota	
Ailton Gonçalves	
Caetano	
Luiz Carlos	
Antônio Carlos	
	

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao

semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004).

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I – do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998):

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

b) a receita ou o faturamento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

c) o lucro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II – do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

III – sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV – do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

§ 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, **b**.

§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em

regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 11. É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, **a**, e II deste artigo, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, **b**; e IV do **caput**, serão não-cumulativas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

§ 13. Aplica-se o disposto no § 12 inclusive na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente na forma do inciso I, **a**, pela incidente sobre a receita ou o faturamento. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão publicadas e remetidas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143 , DE 2005

Acrescenta o art. 31-A ao Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para dispor que as sociedades seguradoras manterão cadastro unificado atualizado dos segurados e beneficiários dos seguros de vida que contratarem.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o art. 31-A ao Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com a seguinte redação:

“Art 31-A. As sociedades seguradoras manterão cadastro unificado atualizado dos segurados e beneficiários dos seguros de vida que contratarem.

Parágrafo único. A inclusão das informações no cadastro dependerá de prévia anuência do segurado, que poderá revogá-la a qualquer momento.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor cento e publicação após a data de sua publicação.

Justificação

O projeto propõe a criação do cadastro unificado de segurados e beneficiários do seguro de vida. Esse cadastro reunirá as informações que constam separadamente no banco de dados de cada empresa que opera nesse ramo. Muitas vezes, os parentes da pessoa falecida desconhecem se este contratou ou não um seguro de vida. Para obter essa informação, devem se dedicar à árdua tarefa de procurar nos arquivos da pessoa falecida ou então pesquisar nas principais empresas do mercado. Em alguns casos, o seguro não é pago simplesmente pela falta de informação sobre ele. A nosso ver, com a criação do cadastro, essas informações se tornarão mais acessíveis.

Além disso, incluímos, no projeto, dispositivo que prevê, como requisito à inserção dos dados do segurado, a sua anuência. Ainda que o cadastro seja considerado benéfico a este, os dados do segurado compõem as esferas da vida privada e da intimidade do titular, consideradas invioláveis pelo inciso X do art. 5º da Constituição. Assim, garante-se a ele a prerrogativa de consentir, ou não, com a inclusão de seus dados no cadastro unificado, a fim de se tutelar a inviolabilidade da sua vida privada e da sua intimidade.

Pela importância do tema, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Valmir Amaral**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 73
DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966

Art. 31. E assegurada ampla defesa em qualquer processo instaurado por infração ao presente Decreto-

Lei sendo nulas as decisões proferidas com inobservância deste preceito.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 5º

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

(Às Comissões de Constituição, Justiça e cidadania e Assunto Econômico, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 144, DE 2005

Altera o parágrafo único do art. 459, o caput do art. 580 e revoga o parágrafo único do art. 580, todos do Código de Processo Civil, extinguindo os processos autônomos de liquidação de sentença e de execução de título judicial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 459 e o **caput** do art. 580, ambos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), com a seguinte redação:

“Art. 459.

Parágrafo único. É vedado ao juiz proferir sentença ilíquida. A liquidação, se necessária, ocorrerá no processo de conhecimento (NR).

Art. 580. A intimação da sentença condenatória passada em julgado inicia, independentemente de qualquer formalidade, a execução. (NR)”

Art. 2º Revogue-se o parágrafo único do art. 580, da Lei nº 5.869, de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto foi originalmente apresentado pelo então Senador José Roberto Arruda, tendo sido arquivado, por força do art. 332, II do Regimento Interno desta Casa, em razão do término da última legislatura, sem que o seu autor permanecesse no exercício do mandato.

No entanto, por considerarmos a matéria extremamente meritória, havemos por bem reapresentá-la, oportunidade em que nos reportamos aos termos em que, na época, foi justificada:

É necessário ajustar-se o conceito de prestação jurisdicional para estabelecer que a sentença não encerra a lide e o Estado-juiz somente cumpre o seu dever quando entrega à parte vitoriosa o bem da vida objeto do litígio.

Não faz sentido a sucessão de três processos autônomos, visando respectivamente o conhecimento, a liquidação e a execução. Urge alterar-se o art. 459 do Código de Processo Civil para vedar, em qualquer hipótese, a emissão de sentença ilíquida. Indispensável, também, modificar a lei processual para fazer com que a intimação da coisa julgada inicie automaticamente a execução da sentença.

A função jurisdicional tem como escopo compor litígios, com a supremacia da pretensão do litigante vitorioso, substituindo-se á vontade do derrotado.

Ao exercer o direito de ação, o autor torna-se credor do Estado. Este passa a dever-lhe a solução do conflito. Por isso, afirma-se que a sentença corresponde à entrega da prestação jurisdicional. Hoje se entende que tal entrega pode ocorrer de várias formas:

- a) declaração de que o demandante não pode reclamar o direito (por efeito de prescrição, decadência etc.);
- b) declaração de que a pretensão do autor é procedente (ou improcedente); e
- c) condenação do réu.

Nosso Código de Processo Civil afirma que, com a sentença, o Estado cumpre sua função, entregando a prestação jurisdicional. Se o derrotado não obedece à condenação, deve o vitorioso promover a liquidação, se a sentença for ilíquida – o que ocorre constantemente – e, após, propor a execução.

Temos, então, três processos autônomos e sucessivos. Todos eles com potencial de acesso ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal.

Para os doutrinadores a autonomia dos processos homenageia a ciência processual.

Peço vênica para discordar. Para tanto, figuro uma hipótese: após a frustração de todas as tentativas possíveis e amigáveis para recebimento de uma dívida, o interessado aciona o devedor em juízo cível para recebimento do **quantum** que lhe é devido. Ao final do processo e exarada a sentença condenatória contra o devedor, as normas atuais pertinentes, de **per si**, obrigam-no ao pagamento, mas não o coagem a fazê-lo. Se o condenado não quiser pagar a dívida, poderá optar por não fazê-lo. Nesse caso, para que se tenha

aquela pretensão plenamente satisfeita, ter-se-á que ingressar com nova ação executória, também no juízo cível, pagando novas custas processuais, para, ao final de outro processo, alcançar a plena satisfação do justo intento, qual seja: não a simples condenação do devedor, mas o recebimento da dívida.

Daí, conclui-se que a bipartição ou tripartição dos processos carece de qualquer sentido prático. Dela resultam quatro conseqüências sociais nefastas: a sobrecarga do Poder Judiciário, que é forçado a tríplice esforço; a frustração do litigante vitorioso; o locupletamento do causador do dano e o desprestígio do Estado, pela resistência ao seu poder de julgar.

Sem a solução para essa anomalia, o Judiciário necessitará de juízes em triplo, para evitar a jactância do derrotado.

Faz-se imprescindível ajustar o conceito de prestação jurisdicional. Para tanto, bastam duas singelas providências:

- a) reforma do art. 459, parágrafo único, do Código de Processo Civil, vedando, em qualquer caso, a emissão de sentença ilíquida;
- b) alteração do art. 580 da lei processual para que a intimação do trânsito em julgado se transforme em primeiro ato de execução.

Em tempos de aperto financeiro, é correto fazer com que os juízes sejam compelidos a decidir por duas ou três vezes, um mesmo conflito de interesses? Não podemos esquecer que, diminuído o número de processos, reduz-se a necessidade de juízes, e cartórios e serventuários. Vale dizer: os juízos hoje em funcionamento renderiam muito mais. Reduzir-se-ia sensivelmente a necessidade de criarem-se novos cartórios e ampliarem-se os tribunais existentes.

Para que serve uma sentença condenatória ilíquida?

Acredito que daríamos um grande passo para aumentar o rendimento de nosso aparelho judiciário se modificássemos o parágrafo único do art. 459 e o art. 580 do Código de Processo Civil.

Contamos com a aprovação de nossos pares para esta proposição preconizada pelo Ministro Humberto Gomes de Barros, do Superior Tribunal de Justiça, na última Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, conforme destacado no Caderno “Direito e Justiça”, do **Correio Braziliense**, em fevereiro deste ano [2000].

Em face dessas razões, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do presente Projeto.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.**Vide texto compilado**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

LIVRO I**Do Processo de Conhecimento****TÍTULO I****Da Jurisdição e da Ação****CAPÍTULO I****Da Jurisdição**

Art. 459. O juiz proferirá a sentença, acolhendo ou rejeitando, no todo ou em parte, o pedido formulado pelo autor. Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o juiz decidirá em forma concisa.

Parágrafo único. Quando o autor tiver formulado o pedido certo, é vedado ao juiz proferir sentença ilíquida

CAPÍTULO III**Dos Requisitos Necessários para Realizar qualquer Execução****SEÇÃO I****Do Inadimplemento do Devedor**

Ar. 580. Verificado o inadimplemento do devedor, cabe ao credor promover a execução.

Parágrafo único. Considera-se inadimplente o devedor, que não satisfaz espontaneamente o direito reconhecido pela sentença, ou a obrigação, a que a lei atribuir a eficácia de título executivo.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania-decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2005

Determina que a União efetue abatimento de 20% do pagamento mensal do serviço da dívida pública dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal em favor da Educação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A União deverá abater 20% do pagamento mensal do serviço da dívida pública dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal desde que os recursos decorrentes do abatimento sejam integralmente utilizados para complementar os gastos com educação.

§ 1º Para que os recursos mencionados no caput deste artigo sejam adicionados ao orçamento dos entes federados, estes deverão comprovar que o montante de recursos anteriormente gasto em educação não será reduzido nem direcionado para outra finalidade.

§ 2º Os valores correspondentes ao percentual de que trata este artigo serão aplicados, exclusivamente, para o aumento do salário médio, capacitação e formação do professor; aquisição de material didático, equipamentos e instalações; reforma, manutenção e construção de escolas; alimentação escolar e transporte escolar.

Art. 2º Serão feitos aditamentos nos contratos que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal assinaram com a União, definindo as condições de pagamento das suas dívidas.

Art. 3º Poderá a União, a qualquer tempo, realizar auditorias nos Estados, nos Municípios e no Distrito Federal para verificar a aplicação efetiva de recursos em educação.

§ 1º O ente federado que descumprir o estabelecido nesta lei deverá restituir à União, em dobro, o valor não aplicado.

Art. 4º Os entes federados deverão encaminhar ao Executivo e ao Congresso Nacional, até o dia 28 de fevereiro de cada ano, prestação de contas relativo ao exercício anterior.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Trocar dívida financeira por dívida social é a essência desta proposta. Ela vai ao encontro da proposta similar defendida pelo ministro da Educação de troca de parte do serviço da dívida externa por educação. Este Projeto de Lei, caso aprovado, servirá para dar o exemplo de política financeira a serviço da educação. O cancelamento de dívidas públicas com a contrapartida de ações de resgate da dívida social nos países mais pobres está se tomando comum entre os países avançados. A Alemanha propôs esse caminho em janeiro de 1999, na chamada Iniciativa de Colônia. A União Européia e o Japão estão formulando políticas similares.

O governo norte-americano recentemente concordou em perdoar a dívida externa dos 36 países mais pobres do mundo. Na Cimeira do Rio, realizada

em 2002, o bloco G-7 explicitou a intenção de perdoar parte da dívida dos países mais pobres, desde que os recursos perdoados sejam revertidos em favor de investimentos sociais. Em agosto de 2003, no México, a tripartite Educação das Américas e Países Ibéricos, aprovaram – por unanimidade – a idéia de troca de dívida externa por educação. A Unesco tem sido uma defensora dessa proposta.

O governo espanhol recentemente perdoou parte do serviço da dívida externa com a Argentina, com a condição que a pane cancelada seja investida em educação.

Enquanto se difunde no mundo o conceito de perdão da dívida externa tendo investimentos sociais como contrapartida, o Brasil pode ser o exemplo e deve pôr em prática uma política similar em relação aos estados.

Por um lado, todos os estados brasileiros, ricos ou pobres, apesar de sucessivas negociações com a União, convivem com grandes dificuldades cumprir o pagamento das suas dívidas financeiras e, simultaneamente, realizar os investimentos e o custeio necessário do sistema público de educação. Com isto, paga-se uma dívida dos Estados, Municípios ou do Distrito Federal com a União criando uma dívida educacional com as crianças e o futuro do País. Não é possível acomodar-se diante do flagelo representado por cerca de 1,5 milhão de crianças fora da escola, 2,7 milhões de meninos e meninas na faixa etária de 5 a 14 – segundo a PNAD/2003, no trabalho infantil, uma escola com elevado índice de evasão e pouca assistência e uma escola pública sem qualidade para aqueles poucos que conseguem freqüentar a escola até o final do ensino médio.

Tudo isto enquanto a educação básica fica sob a responsabilidade apenas dos Estados e Municípios. Estes entes federados, além de pobres, gastam muito mais com a dívida com a União – R\$58 bilhões, do que com a educação – R\$32 bilhões. Do total de investimentos em educação 44% é feito pelos Estados, 39% pelos Municípios e apenas 17% pela União. A conversão da dívida vem ao encontro da isonomia na aplicação de recursos entre União, Estados, Municípios e o Distrito Federal.

Nossa proposta, portanto, é que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal tenham reduzido o valor total, bem como os encargos das suas dívidas com a União, desde que invistam integralmente os recursos economizados em educação, para garantir o acesso e a permanência das crianças e adolescentes na escola e na elevação de qualidade de suas escolas incluindo a elevação dos salários dos trabalhadores na educação, especialmente, os professores.

E o que se coloca à deliberação dos ilustres Membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Cristovam Buarque**.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2005

Altera o art. 6º da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, para dispor sobre as reuniões dos órgãos colegiados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, passa a vigor acrescido do seguinte § 2º, transformando-se seu parágrafo único em § 1º:

“Art. 6º

§ 2º Serão abertas ao público as reuniões dos conselhos a que se refere este artigo. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nos termos da Lei nº 8.405, de 1992, a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) tem por finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a área de pós-graduação, coordenar e avaliar os cursos desse nível no País e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores público e privado.

Com efeito, a Capes tem exercido papel de notória relevância na expansão e consolidação da pós-graduação **stricto sensu** (mestrado e doutorado) no País, mediante quatro grandes linhas de ação: a sistemática de avaliação dos cursos e programas; o acesso à produção científica; a concessão de bolsas e de outras formas de financiamento de estudos e pesquisas; e a promoção da cooperação científica internacional.

De acordo com o art. 6º da Lei nº 8.405, de 1992, são órgãos de direção da Capes sua Diretoria e dois Conselhos: o Superior e o Técnico-Científico.

Nos termos do Decreto nº 4.631, de 2003, que aprovou o estatuto vigente da Capes, seu Conselho Superior possui as competências de: estabelecer prioridades e linhas gerais orientadoras das atividades da

Capes, a partir de proposta apresentada pelo Presidente da Fundação; apreciar a proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação, para em seguida encaminhá-la ao Ministro da Educação; apreciar critérios, prioridades e procedimentos para a concessão de bolsas de estudos e auxílios; aprovar o relatório anual das atividades da Capes e a respectiva execução orçamentária; definir o processo de indicação dos Coordenadores das Comissões de Consultores Científicos; e apreciar propostas referentes a alterações do estatuto e do Regimento Interno da Capes.

Já ao Conselho Técnico-Científico compete: assistir à Diretoria na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes; colaborar na elaboração da proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação; opinar sobre a programação anual da Capes; opinar sobre os critérios e procedimentos para a distribuição de bolsas e auxílio institucionais e individuais; opinar sobre acordos de cooperação entre a Capes e instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais; propor critérios e procedimentos para o acompanhamento e a avaliação de pós-graduação e dos programas executados pela Capes; propor estudos e programas para o aprimoramento das atividades da Capes; opinar sobre assuntos que lhe sejam submetidos pelo Presidente da Capes; eleger seu representante no Conselho Superior.

Vê-se bem que os dois conselhos tomam decisões que afetam diretamente interesses e direitos de estudantes, docentes, cientistas e instituições de ensino e pesquisa. Desse modo, torna-se natural que suas reuniões sejam abertas ao público, a fim de que ganhem transparência as discussões e decisões de ambos os colegiados.

Estamos certos de que a abertura ao público das reuniões dos conselhos da Capes representará um passo de grande importância para a pós-graduação brasileira. Assim, contamos com o apoio dos senhores congressistas para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. — Senador **Hélio Costa**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.405, DE 9 DE JANEIRO DE 1992

Autoriza o Poder Executivo a instituir como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 6º São órgãos de direção da fundação Capes:

I — o Conselho Superior;

II — a Diretoria, composta pelo presidente e pelos diretores;

(À Comissão de Educação — decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 2005

Autoriza a União a doar ao Estado do Amapá as terras devolutas sob seu domínio localizadas no território desse Estado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a doar ao Estado do Amapá observado o art. 20, II, da Constituição Federal, as terras devolutas sob seu domínio localizadas no território desse Estado.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O Estado do Amapá foi criado pelo Decreto-Lei nº 5.812, de 1943, como parte desmembrada do Estado do Pará. Esse mesmo diploma normativo estabeleceu que passariam para o domínio da União os bens que, pertencendo ao Estado e aos municípios, se achassem situados no novo Território.

Ao transformar o Território do Amapá em Estado, o art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em seu § 2º, determinou que se aplicassem a dita transformação as mesmas normas e critérios observados na criação do Estado de Rondônia.

A criação do Estado de Rondônia foi regulada pela Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, a qual previu, em seu art. 15, I, a transferência a esse Estado dos bens imóveis até então pertencentes ao Território de Rondônia.

Assim, quando da criação do Estado do Amapá, dever-lhe-iam ser transferidos os bens imóveis do antigo Território. Ocorre que a maior parte das terras amapaenses permanecia e permanece sob o domínio da União. São, em grande medida, terras às quais não tem sido dado o devido aproveitamento, o que opera em desfavor da economia e da população local. Menos de 12% das terras amapaenses são de domínio do Estado, fazendo-se mister alterar, o quanto antes, esse quadro.

O intuito desse projeto é, pois, tendo em vista o entendimento consagrado e mesmo positivado (art. 17, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993) acerca da necessidade de autorização legislativa para alienação de imóveis pertencentes a entes públicos, fornecer a necessária base legislativa para que o Poder Executivo possa doar ao Estado do Amapá parte das terras que remanescem em seu domínio no território desse Estado.

É importante notar que o projeto não tem o objetivo de alterar a situação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, e nem o faz, haja vista que, além de, não se tratar de terras devolutas, o domínio sobre ela é determinado pela própria Constituição Federal, em seu art. 20, XI. Ademais, a delimitação dessas terras sequer deve ser feita por lei, mas por decreto do Presidente da República.

Também as terras indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental estão excluídas da autorização, como expressamente previsto na proposição. No caso das áreas federais de proteção ambiental, a desafetação para posterior doação estaria a depender de lei específica, a teor do art. 22, § 7º, da Lei nº 9.985, de 2000, o que não é o caso. Desse modo, tem-se em mira, fundamentalmente, possibilitar a doação de terras da União devolutas e sem qualquer aproveitamento ou destinação.

Essas as razões que nos levam a apresentar o presente projeto e a solicitar o apoio de nossos pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **José Sarney**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO II Da União

Art. 20. São bens da União:

II – as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e a preservação ambiental, definidas em lei;

DECRETO-LEI Nº 5.812
DE 13 DE SETEMBRO DE 1943

**Cria os Territórios Federais do Amapá,
do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã
e do Iguaçu.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 41,
DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981

Cria o Estado de Rondônia, e dá outras providências.

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

**Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da
Constituição Federal, institui normas para
licitações e contratos da Administração
Pública e dá outras providências.**

LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000

**Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos
I, II, III, e VII da Constituição Federal, ins-
titui o Sistema Nacional de Unidades de
Conservação da Natureza e dá outras pro-
vidências.**

*(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania – decisão terminativa.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB
– AL) – Os projetos que acabam de ser lidos serão pu-
blicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 442, DE 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal Senador Renan Calheiros Com fundamento no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Voto de Louvor em homenagem ao ex-jogador de futebol Nilton Santos, pela passagem dos seus oitenta anos de vida.

Justificação

O esporte brasileiro terá no próximo dia 16 de maio, motivo relevante para comemorar. Nessa data, a enciclopédia do futebol, Nilton Santos, completará 80 anos de vida, grande parte dela integralmente dedicada ao esporte mais popular do País.

Iniciático na profissão em 1948, jogando pelo clube do seu coração, o Botafogo de Futebol e Regatas, Nilton Santos antecipou-se às invenções táticas e mostrou aos amantes do futebol como era possível um lateral virar atacante, encantando a imprensa especializada.

Considerado o melhor lateral-esquerdo da história do futebol mundial, jogador de estilo clássico, hábil e elegante, ele soube como poucos, honrar a camisa do clube que defendeu. Jogou apenas no Botafogo durante 18 anos e na seleção brasileira, sempre com uma dedicação incomum, que o levou, juntamente com Garrincha, Didi, Gerson, Amarildo e Zagallo a conquistar títulos importantes, escrevendo uma das mais belas páginas da história do glorioso time da

estrela solitária, que foi considerado pela Fifa um dos melhores do século XX.

Na seleção brasileira, como titular, a sua refinada categoria maravilhou os torcedores em três Copas do Mundo, tendo contribuído eficazmente para a conquista do bi-campeonato mundial (1958–1962), que até hoje é motivo de alegria e vive na memória dos brasileiros.

Homem de poucas palavras, que sempre se notabilizou pela humildade e respeito aos colegas de profissão, Nilton Santos encerrou sua vitoriosa carreira em 1964, porém, continuou tendo relevante papel no futebol brasileiro, defendendo intransigentemente a moralidade e o apoio governamental ao esporte. Coordenou, até pouco tempo, escolas de futebol em Brasília, passando seus conhecimentos aos jovens e, atualmente, assina uma coluna de esporte no respeitado jornal **Correio Braziliense** onde sua opinião abalizada e veraz é lida por milhares de brasileiros.

Em face ao exposto, tenho a honra de submeter à alta consideração dos demais Senhores Senadores, o presente Requerimento de Voto de Louvor ao Senhor Nilton Santos, ex-atleta avultante na lembrança do povo, para ser enviado ao homenageado, aos seus familiares e à Diretoria do Botafogo de Futebol e Regatas.

Sala das sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

REQUERIMENTO Nº 443, DE 2005

Requeiro Voto de Aplauso ao Dr. Eurípedes Ferreira Lins, educador e homem público amazonense, que hoje é agraciado com a Medalha do Mérito Legislativo da Assembléia Legislativa do Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Dr. Eurípedes Ferreira Lins, que hoje, dia 3 de maio de 2005, será agraciado com a Medalha do Mérito Legislativo, conferida pela Assembléia Legislativa do Amazonas.

Requeiro, ademais que deste Voto seja cientificado o homenageado e a Assembléia Legislativa do Amazonas.

Justificação

A homenagem aqui formulada justifica-se pela trajetória de vida do Dr. Eurípedes Ferreira Lins, ilustre professor amazonense e homem público de reconhecido mérito, hoje diretor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e Presidente do Sistema Federação da Agricultura e Pecuária do Amazonas e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (FAEA/Senar). Durante anos, o Dr. Eurípedes lecionou a gerações de amazonenses, como professor dos Colégios Ajuricaba,

Dom Bosco, Escola Ruy Barbosa e Colégio Senador Lopes Gonçalves. Neste último foi diretor, cargo em que se aposentou.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 444, DE 2005

Requeiro voto de aplauso ao jornal Valor Econômico, pelo transcurso de seu 5º aniversário de criação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos anais do Senado Voto de Aplauso ao jornal **Valor Econômico**, que completa cinco anos de existência, com circulação consolidada pelo seu excelente conteúdo noticioso moderno e pelo visual atrativo e de fácil leitura.

Requeiro, ademais que deste Voto seja cientificado o editor-geral do jornal e, por seu intermédio, os demais editores, noticiaristas, gráficos e funcionários administrativos.

Justificação

Criado para ser um jornal chamado de segunda leitura, pela especialização em assuntos econômicos, o jornal **Valor Econômico** completa cinco anos de existência, vitorioso e representando, ademais, um dos veículos de informação geral de maior credibilidade em São Paulo, onde é editado, e em todo o País.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento lido vai a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 445, DE 2005

Requer informações ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da Re-

pública acerca das audiências concedidas no Palácio do Planalto pelo Presidente da República.

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, acerca dos despachos, no Palácio do Planalto, do Presidente da República com seus Ministros de Estado, com datas, horários e, existindo registros, sua duração, bem como de toda a agenda, incluindo audiências, desde o primeiro dia de sua investidura.

Justificação

Essas informações são solicitadas para que o Congresso Nacional seja inteirado e possa acompanhar o volume de trabalho do Presidente da República, diante de queixas de Ministros, freqüentemente publicadas pela imprensa, segundo as quais o acesso ao Chefe do Governo nem sempre é possível, limitado por vezes a despachos com o Chefe do Gabinete Civil, onde muitos projetos estariam sofrendo protelação.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 446, DE 2005

Requerem Voto de Aplauso ao ex-Senador, ex-Deputado Federal e ex-Constituinte João Menezes, autor da Lei nº 6.791, de 1980, que criou o Dia Nacional da Mulher.

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao criador da Lei nº 6.791, de 1980, que criou o Dia Nacional da Mulher, merecida homenagem de um notável parlamentar à Mulher do Brasil.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e ao Governador do Estado do Pará.

Justificação

A homenagem aqui formulada justifica-se pelo pioneirismo do ilustre parlamentar paraense João Menezes, na defesa da Mulher Brasileira, ao longo de sua

trajetória no Parlamento, como digno representante do Estado do Pará. Seu esforço e pertinácia, registrados nos anais do Senado, cristalizam valiosa contribuição para que gerações de brasileiros possam entender melhor a necessária e hoje consolidada igualdade não apenas perante a lei, mas igualdade de vida, como pregava um dos homens que mais se dedicaram a essa causa.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB; Senadora **Serys Slhessarenko**; Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 447, 2005

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam fornecidas pelo Ministro de Educação as informações solicitadas abaixo a respeito do erro contábil que acarretou o desvio de R\$3,3 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para os Serviços Sociais Autônomos (Sistema “S”), conforme noticiado pelo jornal **O Globo**, de 29 de março de 2005:

- a) Qual o órgão do governo que identificou o erro contábil?
- b) Esse erro foi apurado através de verificação rotineira ou motivada por alguma denúncia?
- c) O MEC vai auditar as contas desses recursos, no período em que, segundo menciona a reportagem, ocorreram os desvios?
- d) Esses recursos serão estornados ao FNDE e corrigidos pra atender as suas finalidades nos estados e municípios?

Justificação

Matéria publicada no jornal **O Globo**, de 29 de março de 2005, intitulada “MEC espera reaver verba repassada por engano ao Sistema ‘S’ e a outros órgãos” noticiou que erro contábil provocou desvio de R\$3,3 bilhões do salário-educação para os Serviços Sociais Autônomos.

No momento em que os recursos públicos tornam-se cada vez mais escassos e as administrações públicas fazem um esforço descomunal para atender às demandas por serviços públicos, notadamente os

sociais, a exemplo da educação e saúde, a notícia publicada pelo jornal **O Globo** causa-nos assombro e apreensão.

O desvio de aproximadamente R\$3,3 bilhões de reais do salário-educação pra o Sistema “S”, que inclui o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional do Comércio (SESC) o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é um erro lamentável e que provocou graves problemas financeiros aos estados e municípios brasileiros.

Segundo a reportagem, só o Estado do Rio Grande do Sul precisou injetar no ano de 2004 mais de R\$200 milhões no Fundo de Incentivo ao Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), recursos que poderiam ter sido aplicados em outras demandas sociais do Estado se não fossem esse descuido de graves proporções.

Fatos como esses devem merecer uma rigorosa apuração por parte do governo federal na identificação dos responsáveis, como também servir para avaliar a eficiência do sistema contábil em funcionamento no gerenciamento dos recursos públicos.

Erros dessa natureza acarretam danos irreparáveis à administração pública e à sociedade, razão pela qual as autoridades devem despender todos os esforços no sentido de evitá-los.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2003.

Sala das Sessões, em de de 2005.

Senador Hélio Costa

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) — Havendo quórum regimental, iniciamos a 10ª reunião extraordi-

nária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se hoje, dia 12 de abril, terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) — Temos alguns requerimentos, sendo um deles na pauta, que é o item nº 7, de minha autoria.

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam fornecidas pelo Ministro da Educação as informações solicitadas abaixo a respeito do erro contábil que acarretou o desvio de R\$3,3 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para os serviços sociais autônomos, Sistema S, conforme noticiado pelo jornal **O Globo**, do dia 29 de março de 2005.

As perguntas que faço são as seguintes:

Qual o órgão do Governo que identificou o erro contábil?

Esse erro foi apurado por verificação rotineira ou motivado por alguma denúncia?

O MEC vai auditar as contas desses recursos, no período em que, segundo menciona a reportagem, ocorreram os desvios de 2000 a 2004?

Esses recursos serão estornados ao FNDE e corrigidos para atender às suas finalidades nos estados e municípios, principalmente com relação à correção?

Quero deixar bem claro que faço esse requerimento porque na medida em que essa notícia foi divulgada pela imprensa parecia uma coisa quase que absurda; quer dizer, um desvio de R\$3 bilhões não é um desvio, é um erro contábil. Em segundo lugar, ficou parecendo que o Sistema S teria tido algum interesse em que isso tivesse acontecido, o que não é verdade. Foi uma situação que ocorreu do ponto de vista apenas administrativo; verificado o erro, evidentemente será sanado, terá que ser corrigida a importância devida aos cofres públicos.

Não é uma audiência pública, não é um requerimento agressivo, mas é importante que isso seja colocado de forma muito clara pelo Ministério da Educação para que tenhamos em nossos arquivos.

É o requerimento que apresento.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB — RS) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) — Perfeitamente.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB — RS) — Sr. Presidente, esta comissão aprovou um requerimento de autoria do Senador Mão Santa propondo a realização de uma audiência pública para instruir o Projeto nº 282 do Senador Delcídio Amaral, que institui o Dia Nacional de Combate ao Psoríase previsto para o dia 29 de outubro. Gostaríamos de solicitar agi-

lização na marcação da data para que pudéssemos contemplar, antes do dia 29 de outubro, a aprovação do projeto, a fim de que sobre este tema, que mereceu algumas manifestações muito interessantes do plenário da comissão – lembro inclusive do depoimento do Senador Romeu Tuma colocando sua experiência pessoal sobre o problema – possamos colocar mais luz e quem sabe este ano promover um amplo e democrático debate sobre a questão da psoríase no Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) — Senador Sérgio Zambiasi, estamos sendo informados pela secretaria da Comissão que a proposta está em andamento e certamente será transformada em audiência pública tão logo tenhamos confirmadas as pessoas pela agenda estabelecida pela comissão.

Em segundo lugar, temos que terminar a votação do requerimento que estamos apresentando. Achei que V. Ex^a tinha uma questão de ordem sobre o requerimento e acabou sendo interrompido o processo de votação. Vamos à votação do requerimento.

Para discutir, antes da votação, portanto, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT — SC) — Sr. Presidente, quero parabenizar V. Ex^a pela iniciativa de apresentar o requerimento pedindo as informações sobre esse assunto que é extremamente relevante, porque este pequeno erro de cálculo provocou um prejuízo significativo para os entes federados que têm a responsabilidade do Ensino Fundamental; são os estados e os municípios. Com a diminuição do repasse do valor da cota-parte do salário educação, tiveram diminuição nas suas verbas em áreas importantes em que a União entra exclusivamente na complementaridade. O Fundef só repassa recursos para estados e municípios que não atingem o valor mínimo por aluno, e são pouquíssimos os estados brasileiros que recebem complementaridade no Fundef da União. Portanto, é uma parcela significativa dos recursos imprescindíveis para estados e municípios implementarem o pleno desenvolvimento do Ensino Fundamental e, no caso dos municípios, como o Fundef não atende à Educação Infantil, é aquilo que normalmente socorre o Município para que possa cobrir a totalidade dos gastos no Ensino Fundamental e permitir que, com arrecadação própria, o Município desenvolva as suas atividades na Educação Infantil.

Ontem, só para exemplificar, participei da abertura de um encontro importante que está acontecendo em Santa Catarina, reunindo todos os 293 prefeitos, organizado pela Federação Catarinense das Associações de Municípios para tratar da gestão pública. E este assunto foi pautado como algo importante: as Associações de Municípios, as Federações e a própria Confederação

Nacional de Municípios devem pleitear e buscar monitorar a devolução de recursos que acabaram ficando como sistema AS, de forma indevida, por um erro de cálculo; que esse valor seja redirecionado.

Então, quero parabenizar. Sr. Presidente, se até a chegada das informações, não tivermos o equacionamento da devolução dos recursos, este assunto mereceria ser pautado para uma audiência pública. Em um primeiro momento, a chegada das informações já provoca um aquecimento do assunto, que é relevante. Caso as informações prestadas não sejam as adequadas, principalmente no sentido da devolução do dinheiro, creio que, na sequência, poderemos realizar a audiência pública. E posso lhe dizer que a Federação Catarinense das Associações dos Municípios, presidida pelo Prefeito de Concórdia, Neodi Saretta, com certeza terá todo o interesse e o empenho de estar aqui cerrando fileiras para que o recurso seja devolvido.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) — Na verdade, Senadora, é importante ressaltar que esse requerimento foi apresentado exatamente em razão das inúmeras observações que recebi de prefeitos e sobretudo de autoridades estaduais no que diz respeito ao que ele pode ter provocado no repasse para as cidades.

Já temos todas as dificuldades enfrentadas pelos nossos prefeitos e todas as dificuldades enfrentadas pelo Estado. Evidentemente, um erro de R\$3,3 bilhões é um senhor erro. Trata-se de Us\$1,1 bilhão ou R\$3 bilhões. Agora, os recursos têm de ser corrigidos e estornados ao FNDE. Agora, o Ministro Tarso Genro deixou bem claro que a distorção já foi corrigida, cumprindo agora somente a realização do cálculo para avaliar a real quantia perdida pelo próprio País, pelos estados e pelos municípios. E o cálculo já está sendo feito pelo próprio FNDE, Fundo Nacional pelo Desenvolvimento da Educação.

Ainda segundo o Ministro Tarso Genro, não deverá haver problema, pois a dívida já é reconhecida. Sendo reconhecida, cabe apenas negociar com os dirigentes do sistema AS a forma como será paga.

Considero da maior importância que este requerimento seja atendido com a maior presteza pelo nosso Ministro, até porque, conforme disse V. Ex^a, dependendo da resposta que chegar aqui, vamos, sim, propor uma audiência pública sobre o assunto.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o requerimento, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecerem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 448, DE 2005

Requeiro, nos termos do item 12, alínea **c**, inciso II, do art. 255 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, que “Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências”, seja submetido ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, além das Comissões constantes do despacho inicial.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Tasso Jereissati**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea **c**, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 449, DE 2005

Requeiro, com fundamento no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 122, 125 e 141, todos de 2004, em razão de regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **João Batista Motta**.

REQUERIMENTO Nº 450, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 237 e 504, de 2003, e 80, de 2004, com os Projetos de Lei da Câmara nºs 52 e 99, de 2003, e 64, de 2004, por versarem sobre a mesma matéria (detecção de condições patológicas em recém-nascidos e crianças).

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Papaléo Paes**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e, posteriormente, incluídos em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, **c**, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 451, DE 2005

Requer Voto de Lembrança pelo transcurso, no dia 30 de abril de 2005, do 91º aniversário de (Carlos Lacerda, jornalista, político e ex-Governador de Estado.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Lembrança ao saudoso jornalista, político e ex-Governador Carlos Lacerda, que, se vivo fosse, completaria amanhã, dia 30 de abril de 2005, 91 anos.

Requeremos, ainda, que deste Voto de Aplauso sejam cientificados os familiares do homenageado.

Justificação

A homenagem que ora requeremos é justa, pelo que significou para a vida pública e política brasileira o brilhante jornalista e político Carlos Lacerda brilhante tribuno e orador invejável, que, com o poder da palavra e com sua expressiva bagagem cultural, transmitia lições de cidadania e brasilidade.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

REQUERIMENTO Nº 452, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso para o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, pela adoção da Medida Provisória nº 248, que Dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005. Ainda que o aumento do salário mínimo para R\$300 reais, a partir do dia 1º de maio, não seja o ideal, representa um aumento significativo para recuperar o poder de compra, principalmente para os 22 milhões que vivem com até um salário mínimo. E o mais importante: reafirma o compromisso do governo com os mais pobres.

Justificação

Além de corrigir o salário mínimo em 15,4%, com aumento real de 8,8CV, considerado o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), do IBGE, o governo criou uma comissão para discutir um plano de recuperação do salário mínimo e estuda assegurar no projeto da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2006 a garantia de recomposição do valor do salário mínimo por meio da reposição da inflação de 2005 e por um aumento real de acordo com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) **per capita** no período.

A idéia é que o atrelamento do crescimento do salário mínimo ao crescimento do PIB é uma garantia de que o trabalhador terá aumento real à medida que o país cresça. Por tudo isso, senhores senadores, se justifica o presente requerimento.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Sibá Machado**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos lidos vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 453, DE 2005

Requeiro, nos termos do número 12, alínea **c**, inciso II do art. 255 do Regimento Interno, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 124/2004 sula ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Delcídio Amaral**, Líder do Bloco de Apoio do Governo.

REQUERIMENTO Nº 454, DE 2005

Requeiro, nos termos do item 12, alínea **c**, inciso II, do art. 255 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 511, de 2003 que “altera o inciso IV do artigo 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, incluindo, na região do semi-árido, todos os municípios do Estado de Minas Gerais inseridos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE)”, seja submetido ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Tasso Jereissati**.

REQUERIMENTO Nº 455, DE 2005

Requeiro, nos termos do item 12, alínea **c**, inciso II, do art. 255 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2003 que “altera o Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, que dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional da parcela da Tarifa de Embarque Internacional, de forma a incluir nova fonte de recursos no Fungetur”, seja submetido ao exame da Comissão de Desenvolvimento

Regional e Turismo, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Tasso Jereissati**.

REQUERIMENTO Nº 456, DE 2005

Requeiro, nos termos do item 12, alínea **c**, inciso II, do art. 255 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2003 que, “dá nova redação ao inciso I do artigo 5º da Lei nº 7827, de 27 de setembro de 1989, acrescenta-lhe um parágrafo único, e dá outras providências. (Acrescenta a área de abrangência da Amazônia Legal com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social, mediante a execução de programas de financiamento dos setores produtivos, aplicados por meio das instituições financeiras federais.)”, seja submetido ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Tasso Jereissati**.

REQUERIMENTO Nº 457, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, **c**, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2004.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Sérgio Guerra**.

REQUERIMENTO Nº 458, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, **c**, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa à Comissão Agrária, do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 1999.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Sérgio Guerra**.

REQUERIMENTO Nº 459, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, **c**, 12, do Regimento interno do Senado Federal, a remessa à Comissão Agrária, do Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2003.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Sérgio Guerra**.

REQUERIMENTO Nº 460, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, **c**, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa à

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senado nº 654, de 1999.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Sérgio Guerra**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 461, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento, no último dia 28 de abril, na cidade do Recife, do Dr. Fernando Alfredo de Mello Freyre, ex-Presidente da Fundação Gilberto Freyre e da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), dando dessa decisão ciência:

- 1 – à viúva, Sr^a Cristina Freyre;
- 2 – à Fundação Gilberto Freyre, presidida pela Sr^a Sônia Freyre Pimentel;
- 3 – à Fundação Joaquim Nabuco, presidida pelo ex-Deputado Fernando Lira.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Marco Maciel – Arthur Virgílio – José Jorge – He-ráclito Fortes**.

REQUERIMENTO Nº 462, DE 2005

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do cientista-pesquisador Sebastião José de Oliveira, da Fiocruz.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do cientista e pesquisador Sebastião José de Oliveira, primeiro pesquisador negro da Fundação Instituto Fiocruz, onde era curador das Coleções Entomológicas.

Requeiro também que este voto seja levado ao conhecimento dos familiares do Dr. Sebastião de Oliveira e à direção da Fiocruz.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se em razão de ser o homenageado um dos nomes de maior expressão da Fiocruz. Primeiro cientista negro daquela instituição, o ilustre cientista é autor de 95 trabalhos técnico-científicos e sua dedicação à pesquisa em Manguinhos sempre mereceu elogios.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 463, DE 2005

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do escritor paraguaio Augusto Roa Bastos, um dos maiores nomes da literatura latino-americana, ocorrido em abril de 2005, em Assunção.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento do escritor Augusto Roa Bastos, um dos mais consagrados nomes da literatura latino-americana.

Requeiro também que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento do Governo do Paraguai e dos familiares do escritor, por intermédio da Embaixada em Brasília.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se pelo que representa o nome de Augusto Roa Bastos para a literatura da América Latina. Ele, que foi o maior escritor do Paraguai, pode ser considerado como uma das mais rigorosas testemunhas da face sofrida de uma nação que teve uma das mais odiosas ditaduras do Continente. Por sua coragem e destemor, sofreu na própria carne, além do exílio, a perseguição pela sua participação em movimentos que lutaram contra a ditadura militar do vizinho país.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 464, DE 2005

Requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, minha participação na “III Reunião do Grupo Temático de Alto Nível para Redação do Projeto de Protocolo do Parlamento do Mercosul” que será realizado na cidade de Montevideu, Uruguai no período de 5 a 7 de maio do corrente, conforme anexos.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2005. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 40/2005

Brasília, 28 de abril de 2005

Senhor Presidente,

Na qualidade de Líder do Bloco Parlamentar da Minoria solicito a Vossa Excelência a substituição do Senador Leonel Pavan (PSDB), pelo Senador Eduardo Azeredo (PSDB), como membro suplente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Atenciosamente, – Senador **Sérgio Guerra**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF./LID./Nº 150/2005

Brasília, 3 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Fernando Coruja/SC, para ocupar a vaga de suplente, na Comissão Mista Especial, criada mediante Ato Conjunto nº 2 de 2004, destinada a efetuar estudos visando aperfeiçoamento do rito de tramitações de medidas provisórias.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – A Presidência designa o Sr. Deputado Fernando Coruja como suplente para compor a Comissão Mista Especial, criada através do Ato Conjunto nº 2, de 2004, destinada ao aperfeiçoamento do rito de tramitações de medidas provisórias, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não tendo chegado a esta Presidência informação de acordo de Liderança para que pudéssemos deliberar sobre o Item 1 da nossa pauta, são as seguintes as matérias cuja apreciação fica sobrestada:

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 232, de 2004)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 232, de 2004), que *altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências*.

Relator revisor:

– 2 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2004

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (nº 2.710/92, na Casa de origem), de iniciativa popular, que *dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e o seu Conselho Gestor*.

(Pendente de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.)

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 13, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios*.

Pareceres sob nºs 768, de 2003, e 21, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, 1º pronunciamento: favorável à matéria; e 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na

Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.*

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 73, DE 1999

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal* (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 8 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer, sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 9 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 10 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2004 (nº 856/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.*

Parecer favorável sob nº 10, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência convoca, nos termos do art. 2º

do Regimento Interno, sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se quinta-feira, dia cinco do corrente, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 46, de 2005, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575, de 1998, na Câmara dos Deputados), que “altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal” (excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município), e, na segunda fase, destinada à leitura de expediente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Valdir Raupp e Luiz Otávio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, até o presente momento, maio de 2005, muitos dispositivos da lei que permite parcerias público-privadas, sob nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, ainda não foram regulamentados. E os questionamentos levantados, que foram discutidos em detalhes por ocasião da aprovação da referida lei, especialmente durante o período de exame de nosso parecer na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, apesar dos nossos esforços, ainda permanecem sem definição detalhada.

Procurarei elucidar as questões levantadas a partir da análise da legislação em vigor e das informações coletadas informalmente junto a técnicos do governo. Cabe notar que somente agora o governo está iniciando a fase de discussão das normas para operacionalização das PPPs. No dia 14 de abril ocorreu a primeira reunião da Comissão Técnica das Parcerias Público-Privadas (CTP), criada pelo Decreto nº 5.385, de 4 de março de 2005, que institui o Comitê Gestor de Parceria Público-Privada (CGP). Essa Comissão é formada por representantes dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão; Fazenda; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Transportes; Minas e Energia; Integração Nacional; Meio Ambiente; além da Casa Civil da Presidência da República, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Muitas das perguntas levantadas serão certamente avaliadas por esta comissão, que possui, entre outras, as seguintes competências: propor ao comitê gestor a definição dos serviços prioritários para a exe-

cução do regime de PPP e dos critérios para a análise da conveniência e oportunidade de contratação sob esse regime; recomendar a autorização para a abertura de procedimentos licitatórios e a aprovação das minutas de editais e contratos; propor os procedimentos para celebração dos contratos de PPP e analisar suas eventuais modificações; estudar e formular propostas de resoluções e procedimentos de competência do comitê.

De todo modo, a partir da lei, pode-se tirar algumas considerações a respeito da participação das empresas estatais nas PPPs. De acordo com o art. 1º as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderão contratar PPP. Assim, as empresas estatais poderão ser a parte contratante de um contrato de PPP.

Segundo nosso entendimento, as empresas estatais também poderão participar dos projetos de PPP como uma das partes executoras do projeto somente nos casos em que se associarem a empresas privadas para constituição de Sociedade de Propósito Específico (SPE), incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria. Entretanto, conforme dispõe o § 4º do art. 9º, a empresa estatal não poderá ser titular da maioria do capital votante da SPE.

Se de um lado há essa limitação, por outro, existe a vantagem de que a empresa estatal, em conjunto com o setor privado, poderá obter financiamento no BNDES sem se submeter aos limites previstos para empréstimo ao setor público, uma vez que a SPE será enquadrada como empresa privada e não pública. Como a maioria do capital votante da SPE tem que ser privado, as operações de crédito não estarão sujeitas aos limites e condições instituídos pela Resolução nº 2.827, do Banco Central, que “consolida e redefine as regras para o contingenciamento do crédito ao setor público”.

Os limites a que estão sujeitas as SPEs constituídas para gerir projetos de PPP são os previstos nos arts. 27 e 28 da Lei 11.079, de 2004, quais sejam: a contratação de operações de crédito com empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pela União não poderá exceder a 70% do total das fontes de recursos financeiros da SPE, sendo que para as áreas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) seja inferior à média nacional, essa participação poderá chegar a 80%. Quando houver participação de entidades fechadas de previdência

complementar, o limite dos recursos para operações de crédito e contribuições de capital provindos destes entes, em conjunto com os provindos das empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União, será de 80% das fontes de recursos da SPE, podendo chegar a 90% nas áreas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde o IDH seja inferior à média nacional.

Assim, a nosso ver, as empresas de economia mista poderão participar das PPPs como investidoras, desde que associadas a empresas privadas e sem deter o controle da SPE. A vantagem para a empresa estatal será a maior facilidade de acesso aos financiamentos públicos, em especial do BNDES, pois a SPE não estará sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público. Por outro lado, cabe destacar que não faria sentido a contratação de PPP com empresas estatais de forma isolada, porque o Estado pode contratá-las diretamente, sem licitação (a chamada concessão imprópria) e conceder o subsídio, quando necessário.

Com relação às perspectivas de aplicação das PPPs no setor elétrico, pode-se dizer que neste setor é pouco provável que sejam firmados contratos baseados nessa nova modalidade, uma vez que quase a totalidade dos projetos do setor é auto-sustentável.

Convém lembrar que o art. 2º da Lei nº 11.079, de 2004, define a PPP como o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada (concessão de serviços públicos ou de obras públicas quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, a contraprestação pecuniária do parceiro público ao privado) ou administrativa (contrato de prestação de serviços em que a Administração Pública seja usuário direta ou indireta). O § 3º desse artigo deixa claro que não constitui PPP a concessão comum, entendida como a concessão de serviços ou obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

Como os projetos do setor elétrico não necessitam da complementação pecuniária do setor público à tarifa cobrada do usuário, não se enquadram na definição de PPP. Segundo técnicos do Ministério das Minas e Energia, apenas usinas termoeletrica a gás e a Usina de Angra III seriam projetos deficitários. Entretanto, no momento, considera-se que ainda existam outras alternativas melhores e mais baratas de fontes de energia do que o gás. Em relação a Angra III, como a Constituição Federal, em seu art. 177, confere mo-

nopólio à União do enriquecimento e processamento de minerais nucleares, a geração de energia elétrica a partir do urânio não poderia se dar com a participação da iniciativa privada.

Dessa forma, é provável que o setor elétrico continue efetuando suas concessões com base na Lei 8.987, de 1995. A carteira de projetos de PPP para o período 2004-2007, elencada pelo Ministério do Planejamento (disponível no *site*), enumera 23 projetos passíveis de contratação, nos setores de rodovias, ferrovias, portos, e irrigação, ao custo estimado de R\$13 bilhões, não havendo qualquer menção à energia elétrica.

Na prática, diversos projetos do setor elétrico têm sido executados por meio de parcerias, principalmente na área de transmissão, com o respaldo da Lei de Concessões. Entretanto, essas parcerias não prevêem a contrapartida financeira do setor público, ao contrário do modelo de PPP, uma vez que isso não se faz necessário no setor elétrico. O problema maior apontado por técnicos do Ministério das Minas e Energia é o financiamento dos investimentos e a necessidade de garantias nos empréstimos para expansão do setor.

É verdade que o setor elétrico já conta com alguns mecanismos que o diferenciam em relação aos demais, como, por exemplo, o Fundo Reserva Global de Reversão, instituído pelo Decreto nº 41.019, de 1957, e incorporado ao arcabouço legal pela Lei nº 5.655, de 1971 e leis posteriores. Esse fundo, constituído por quotas computadas no custo do serviços das empresas concessionárias e permissionárias do setor elétrico, foi criado para indenizar ativos não totalmente depreciados e/ou amortizados, em razão da retomada da concessão, bem como financiar, com custo baixo, a expansão, manutenção e melhoria do sistema elétrico. Embora o fundo arrecade recursos expressivos (previsão de arrecadação de R\$ 1 bilhão em 2005), não tem podido atender plenamente à demanda por financiamentos para expansão do setor elétrico, pois passou a atender outras finalidades, como a compensação pela perda de receita pelas concessionárias distribuidoras em razão da criação do consumidor de baixa renda, além da universalização e do financiamento de programas específicos, como o "Luz para Todos" e o de eletrificação rural.

Assim, talvez haja a necessidade de se criar novos mecanismos voltados especificamente para fomentar os investimentos do setor elétrico, uma vez que o modelo de PPP, em princípio, não se enquadra nas características do setor. Esses me-

canismos deveriam equacionar os problemas do setor de *funding* para financiamentos, redução das taxas de juros nos empréstimos e cobertura das garantias requeridas.

Esperamos que as informações sejam úteis e acho que devemos unir esforços no sentido de estimular o governo a acelerar suas ações no sentido de viabilizar com rapidez as PPP's. Afinal, já estamos perdendo o primeiro semestre deste ano e o ano que vem é de meio semestre, por causa das eleições e todas suas restrições legais quanto a contratos com o governo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no já distante ano de 1957, a advogada Romy Medeiros da Fonseca defendeu, neste Senado Federal, a aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 1952, que assegurava ampla capacidade civil à mulher casada, por meio da revogação de quaisquer restrições legais em razão do sexo ou do matrimônio. Feminista de renome e de atuação marcante, Romy havia elaborado a minuta do Projeto, apresentado nesta Casa pelo saudoso Senador Mozart Lago.

A proposição teria ido adiante, não restasse prejudicada pela aprovação, na Câmara dos Deputados, da Lei nº 4.121, de 1962, cuja iniciativa coube a uma das maiores figuras de nossa República: o então Deputado, e depois Senador, Nelson Carneiro.

Depois da conquista do direito de votar, datada do ano de 1932, a aprovação da Lei 4.121, conhecida por “Estatuto da Mulher Casada”, representou um marco na luta da mulher brasileira pelo reconhecimento de seus direitos e pelo fim das diferenças baseadas no gênero.

Faço questão de rememorar tais avanços por ocasião da comemoração, no dia 30 de abril, do Dia Nacional da Mulher. Datas como essa são de extrema importância, pois ensejam uma reflexão sobre os passos já trilhados e, mais importante, servem de ponto de partida para o planejamento das ações futuras. Afinal, ainda há muito que fazer em busca do total respeito aos direitos e à dignidade da mulher brasileira.

Mais recentemente, a entrada em vigor do novo Código Civil contribuiu para a diminuição do preconceito contra a mulher e para promover o tratamento igualitário de homens e mulheres perante a lei. Sabemos, no entanto, que só isso não basta: a mulher ainda ganha menos do que o homem; a mulher ainda ocupa pou-

cas posições no alto escalão dos governos; a mulher ainda é minoria neste Parlamento!

Infelizmente, a luta contra qualquer tipo de discriminação exige uma passagem por caminhos árduos e tortuosos. No entanto, é preciso lembrar que os vencedores, ou melhor, as vencedoras, não desistem no meio do percurso! A mulher brasileira está no caminho da vitória, conquistando, dia após dia, um espaço cada vez maior na sociedade.

Por ocasião da passagem do Dia Nacional da Mulher, 30 de abril, não poderia deixar de louvar a participação da mulher brasileira no seio da família e, também, na vida pública. Sim, como toda mulher deste Brasil, nossas queridas Parlamentares também se dividem entre o lar e o trabalho, numa dupla jornada por vezes não reconhecida!

Gostaria de saudar e homenagear, nominalmente, cada Senadora da República e, por seu intermédio, cumprimentar todas as Parlamentares brasileiras. Antes disso, porém, não me poderia esquivar de enaltecer o papel de uma pioneira: a ex-Senadora Eunice Michiles, mulher séria e determinada, que se tornou a primeira mulher a tomar posse no Senado Federal!

Neste momento, Senhor Presidente, não poderia deixar de cumprimentar as nossas colegas Senadoras, que com muita luta, representam a mulher brasileira aqui neste Plenário: Senadora Ana Júlia Carepa; Senadora Fátima Cleide; Senadora Heloísa Helena; Senadora Ideli Salvatti; Senadora Lúcia Vânia; Senadora Maria do Carmo Alves; Senadora Patrícia Saboya Gomes; Senadora Roseana Sarney; Senadora Serys Slhessarenko.

Gostaria, ainda, neste momento, de prestar uma sincera homenagem à Vice-Governadora do Estado do Pará, Valéria Pires Franco, e à Primeira-Dama do Estado, Ana Maria Chaves da Cunha Jatene. Por meio de mulheres tão proeminentes, cumprimento todas as paraenses pela passagem do Dia Nacional da Mulher.

Falar da mulher sem falar de seu papel na família seria um enorme pecado que não me atreveria a cometer! Qual a primeira pessoa que nos vem à cabeça quando pensamos em nossa família ou em nossa infância? Sem sombra de dúvida, nossa mãe!

A mulher, ao tornar-se mãe, assume o papel indiscutível de alicerce do núcleo familiar. Por isso, ser mãe não é fácil. Mas qual mãe não gosta de ser mãe? Digo e repito, com toda a certeza: se esse papel coubesse a nós, homens, certamente não o suportaríamos!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por ocasião do Dia Nacional da Mulher, podemos fazer um balanço positivo dos avanços conquistados, a duras penas, pela mulher brasileira. Há cem anos, a mulher não possuía sequer o direito de votar. Além de ser marginalizada do processo decisório nacional, era praticamente escrava do lar e do marido.

Aos poucos, no entanto, o patriarcalismo tradicional da sociedade brasileira foi sendo quebrado. A mulher assumiu, corajosamente, as regras de sua própria história e se rebelou contra o machismo reinante de então. Conquistou o direito de votar, conquistou a independência do marido, conquistou sua própria dignidade como pessoa e cidadã.

O que era utopia ganhou, aos poucos, contornos de algo concreto: a igualdade entre homens e mulheres. Infelizmente, essa igualdade é, ainda, somente um contorno. É preciso que mulheres e homens de igual competência, e de mesmas atribuições, ganhem o mesmo salário! É preciso que mais mulheres assumam postos-chave no Poder Público brasileiro! É preciso que mais mulheres sejam Senadoras da República! Quem sabe poderemos contar, em breve, com uma mulher Presidente da República do Brasil, por que não?

O caminho é longo, mas gratificante, pois conduzirá a uma igualdade de fato entre homens e mulheres. Estou certo disso, porque eu acredito! Parabéns a todas as mulheres brasileiras, pelo seu dia! Estejam certas de que têm em mim um aliado preferencial na luta por mais espaço e por mais reconhecimento!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 232, de 2004)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 232, de 2004), que

altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.

Relator revisor:

– 2 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2004

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (nº 2.710/92, na Casa de origem), de iniciativa popular, que *dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e o seu Conselho Gestor.*

(Pendente de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.)

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 13, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

Pareceres sob nºs 768, de 2003, e 21, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, 1º pronunciamento: favorável à matéria; e 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.*

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

– 5 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 73, DE 1999**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal* (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 6 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotam crianças*.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

– 7 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 8 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2004**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer, sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 9 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 10 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2004 (nº 856/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho*.

Parecer favorável sob nº 10, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 14 minutos.*)

OS Nº 12305/05

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1933 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor **EDUARDO PEREIRA DA SILVA**, matrícula 105470, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, como substituto do Chefe do Serviço de Atendimento aos Serviços de Apoio Administrativo - SAP, da Subsecretaria de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas para as Áreas Administrativa, de Comunicação Social e Usuários Externos - SSDAE, da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN, nos casos de afastamentos e impedimentos do titular.

Senado Federal, em 3 de maio de 2005

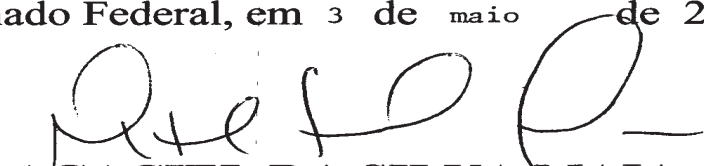


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1934 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 29.01.97, e tendo em vista o que consta do Processo PD-000673/05-6, **RESOLVE** aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, o servidor **CRISTÓVÃO AUGUSTO SOARES DE ARAÚJO COSTA**, Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro Efetivo Permanente da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, nos termos dos incisos I e II, alíneas “a” e “b” do item I do § 1º, do artigo 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, na forma assegurada pelo artigo 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, com as vantagens das Resoluções 59/91, 74/94, 05/95, 55/98 e 07/02 do Senado Federal, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, em 3 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1935 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006994/05-9**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DANIEL BRANDÃO LOPES**, matrícula n.º 168224, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do PL, a partir de 29 de abril de 2005.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1936 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006991/05-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **BRUNO LEONARDO COELHO GALAN**, matrícula n.º 157883, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos, a partir de 02 de maio de 2005.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1937 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.839/05-3**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MÁRCIA ROQUE CAMPOS**, matrícula n.º 181435, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador José Maranhão.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1938 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.897/05-3**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ ARIMATHEA MENDONÇA**, matrícula n.º 182282, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador João ribeiro, a partir de 29 de abril de 2005.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



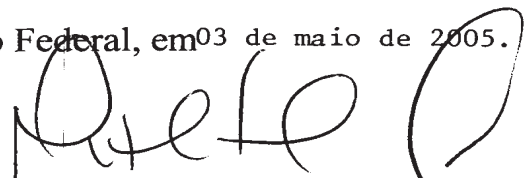
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1939 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.785/05-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANDRÉ MESQUITA MEDEIROS**, matrícula n.º 160572, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares, a partir de 26 de abril de 2005.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



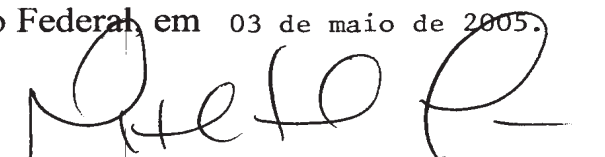
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1940 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.923/05-4 e 006.924/05-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **FRANCISCO SIQUEIRA DE CARVALHO**, matrícula n.º 170050, de Motorista para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Flexa Ribeiro.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



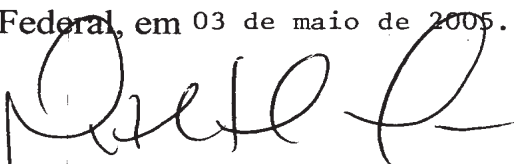
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1941 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.924/05-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **HERTYS HERMANDEZ ALVES DOS SANTOS**, matrícula n.º 165223, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, a partir de 28 de abril de 2005.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



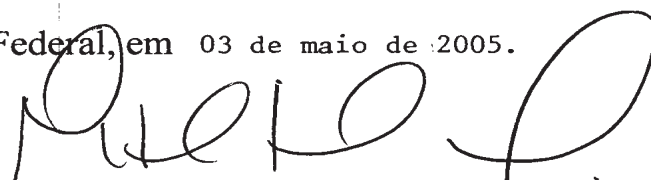
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1942 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.825/05-2**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANDREIA ELIZETE SCHIMITZ**, matrícula n.º 165454, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Valdir Raupp, a partir de 26 de abril de 2005.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1943 , DE 2005**

uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.825/05-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GISLAINE SAMPAIO VIEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valdir Raupp.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1944 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005550/05-0,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1596, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3209, de 07/04/2005, que nomeou **JOSÉ MILTON SANTIAGO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança da Maioria, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1945 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006737/05-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSALINA MARIA GALIZA DA SILVA CAVALCANTE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º. 1946 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processos n.ºs **005.414/05-9 e 006.729/05-3**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1581, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3209, de 07/04/2005, que nomeou **JOSÉ LACERDA JÚNIOR**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1947 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.035/05-4, 005.414/05-9 e 006.729/05-3,**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLA LEAL ALVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1948 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.833/05-5,**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PATRÍCIA OLIVEIRA GOMES FERREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP- 3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Assuntos Econômicos.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1949 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006968/05-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELISVALDO DA SILVA ALMEIDA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1950 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006974/05-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JHADSON ALENCAR FREITAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



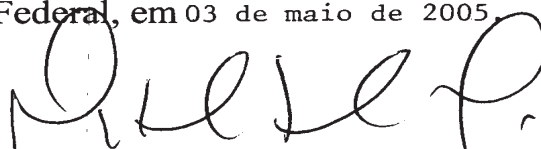
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1951 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006976/05-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RAIMUNDO XAVIER DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



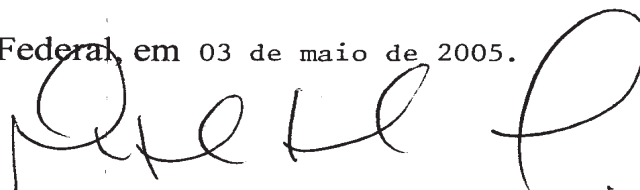
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1952 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.940/05-6**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARTA TEREZINHA BREZOLIN** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1953 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.851/05-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **UBIRANI DOS SANTOS BARBOSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1954 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.820/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA BARBOSA DOS SANTOS SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



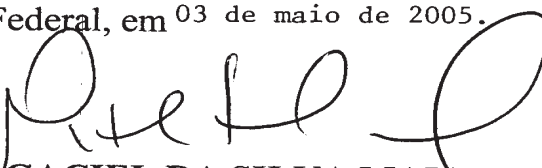
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1955 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.783/05-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSANA JAQUELINE VIEIRA LOBO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



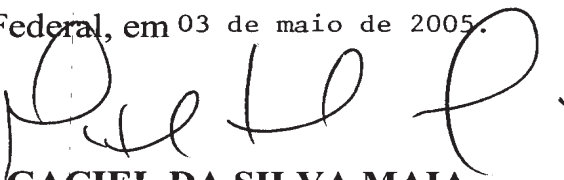
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1956 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006708/05-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MÁRIO CÉSAR DE ARAÚJO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta-Secretaria.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



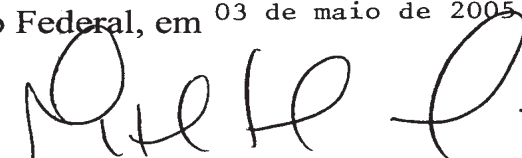
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1957 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.805/05-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA REGINA MORELLI PIZANI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

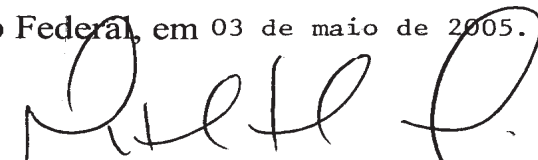
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1958 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.704/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FREDERICO AUGUSTO GROMWELL ARAÚJO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Corregedoria.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1959 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.796/05-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCELO RIBEIRO DE MOURA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1960 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.835/05-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOEL BARBOSA RIBEIRO FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP- 3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Assuntos Econômicos.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1961 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.831/05-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JORGEA PEREIRA STELLMAN** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1962 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006993/05-2**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **MAURO MACEDO**, matrícula n.º 161618, de Assistente Parlamentar, AP-1, para o de Assessor Técnico do Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1963 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006.899/05-6,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **MARIA DE FÁTIMA DE SOUSA SOARES**, matrícula n.º 162600, de Assistente Parlamentar, AP-2, para o de Assessor Técnico do Gabinete do Senador João Ribeiro.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



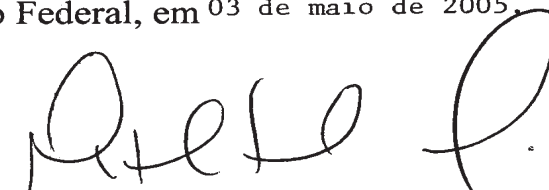
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1964 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006.723/05-5 e 006.724/05-1,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **WALDO ALMEIDA DE SOUZA JÚNIOR**, matrícula n.º 177894, de Assistente Parlamentar, AP-2, para o de Assessor Técnico e sua respectiva lotação, do Gabinete da Liderança do PSDB para o Gabinete da Liderança da Minoria.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1965 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006.898/05-0,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, do servidor **FABIANO CAMPOS ALVES**, matrícula n.º 182488, de Assistente Parlamentar, AP-2, para o de Assessor Técnico do Gabinete do Senador João Ribeiro.

Senado Federal, em 03 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1966 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 006665/05-5,

RESOLVE dispensar o servidor **SIMÃO PEREIRA DA CRUZ**, matrícula 42769, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do mesmo Órgão, a partir de 15 de abril de 2005.

Senado Federal, 03 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1967 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ELIAS LYRA BRANDÃO, matrícula nº 13125 e, WILMA ROSA LEITE FRAGA, matrícula nº 13869, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 006.742/05-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de maio de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	PSOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PMDB	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Francisco Pereira	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CFC José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CI Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CRE Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CLP Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 03.03.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELso AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- • 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- • 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL/BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> SÉRGIO GUERRA PSDB-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 15.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 132 PÁGINAS